

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA COMUNICAÇÃO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
CIÊNCIAS DA RELIGIÃO – LAGES**

**GRAU: LICENCIATURA
Modalidade: PRESENCIAL**

BLUMENAU, MAIO DE 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Campus I

Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140 - Itoupava Seca

89030-903 - Blumenau - SC

Telefone: 47 3321-0200

Página da FURB na internet: <http://www.furb.br>

Reitora: Profa. Me. Márcia Cristina Sarda Espindola

Vice-Reitor: Prof. Dr. João Luiz Gurgel Calvet da Silveira

E-mail: reitoria@furb.br

Pró-Reitor de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante: Prof. Dr. Romeu
Hausmann

Telefone: (47) 3321-0406 / E-mail: proen@furb.br

Pró-Reitor de Administração: Prof. Me. Jamis Antonio Piazza
Pró-Reitor Adjunto de Administração: Prof. Me. Nazareno Loffi Schmoeller
Telefone: (47) 3321-0412 / E-mail: proad@furb.br

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura: Prof. Dr. Oklinger Mantovaneli
Junior

Telefone: (47) 3321-0416 / E-mail: propex@furb.br**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA COMUNICAÇÃO - CCHC**Campus I – Sala R131 / Telefone: (47) 3321 0235 / E-mail: cchc@furb.br

Diretora: Profa. Dra. Cleide Gessele

Vice-Diretor: Dr. Sandro Lauri da Silva Galarça

CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**Núcleo Docente Estruturante:**

Profa. Dra. Simone Riske Koch – Departamento Ciências Sociais e Filosofia – Presidenta

Prof. Dr. Tarcísio Alfonso Wickert – Departamento Ciências Sociais e Filosofia

Profa. Dra. Lilian Blanck de Oliveira – Departamento de Educação

Profa. Ma. Mariane do Rocio Peters Kravice – Departamento Ciências Sociais e Filosofia

Prof. Dr. Adecir Pozzer – Departamento Ciências Sociais e Filosofia

Profa. Dra. Michelle Maria Stakonski Cechinel - Representante da UNESC/Laguna

Profa. Dra. Lucy Cristina Ostetto - Representante da UNESC/Laguna

Prof. Me. Carlos Alberto Bertaiolli - Representante da UNIPLAC/Lages

Prof. Dr. Jaime Farias Dresch - Representante da UNIPLAC/Lages

Profa. Esp. Marlete Tamanini Borges - Representante da UNIDAVI/Rio do Sul

Colegiado de Curso:

Profa. Dra. Simone Riske Koch – Departamento Ciências Sociais e Filosofia (Coordenadora)

Prof. Dr. Adecir Pozzer – Departamento Ciências Sociais e Filosofia

Prof. Dr. Edison Lucas Fabricio – Departamento História e Geografia

Prof. Dr. Jaime Farias Dresch - IES parceira UNIPLAC/Lages

Profa. Dra. Lilian Blanck de Oliveira - Departamento de Educação

Profa. Dra. Luciana Butzke – Departamento Ciências Sociais e Filosofia

Prof. Dr. Valmor Schiochet – Departamento Ciências Sociais e Filosofia

Profa. Ma. Mariane do Rocio Peters Kravice – Departamento Ciências Sociais e Filosofia

Prof. Dr. Tarcísio Alfonso Wickert – Departamento Ciências Sociais e Filosofia

Prof. Me. Carlos Alberto Bertaiolli - IES parceira UNIPLAC/Lages

Profa. Dra. Michelle Maria Stakonski Cechinel - IES parceira UNESC/Laguna

Profa. Dra. Lucy Cristina Ostetto - IES parceira UNESC/Laguna

Tatiane Colombo Sousa – Representante estudantil Lages

Maria do Carmo da Silva Ferreira Antunes – Representante estudantil Blumenau

Juliano de Vargas Moraes – Representante estudantil Laguna

Elias Bueno da Rocha – Representante estudantil Jaraguá do Sul

Eliton Bruno Correia – Representante estudantil Rio do Sul

LISTA DE SIGLAS

AACC – Atividades Acadêmico-Científico-Culturais

AEE – Atendimento Educacional Especializado

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

CAE – Coordenadoria de Assuntos Estudantis

CEE/SC – Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CEUA – Comitê de Ética na Utilização de Animais

COMAVI – Comissão de Avaliação Institucional

CONAES – Comissão Nacional de Educação Superior

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CPC – Conceito Preliminar de Curso

CRI – Coordenadoria de Relações Internacionais

DAF – Divisão de Administração Financeira

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

DGDP – Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

DME – Divisão de Modalidades de Ensino

DPE – Divisão de Políticas Educacionais

DRA – Divisão de Registros Acadêmicos

DTI – Divisão de Tecnologia de Informação

EAD – Educação a Distância

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau

IES – Instituição de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

NDE – Núcleo Docente Estruturante

NEAB – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros

NEI – Núcleo de Estudos Indígenas

NERI – Núcleo de Estudos sobre Religiosidades e Interculturalidade

NGE – Núcleo de Gestão de Estágios

NInc – Núcleo de Inclusão

PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PAIURB – Programa de Avaliação Institucional da FURB

PCC – Prática como Componente Curricular

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINSEPES – Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Detalhamento do curso	22
Quadro 2 – Componentes Curriculares com inserção dos temas transversais	38
Quadro 3 – Distribuição da carga horária dos cursos de licenciatura	40
Quadro 4 – Componentes Curriculares do EAL	44
Quadro 5 – PCC nos Componentes Curriculares	55
Quadro 6 – Componentes Curriculares na Modalidade à Distância	61
Quadro 7 – Síntese dos modelos de aula praticadas na FURB.....	63
Quadro 8 - Distribuição das atividades de extensão nos componentes curriculares	65
Quadro 9 – Matriz Curricular	67
Quadro 10 – Resumo geral da Matriz Curricular	70
Quadro 11 – Componentes Complementares do EAL	71
Quadro 12 – Listagem dos Componentes Curriculares novos.....	106

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	CONTEXTO EDUCACIONAL.....	11
2.1	HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE	11
2.2	APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO.....	15
2.3	DADOS GERAIS DO CURSO	22
2.4	FORMAS DE INGRESSO.....	22
2.5	OBJETIVOS DO CURSO	23
2.5.1	Objetivo Geral	23
2.5.2	Objetivos Específicos.....	23
2.6	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	24
3	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	26
3.1	POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	26
3.2	APOIO AO DISCENTE.....	28
3.2.1	Acesso e Inclusão	28
3.2.2	Provas de Suficiência	31
3.2.3	Estudos Complementares	32
3.2.4	Monitoria.....	32
3.3	INTERNACIONALIZAÇÃO	32
3.3.1	Política de Internacionalização	32
3.3.2	Idiomas sem Fronteiras	34
4	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	35
4.1	METODOLOGIA	35
4.2	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	38
4.2.1	COMPETÊNCIAS E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELA/O LICENCIANDA/O.....	45
4.3	ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC) / ATIVIDADES COMPLEMENTARES	46
4.4	ESTÁGIO	49
4.4.1	Estágio Obrigatório	49
4.4.2	Estágio Não Obrigatório.....	54
4.5	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC).....	55
4.6	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - tcc.....	56
4.7	COMPONENTES CURRICULARES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD).....	57
4.8	ESPAÇOS E TEMPOS DE APRENDIZAGEM	62
4.9	ATIVIDADES EXTENSIONISTAS	64

4.10 REGIME CONCENTRADO OU AULAS AOS SÁBADOS	66
4.11 SAÍDAS A CAMPO.....	66
4.12 ESTRUTURA CURRICULAR.....	66
4.12.1 Matriz curricular	66
4.12.2 Pré-requisitos.....	70
4.12.3 Detalhamento dos componentes curriculares	70
4.12.3.1 Detalhamento dos componentes curriculares obrigatórios do Eixo de Articulação das Licenciaturas	70
4.12.3.2 Detalhamento dos componentes curriculares dos Temas Transversais e complementares do Eixo de Articulação das Licenciaturas.....	80
4.12.3.3 Detalhamento dos componentes curriculares específicos do curso.....	81
5 DEPARTAMENTALIZAÇÃO	104
5.1 COMPONENTES CURRICULARES NOVOS	104
6 CORPO DOCENTE	106
6.1 PERFIL DOCENTE	106
6.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE	108
7 ADMINISTRAÇÃO DO CURSO	109
7.1 COORDENADOR	109
7.2 COLEGIADO	109
7.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE).....	110
8 AVALIAÇÃO	110
8.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	110
8.2 AVALIAÇÃO DO CURSO.....	111
8.2.1 Avaliação institucional.....	111
8.2.2 Avaliação externa	113
8.2.3 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso.....	114
8.3 AVALIAÇÃO DO PPC	114
8.4 AVALIAÇÃO DOCENTE.....	115
9 INFRAESTRUTURA	115
9.1 NÚMERO DE ESTUDANTES POR TURMA E DESDOBRAMENTOS DE TURMA 115	
9.2 ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS E DE ENSINO.....	115
9.3 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS	116
9.4 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	116
9.5 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	117
9.6 COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)	117
REFERÊNCIAS	118

1 INTRODUÇÃO

A FURB, sempre atenta a políticas públicas para ampliação na oferta de vagas nos cursos de licenciaturas, objetivando contribuir na formação de professores da Educação Básica, tem participado dos editais de credenciamento da Secretaria de Estado da Educação (SED) de Santa Catarina, cujo intuito é a oferta de cursos de licenciatura na modalidade presencial, por meio do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina/UNIEDU, com recursos do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES. A oferta do curso de licenciatura em Ciências da Religião atende à demanda prevista no Edital 1.426/SED/2021.

Neste sentido, o Projeto Pedagógico do Curso - PPC de Ciências da Religião – Licenciatura, da Universidade Regional de Blumenau – FURB -, em parceria com a Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC -, é resultante dos trabalhos desenvolvidos de forma coletiva e cooperativa no âmbito do Núcleo Docente Estruturante – NDE.

O PPC de graduação é “o documento orientador de um curso que traduz as políticas acadêmicas institucionais com base nas DCN. Entre outros elementos, é composto pelos conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas a partir do perfil do egresso [...]” (FURB, 2017). É, portanto, um instrumento de orientação para a administração e gestão, pois explicita as utopias, os horizontes, os objetivos e estratégias a serem alcançadas. Apresenta ideias, sinaliza possíveis caminhos a serem trilhados, articula as ações, constituindo-se em um documento formal que indica práticas que possam levar à concretização dos objetivos almejados. É um projeto em permanente construção, ou seja, temporalmente precisa ser revisto, analisado e avaliado, em função da dinâmica nas relações sociais, como também deve transcender o tempo de uma gestão.

Com vistas a traçar o processo formativo desejado, este projeto apresenta a contextualização da oferta do curso de Ciências da Religião da FURB, evidencia os objetivos do curso, bem como a organização curricular. A concepção deste PPC teve como fundamentos normativos basilares documentos legais externos e internos como:

- a) **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, art. 210 que trata do Ensino Religioso no Ensino Fundamental;
- b) **Lei nº 9.394 – 20 de dezembro de 1996**, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Destaques para o artigo 33 - alterado pela Lei nº. 9.475/1997 –

que trata do Ensino Religioso no Ensino Fundamental; e, art. 62 - que especifica que a formação de docentes para atuar na Educação Básica se fará em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação;

- c) **Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019**, define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação inicial de professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores para a Educação Básica (BNC-Formação);
- d) **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**, documento que define as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica – de forma progressiva e por áreas de conhecimento. Referência nacional e obrigatória para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos estados, do DF e dos municípios e das propostas pedagógicas das escolas (BRASIL, 2017);
- e) **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense** – documento que norteia e fundamenta as práticas pedagógicas dos professores (SANTA CATARINA, 2019);
- f) **Resolução CNE/CES Nº 5, de 28 de dezembro de 2018**, Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de licenciatura em Ciências da Religião;
- g) **Resolução CNE/CES nº 07/2018**, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024;
- h) **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e Projeto Pedagógico Institucional – PPI** (FURB, 2022-2026);
- i) **Resoluções FURB no. 201/2017, 068/2018, 51/2020, 61/2021**, que tratam das Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais para os cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau;
- j) **Resolução FURB no. 089/2018**, dos Estágios;
- k) **Resolução FURB no. 099/2019**, curricularização da extensão;
- l) **Resolução FURB n. 32/2017**, que estabelece a Política de Articulação dos Temas Transversais: Direitos Humanos; Educação para as Relações Étnico-raciais; Educação Ambiental; Gêneros, Diversidade e Interculturalidade; Respeito à pluralidade e à diversidade;
- m) **Convenção Sobre a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**;

Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural – UNESCO, entre outras normativas que devem nortear a organização curricular do Ensino Superior.

Na estruturação do texto, observou-se o Roteiro para Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Regional de Blumenau proposta pela PROEN. Desta forma, o PPC de Ciências da Religião – Licenciatura – detalhado a seguir pretende contribuir com o projeto de modernização do ensino indissociável aos processos de pesquisa e extensão na FURB, com a sociedade regional e nacional. Busca-se formar estudantes críticos, com independência intelectual, no intuito de contribuírem com uma educação que reconheça na alteridade a dignidade de todas as formas e expressões de vida, resultando, desse modo, em uma educação mais democrática e humana nos diferentes contextos da Educação Básica.

2 CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE¹

Foi na década de 1950 que surgiram as primeiras manifestações públicas em defesa da implantação do ensino superior em Blumenau. O movimento que deu origem, em 1964, à FACEB, embrião da FURB, deve ser entendido no contexto de reivindicações pelo ensino superior no estado, em expansão, e sua interiorização. A aula inaugural, proferida pelo professor da UFSC, Alcides Abreu, aconteceu apenas no dia 02 de maio de 1964, data esta reconhecida como sendo a da fundação oficial da FURB. Em 1967, foram criadas mais duas faculdades, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Jurídicas.

Devido ao aumento dos cursos e dispersão dos mesmos em espaços diversos, em janeiro de 1968 foi criado o Movimento Pró-Sede Própria, cujo principal objetivo era angariar fundos para a construção dos três primeiros prédios da Instituição, por meio da venda de rifas. Em abril de 1968 inaugurou-se junto à entrada do Campus I, o marco no qual se pode ler “Juntos construímos a nossa Universidade”. O Movimento Pró-Sede Própria atingiu seus objetivos no dia 02 agosto de 1969, quando foram inaugurados os três primeiros prédios (blocos A, B e C),

¹ Fonte: UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/FURB 2016-2020 (Revisão 2018) - Disponível em: <<http://www.furb.br/web/4699/institucional/avaliacao/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>>. Acesso em: 22. ago. 2018.

atualmente pertencentes ao Campus I. Além disso, ao envolver diversos municípios do Vale do Itajaí nesse movimento, contribuiu de maneira fundamental para a compreensão da importância de uma Universidade regional para o desenvolvimento da região.

Ao término da década de 1960, Blumenau contava com os seguintes cursos superiores: Economia (1964); Direito (1968); Letras (1968) com habilitações em Licenciatura em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas, Língua Inglesa e respectivas Literaturas, Língua Alemã e respectivas Literaturas e Língua Francesa e respectivas Literaturas; Matemática (1968) - Licenciatura e Bacharelado; Química (1968) - Bacharelado; Pedagogia (1968); História Natural (1968), atual Ciências Biológicas, Licenciatura e Bacharelado.

Em 24 de dezembro de 1968, foi assinada a Lei Municipal nº 1.557 instituindo a FURB, uma entidade de direito público cujos objetivos eram a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível superior.

Em continuidade aos planos de expansão e diversificação de cursos, foram criadas: a Faculdade de Engenharia de Blumenau, a Faculdade de Educação Física e Desportos e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), depois renomeado para Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Blumenau (IPTB). No final da década de 70, a FURB contava com novos cursos superiores: Ciências Contábeis (1972), Administração (1973), Engenharia Civil (1973), Engenharia Química (1973), Educação Física (1974) e Educação Artística (1974).

A partir da década de 1970, a FURB consolidou-se definitivamente como instituição de ensino, pesquisa e extensão. Para além de sua expansão física com os novos campi e blocos, houve o incremento na oferta e diversificação de cursos de formação no decorrer dessa década. Em 1974, é instalado o Laboratório de Línguas, que passou a atuar como escola de idiomas da Universidade. Em 1980, iniciam as atividades da Escola Técnica de Agropecuária do Vale do Itajaí, a qual, em 1981, muda sua nomenclatura para ETEVI, atualmente, consolidada como a escola de ensino médio da Universidade.

A instalação oficial da Universidade aconteceu no dia 07 de fevereiro de 1986, com a presença do ministro da educação Marco Antônio de Oliveira Maciel. No decorrer da sua trajetória, ampliou atividades de ensino, pesquisa e extensão, prestando serviços especializados e de interesse público, como o Projeto Crise (1983), o qual deu origem ao Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) em 1995. Nessa década, também foi criado o Instituto de Pesquisas Sociais (IPS). No campo da extensão cultural, a FURB inaugurou a sua editora, a Editora da FURB (Edifurb), em 1986, e promoveu, em 1987, a primeira edição do Festival Universitário de Teatro, atual Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau (FITUB).

No final da década de 1980, a FURB contava com outros cursos superiores: Ciências

Sociais (1987), Serviço Social (1987), História (1987), Turismo e Lazer (1988) e Ciência da Computação (1988).

A década de 1990 iniciou-se com o desenvolvimento dos programas de pós-graduação, como o primeiro mestrado da Instituição, o de Educação, criado em 1991. Nessa mesma década são criados ainda os mestrados de Administração e Engenharia Ambiental (ambos em 1998) e Desenvolvimento Regional (1999). Nesse período, houve também a expansão dos grupos estáveis de cultura, somando-se ao já existente Grupo de Teatro Phoenix (1974) o Coro (1992), o Grupo de Danças Folclóricas (1994), a Orquestra (1999) e a Camerata de Violões (2000). Em 1992, foi lançado o projeto da Universidade para 3ª Idade, que teve suas atividades iniciadas no ano seguinte (1993), passando, em 1994, a denominar-se Programa de Atualização Permanente (PROAP), e atualmente denominado Programa de Educação Permanente (PROEP).

No início de 1990, foi realizado o primeiro vestibular para o curso de Medicina. Iniciou-se, também, a discussão a respeito da criação de um Hospital Dia Universitário, cujas atividades tiveram início em 2012. Os serviços de saúde da FURB, desde 1995, inseridos na rede pública de saúde, são executados de forma integrada na Policlínica Universitária que realiza os serviços de fisioterapia, psicologia, nutrição, farmácia, medicina e serviço social. A Policlínica mantém em sua estrutura laboratório de análises clínicas e farmácia - com estoque de medicamentos mantidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS e por doações de indústrias farmacêuticas. Todas as consultas e procedimentos são feitos por acadêmicos da FURB, supervisionados por profissionais de cada área. O atendimento é gratuito e segue os critérios definidos pelo SUS, ou seja, todos os pacientes são encaminhados pela rede de saúde de Blumenau e região.

Para consultas e atendimento médico especializado, o paciente obrigatoriamente é encaminhado pela Unidade de Saúde mais próxima de sua casa, exceto para consultas em pediatria e psicologia que podem ser marcadas diretamente na recepção. A Policlínica não realiza atendimento de urgência e emergência.

Em 1999, com a expansão dos cursos na área da saúde, a Universidade inaugurou diversas clínicas (Odontologia, Psicologia e Fisioterapia), visando servir de campo de estágio para os(as) estudantes e prestar atendimento à comunidade, seguindo o exemplo do Serviço Judiciário (1972) e do Ambulatório (1995), transferido para o Campus V em janeiro de 2014. Já em 2007, foi inaugurada a Clínica de Nutrição. Investiu-se no aprimoramento da estrutura para as práticas esportivas na FURB, com a construção do Ginásio de Esportes, em 1992, e do Ginásio-Escola, em 1997, junto ao Complexo Esportivo; como resultado, a Universidade passou a manter e incentivar ainda mais equipes esportivas e atletas. Em 1994, ocorreu a criação do Núcleo de Rádio e Televisão e, em 2003, o canal de rádio FURB FM entrou no ar.

Ao final dos anos noventa, a FURB contava com os seguintes novos cursos superiores: Secretariado Executivo Bilíngue (1990), Licenciatura em Artes Visuais (1990), Medicina (1990), Engenharia Elétrica (1990), Comércio Exterior (1991 – posteriormente denominado Curso de Tecnologia em Comércio Exterior), Arquitetura e Urbanismo (1992), Comunicação Social (1992), Teatro (1992), Fisioterapia (1994), Engenharia Florestal (1995), Psicologia (1995), Música (1995), Ciências da Religião (1997), Moda (1997), Odontologia (1998), Farmácia (1999) e Engenharia de Telecomunicações (1999).

No terceiro milênio a FURB ingressou em uma nova fase. A expansão dos cursos de graduação, na década anterior, deu lugar à consolidação dos programas de pós-graduação, por meio da oferta de: (a) novos cursos de Mestrado em Química (2002); Engenharia Elétrica e Ciências Contábeis (2005); Engenharia Química (2007); Ensino de Ciências Naturais e Matemática (2008); Engenharia Florestal (2010); Saúde Coletiva (2012); e, além desses, o Mestrado em Transformadores de Potência, oferecido em convênio com a empresa WEG (a partir de 2010); (b) novos cursos de Doutorado em Ciências Contábeis e Administração (2008), o primeiro da Instituição; Desenvolvimento Regional (2011); e Engenharia Ambiental (2013).

Em 2005, a FURB foi credenciada pelo MEC para oferecer cursos de pós-graduação lato sensu a distância e, em 2008, a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, a Associação dos Magistrados Catarinenses, a Fundação Fritz Müller e a Universidade firmaram um convênio que possibilitou a abertura de uma extensão da Escola de Magistratura no campus da FURB. Já em 2009, por meio de convênio firmado entre o Governo Federal, a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina e as Universidades do Sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), a FURB passou a participar do PARFOR. Esse programa contemplava, inicialmente, somente as instituições federais de ensino superior, porém, após diversas negociações, a ACADE foi inserida no programa, sendo, portanto, o único sistema de instituições de educação superior não federal inserido no projeto.

Em 2010, foi criada a Escola de Educação Continuada (EDECONE), agregando os cursos sequenciais da FURB. A EDECONE, a partir de 2013, passou a fazer parte do Instituto FURB, assim como os cursos de especialização e os serviços que eram prestados pelos três institutos de pesquisa (IPTB, IPA, IPS).

Muitos foram os investimentos na ampliação e reestruturação da estrutura física da FURB nesse período. Em 2001, a Universidade adquiriu e equipou o Campus III, o qual abriga diversas clínicas e laboratórios da área da saúde, bem como as turmas de lato sensu. Em 2003, foi inaugurado o novo prédio do Núcleo de Prática Jurídica (antigo Fórum do Município de Blumenau), órgão de coordenação e supervisão do Estágio Orientado de Prática Jurídica do

Curso de Graduação em Direito e do Serviço Judiciário. Em 2007, foi inaugurado o Complexo Aquático, utilizado nas atividades didático-pedagógicas dos cursos de Educação Física e Fisioterapia e pelos demais estudantes e servidores da Instituição como mais uma opção para a prática desportiva.

Em março de 2010, pela Lei Complementar Municipal nº 743, votada e aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo prefeito municipal, a FURB reorganizou sua estrutura administrativa e passou à condição de autarquia municipal de regime especial, com sede e foro no município de Blumenau, estado de Santa Catarina, sendo aplicadas as prerrogativas e os privilégios da fazenda pública municipal.

Na primeira década do terceiro milênio, a FURB criou os seguintes cursos superiores: Engenharia de Produção (2000), Tecnologia em Eletromecânica em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (2000), Sistemas de Informação (2001), Design (2003), Enfermagem (2003), Nutrição (2004), Medicina Veterinária (2006), Tecnologia em Marketing (2009), Letras – Língua Alemã (2009), Biomedicina (2012), Engenharia de Alimentos (2013), Engenharia Mecânica e Jornalismo (2014). Em 25 de junho de 2014 foi inaugurado o Hospital Escola Veterinário, infraestrutura importante para as aulas práticas do curso de Medicina Veterinária.

Passadas cinco décadas de existência, a FURB é atualmente um referencial na área de educação. É reconhecida por toda a sociedade, tendo graduado mais de 50 mil profissionais em diversas áreas do saber. Pouco mais de meio século de história, no qual a Instituição se consolidou como polo de conhecimento, reconhecida pela qualidade de sua contribuição na vida regional, nacional e global.

2.2 APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

As discussões sobre a necessidade de um curso em nível superior para habilitar os professores de Educação Religiosa em SC surgiram em 1970. Em 1972, o Conselho de Igrejas para o Ensino Religioso – CIER encaminhou o primeiro projeto de Curso de Licenciatura de 1º grau em Educação Religiosa Escolar ao Conselho Federal de Educação, sendo a sua autorização negada em razão de interpretação de texto de lei. Outras tentativas em nível estadual aconteceram nos anos de 1973 e de forma intensiva entre os anos de 1985 a 1990.

Uma nova solicitação à outra Universidade de Santa Catarina apresentava-se como mais uma tentativa/possibilidade em suprir uma necessidade de longa data, desafio e compromisso

sempre presentes nas atividades do CIER durante os últimos vinte e cinco anos. A formação de docentes para o Ensino Religioso (ER) até a década de 90 era realizada quase que na sua totalidade pelas denominações religiosas cristãs, em alguns casos, em parceria com os sistemas de ensino. Isto se dava em decorrência da linha confessional e/ou interconfessional que era adotada por este componente, em consonância com a legislação vigente.

Em meados do mês de Novembro de 1995, Dom Gregário Warmelling, então presidente do CIER, Pr. Raul Wagner (vice - presidente do CIER), professoras Adelir Raup, Cecília Hess e Lilian Blanck de Oliveira vieram a FURB, em audiência com a Pró-Reitoria de Ensino, Prof^a. Marli Schramm, solicitando a possibilidade de implantação de um curso de graduação em ER, para poder sanar um problema de anos em SC - a não profissionalização dos professores de ER.

A portaria 37/96 emitida pelo reitor da FURB, em 22 de março de 1996, designou a “Comissão Especial de Estudos, destinada à montagem do projeto de viabilidade do Curso de Ciências Religiosas, nomeada pela portaria 35/96, de 20/03/96”. Estavam dados os primeiros passos para a criação do primeiro Curso de Ciências da Religião – Licenciatura Plena em Ensino Religioso do Estado de Santa Catarina e do Brasil. Aprovado pelo CEPE da Universidade foi lançado em vestibular em novembro do mesmo ano, onde 97 candidatos disputaram as primeiras 50 vagas disponibilizadas aos professores de Ensino Religioso das Redes Municipal e Estadual do Estado catarinense, via Convênio Projeto Magister².

Os primeiros cursos de Ciências da Religião – Licenciatura em Ensino Religioso no Brasil tiveram seu início em SC na UNIVALLI, UNISUL, FURB e UNIVILLE, no final de 1996 e início de 1997 com o objetivo de garantir formação inicial aos profissionais que já atuavam na área de ER. Aos vinte de dezembro de 1996 foi promulgada a LDBEN n. 9.394/96, cujo artigo 33 trata do ER, foi alterado em junho de 1997. A aprovação da nova redação do artigo 33 através da Lei N. 9.475/97 veio a legislar a necessidade de uma formação concernente para este componente curricular.

A partir da LDBEN diferentes tendências foram acentuadas quanto à compreensão do ER como componente curricular das escolas brasileiras; e, com as diferentes interpretações, novos aspectos à antiga problemática da formação de profissionais da educação para o exercício da função desse professor. Esta lei alterou significativamente os encaminhamentos do ER, criando, pela primeira vez na história da educação brasileira, oportunidades de sistematizar o

² O Projeto MAGISTER é um programa de incentivo à formação docente em nível superior, que entre suas seis ações básicas, conta com a oferta de “cursos de graduação plena e formação em caráter emergencial nas áreas do conhecimento mais carentes de professores habilitados”. Cf. SANTA CATARINA, *Parecer SED n. 141/9*.

ER como disciplina escolar que não fosse doutrinação religiosa e nem se confundisse com o ensino de uma ou mais religiões (ZIMERMANN, 1997).

Além da especificidade do ER, a LDBEN 9.394/96 tratou da formação docente. Em seu artigo 62 estabelece que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

A formação de docentes para o ER, assim como para as demais áreas de conhecimento, indubitavelmente deve passar pela formação em nível superior, em cursos de graduação, grau acadêmico licenciatura. Pela primeira vez na história brasileira a formação de docentes para o ER trilharia os mesmos passos e seguiria os trâmites previstos em legislação para a formação de profissionais das demais áreas de conhecimento; assegurando aos seus egressos os direitos concernentes aos profissionais da educação e disponibilizando à sociedade brasileira uma formação para a cidadania que integra o estudo do fenômeno religioso na pluralidade cultural, buscando o *pleno desenvolvimento* de seus educandos.

Dois anos após a promulgação da LDBEN, o CNE, a partir da Resolução 02/98, instituía as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental, que conferiu ao ER *status* de área do conhecimento, entre as dez áreas que compõem a base nacional comum, garantindo assim a igualdade de acesso aos educandos, de maneira a legitimar a unidade e a qualificação da ação pedagógica na diversidade nacional. A formação de docentes para o ER no Ensino Fundamental constituiu-se em foco de interesse, discussão e pesquisa em âmbito nacional para os sistemas de ensino, comunidade acadêmica e denominações religiosas, atingidos pelo dispositivo legal.

O ER foi reafirmado enquanto área de conhecimento na Resolução CNE/CEB nº 07/2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos, juntamente com: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.

Neste interim, a FURB com licenciatura na área de ER desde 1997 acompanhou, e por muitas vezes coordenou, os movimentos nacionais que redundaram na BNCC, nas inúmeras propostas curriculares, além de integrar, desde sua fundação, a Rede Nacional das Licenciaturas em Ensino Religioso – RELER junto ao Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso – FONAPER.

O curso de Ciências da Religião – Licenciatura Plena em Ensino Religioso foi reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina pela Resolução n.

44/18.04.2000 e pelos Decreto n. 1607/05.09.2000; nº 3.616 de 14/10/2005; no. 291 de 07/06/2011 (Prorrog. RR); no. 1.562 de 28/05/2013; no. 1604 de 08/05/2018.

No ano de 2009, iniciam-se em todo Brasil cursos de licenciatura através Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR³. A FURB ofertou pelo PARFOR os cursos de Ciências da Religião em Blumenau, Brusque e Rio do Sul. Em Rio do Sul, nas dependências do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI, em Brusque, nas dependências da Fundação Educacional de Brusque - UNIFEFE. Além das turmas criadas a partir das políticas públicas, a FURB também abriu turmas de Ciências da Religião regulares.

No Brasil, nos últimos anos, o ER tomou assento nos debates públicos da educação, uma vez que integrou a elaboração do documento da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, cuja versão aprovada pelo CNE e homologada pelo a Ministro da Educação versa de 20 de dezembro de 2017. A BNCC apresenta o ER pautado em pressupostos éticos e científicos, tendo como princípios mediadores e articuladores a pesquisa e o diálogo, e seus fundamentos teóricos e pedagógicos são a interculturalidade e a ética da alteridade para o Ensino Religioso (BRASIL, 2017). Com a BNCC,

[...] o ER deixa de ser pensado a partir das tradições religiosas hegemônicas, toma o seu lugar de direito no currículo do Ensino Fundamental, passando a estruturar-se a partir da escola, numa perspectiva não confessional, de caráter inter-religioso cujo foco é o estudo da diversidade religiosa pautada nos conhecimentos religiosos presentes nas diferentes culturas e sociedades (RISKE-KOCH; OLIVEIRA, 2021, p. 582-583).

A partir deste documento, todas as escolas brasileiras precisam assumir o componente curricular ER como efetivamente parte do currículo do ensino fundamental, ou seja, do primeiro ao nono ano. Logo, além de os sistemas se ocuparem com o currículo, precisam estabelecer parcerias de formação inicial e continuada para o ER.

Em 2018, o CNE aprovou o Parecer CNE/CP 12/2018 e a Resolução CNE/CP, que constituem Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura em Ciências da Religião.

Em 2021, o Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina/UNIEDU, com recursos do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior –

³“É resultado de um conjunto de ações do Ministério da Educação - MEC, em colaboração com as secretarias de educação dos estados e municípios e as instituições públicas de educação superior neles sediadas, para ministrar cursos superiores gratuitos e de qualidade a professores em exercício das escolas públicas sem formação adequada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de dezembro de 1996” (BRASIL, 2010).

FUMDES, através do Edital 1.426/SED/2021, abriu a possibilidade de 13 novas turmas de Ciências da Religião em 13 cidades diferentes de SC, para atender a demanda de professores não habilitados na área de ER. A FURB, pelo seu caráter público, vinculada ao CEE/SC, fez parceria com diferentes IES para ofertar o curso em oito cidades. Destas, se efetivaram: Blumenau, Jaraguá do Sul, em parceria com o Centro Universitário Católica de Santa Catarina, Lages, em parceria com a Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC e Laguna, em parceria com a Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC.

Para 2022, o UNIEDU/FUMDES abriu novo Edital (nº 2814, de 29/10/2021), com a possibilidade de 12 novas turmas de Ciências da Religião em 12 cidades diferentes de SC. Destas, a FURB se inscreveu para ofertar 8 turmas, que se efetivou na turma de Rio do Sul, em parceria com o Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI. Importante ressaltar que um dos entraves para efetivação das turmas encontra-se no cadastro do UNIEDU, que dificulta e por vezes impossibilita que pessoas pouco letradas tecnologicamente superem este obstáculo e se inscrevam ou tenham seu cadastro UNIEDU aprovado.

Vivenciamos um período de transição histórica, uma encruzilhada nas compreensões de novo e velho; absolutamente correto e absolutamente errado; sagrado e profano; individual e coletivo. Paradigmas de uma idade moderna não muito distante são questionados e relativizados; dogmas são desmitificados; poderes hegemônicos seculares são fragilizados e desterritorializados; as questões relativas ao sagrado; a mística; a busca, compreensão e vivência do que transcende ao meramente factual e literalmente terminal, mobiliza e desafia homens e mulheres da atualidade em todos os pontos do planeta.

Questões de cunho cultural-religioso no cotidiano contemporâneo reclamam por outras leituras, posturas e intervenções. Máscaras/conceitos tecidos historicamente se esfacelam gradualmente em processos de diferenciadas quebras, desvelando rostos assustados e fragilizados; ao mesmo tempo curiosos ainda que temerosos a perscrutar avidamente por possibilidades de *um outro viver; Outros, e ainda, mundos Possíveis*.

Membros do colegiado, corpo discente, corpo docente e coordenação participam ativamente e integram diferentes fóruns, grupos de estudos e pesquisas, movimentos nacionais e internacionais, como: Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso – FONAPER; Associação de Professores de Ensino Religioso do Estado de Santa Catarina – ASPERSC; Comissão de Especialistas para elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do MEC; Subcomissão no CNE que elaborou as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura em Ciências da Religião; Rede Nacional das Licenciaturas em Ensino Religioso

– RELER, Grupo de Pesquisa Ethos, Alteridade e Desenvolvimento – GPEAD/FURB, entre outros. Prestam assessorias, consultorias e formação continuada em diferentes Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, UNDIME, entre outros. Tem estabelecido estreita relação com Universidades nacionais e internacionais, com as quais tem resultado em parcerias, a exemplo da Missionswissenschaftliches Institut (Alemanha), que subvencionou com verbas em Cursos de Pós-Graduação em nível de especialização, pesquisas de mestrado e realização do I SICDES em 2009, em Blumenau SC; da Universidade Nacional da Costa Rica (UNA) com a qual possui convênio de parceria, intercâmbios acadêmicos, realização de eventos a exemplo do Primer Encuentro Latinoamericano para la Formación en el Dialogo Intercultural e Interreligioso realizado em Blumenau (2015), II Seminário Internacional de Culturas e Desenvolvimento (SICDES) 2014 em Chapecó SC, III SICDES 2016 em Costa Rica; IX Seminário Nacional das Licenciaturas em Ensino Religioso (SENALER) – abril de 2018 em Chapecó; Seminário Latino-Americano de Ensino Religioso em perspectiva intercultural (maio 2018 em Costa Rica); IV SICDES em Santiago, Chile (outubro de 2018), dentre tantas outras atividades.

O Curso presencial também integrou o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que é um Programa do MEC, gerenciado pela CAPES que desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da Pós-Graduação *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado) em todos os Estados do Brasil. No contexto de SC - FURB, o Curso de Ciências da Religião integrou o PIBID em dois momentos, no primeiro através do Subprojeto Intercultural Indígena, e com o Subprojeto Diversidade Cultural Religiosa.

Docentes e discentes pesquisadores do Curso desenvolveram juntamente com a Universidade Federal de Santa Catarina (Grupo MOVER) e GPEAD (FURB) o Projeto ***Diversidade Religiosa e Direitos Humanos: conhecer para respeitar e conviver***, que redundou no primeiro material relativo a esta temática, editado pela MEC/MDH. Estudo e pesquisas envolvendo a **Lei n. 9.475/97** – no tocante ao direito a diversidade cultural religiosa, vedadas quaisquer formas de proselitismos e **Lei n. 11.465/08** relativa ao (re)conhecimento da cultura e história (entre elas a religiosa) dos Povos Africanos e Indígenas no currículo da Educação Básica de Santa Catarina e, particularmente, Região do Vale do Itajaí, integram os Projetos de Iniciação Científica, Estágio Obrigatório, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), Monografias, Dissertações e Teses objetos do Curso e *in curso* no GPEAD. Em parceria com o GPEAD e financiamento da FAPESC foi desenvolvido o ***Projeto História e cultura indígena na Mesorregião do Vale do Itajaí: desafios e perspectivas a partir da Lei n. 11.645/08 e vozes de educadores, educandos e gestores das SDR/GERED.***

Os desafios e contribuições de cunho epistemológico, sociocultural e legal que circunscrevem esta área do conhecimento e consequente formação de docentes em território nacional, conectados com o Projeto Pedagógico da FURB subsidiam, organizam e encaminham as adequações curriculares do Curso de Ciências da Religião.

Apesar de sua tenra idade enquanto área constituída, a participação em discussões, estudos e reflexões no cenário nacional (MEC, CNE, ANPED, ENDIPE, FONAPER, FME, ABHR, entre outros) e internacional (FEER, RILEP) tem revelado a pertinência, atualidade e necessidade de estudos e pesquisas de cunho acadêmico do fenômeno religioso na diversidade cultural religiosa, numa percepção e compreensão de identidades locais/universais, com vistas à tessitura de uma identidade planetária.

Desde 2015, o curso de Ciências da Religião integra e coordena o Núcleo de Estudos sobre Religiosidades e Interculturalidade – NERI. Desenvolve várias ações de ensino, pesquisa e extensão a partir dos Temas Transversais como questões étnico-raciais, gênero, direitos humanos e diversidade religiosa.

Inserido neste contexto, o corpo docente do Curso de Ciências da Religião – Licenciatura – se percebe mobilizado e comprometido, a partir de seus objetivos e proposta de curso, a desenvolver atividades acadêmicas que encaminhem a construção de profissionais habilitados com um perfil em consonância com as demandas e exigências da atualidade. Ou seja, a formação específica assegurada pelo curso articula os pressupostos das áreas da Ciências da Religião e da Educação, a fim de que o/a licenciado/a possa trabalhar pedagogicamente numa perspectiva inter-religiosa e intercultural, com competência para interagir qualitativamente nos processos educacionais de forma interdisciplinar, com habilidades exigidas pela complexidade sociocultural da questão religiosa e pelas especificidades pedagógicas deste componente curricular.

No decorrer destes 25 (vinte e cinco) anos do curso, este vem oferecendo diferentes Cursos de Formação Continuada a Instituições e Sistemas de Ensino e de Especializações em nível *lato sensu* à comunidade educadora, que integra a Mesorregião do Vale do Itajaí. Esta contribuição tem recebido destaques de relevância e compromisso por parte da academia e comunidade regional no qual se percebe inserida.

Neste sentido, o presente PPC tem como meta oferecer a formação do Licenciado em Ciências da Religião em 4 (quatro) anos de graduação, com um percurso que prevê componentes que relacionem teoria e prática, permitam vivências dos(as) estudantes em situações reais relacionadas às demandas da sociedade, bem como permitam ao(a) estudante aprofundar o conhecimento de acordo com suas preferências e a sua autonomia.

2.3 DADOS GERAIS DO CURSO

Quadro 1 - Detalhamento do curso

Nome do Curso:	Ciências da Religião
Grau:	Licenciatura
Modalidade:	Presencial
Titulação conferida:	Licenciado em Ciências da Religião
Turno de funcionamento:	Regime especial ⁴
Regime Letivo:	Semestral
Regime de Matrícula:	Por componente curricular
Número total de vagas anuais:	40
Distribuição das vagas:	Turma única
Carga horária total do curso:	3870h/a
Duração do curso:	4 anos
Estágio Obrigatório:	486h/a
Prática como Componente Curricular (PCC)	486h/a
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC):	252h/a
Trabalho de Conclusão de Curso:	90h/a
Atividades de Extensão:	396h/a
Carga horária EAD:	1368h/a
Tempo mínimo de integralização:	4 anos
Tempo máximo de integralização:	4 anos
Organização curricular:	Por Eixos
Endereço:	UNIPLAC: Av. Mal. Castelo Branco, 170 - Universitário, Lages - SC, 88509-900

Fonte: NDE do Curso (2022).

2.4 FORMAS DE INGRESSO

A admissão aos cursos de graduação mantidos pela FURB acontece por meio de processo seletivo regulamentado por Edital, publicado semestralmente pela Instituição. Nos casos dos cursos oferecidos em convênio com a Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina (SED), os critérios estabelecidos no edital de seleção dos candidatos foram definidos em atendimento às legislações vigentes e ao que foi definido no Edital de credenciamento para

⁴ Durante o semestre (fevereiro a dezembro) – aulas semanais: Sextas-feiras, das 18h30min às 22h, Sábados, das 7h30min às 12h e das 13h30min às 17h20min. Períodos concentrados caso sejam necessários em janeiro: Quintas, Sextas e Sábados - 7h30min às 12h e das 13h30 às 17h20.

oferta dos cursos publicado pela SED. O processo seletivo para os candidatos à bolsa foi regulamentado por meio do Edital PROEN nº 13/2021, de 20 de julho de 2021.

De acordo com o Edital nº 1.426/SED/2021, para inscrição no processo seletivo, o candidato deve estar cadastrado na plataforma UNIEDU. Deve ter cursado o Ensino Médio na Rede Pública, em Fundação Educacional gratuita, em Instituição Privada com comprovação de bolsa de estudo integral, ou na Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC com declaração da Coordenadoria Regional de Educação atestando que, na época, não havia escola pública de Ensino Médio no município. A admissão ao curso foi efetivada até o limite de vagas previstas no Edital nº 1.426/SED/2021.

2.5 OBJETIVOS DO CURSO

2.5.1 Objetivo Geral

Proporcionar um referencial teórico-metodológico que possibilite a leitura e a compreensão crítica dos conhecimentos e saberes na diversidade cultural, contribuindo para a construção de uma sociedade justa, solidária e livre, que reconheça nas identidades e alteridades a dignidade de todas as formas e expressões de vida.

2.5.2 Objetivos Específicos

- Assegurar sólida formação teórico, metodológica e pedagógica no campo das Ciências da Religião e da Educação, promovendo a compreensão crítica e interativa do contexto, a estrutura e a diversidade dos fenômenos religiosos e o desenvolvimento de competências e habilidades adequadas ao exercício da docência do Ensino Religioso na Educação Básica;
- Oferecer sólida formação acadêmico-científica, com vistas à investigação e à análise dos fenômenos religiosos em suas diversas manifestações no tempo, no espaço e nas culturas;
- Promover o desenvolvimento da ética profissional nas relações com a diversidade cultural e religiosa;
- Garantir o aprendizado do diálogo inter-religioso e intercultural, visando o reconhecimento das identidades, religiosas ou não, na perspectiva dos direitos humanos e da cultura da paz.

- Analisar as relações entre as tradições/movimentos religiosos e os campos da cultura, arte, política, economia, saúde, ciência, tecnologia e meio ambiente, para construir leituras críticas de mundo favoráveis ao exercício da cidadania.
- Atuar com sensibilidade ética e compromisso, com vistas à constituição de uma sociedade justa, solidária e humana, que questiona e busca intervir nas fontes geradoras do sofrimento, da ignorância e da injustiça;
- Habilitar para o exercício da docência do Ensino Religioso em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em espaços formais e não formais, por meio de práticas pedagógicas fundamentadas na interculturalidade e na ética da alteridade, para promover o respeito ao outro e aos direitos humanos;
- Desenvolver competências e habilidades relacionados ao uso pedagógico das tecnologias educacionais, de forma a ampliar as oportunidades de aprendizagem dos acadêmicos quanto as possibilidades de interação e conectividade.

2.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

O egresso do Curso de Ciências da Religião - Licenciatura desenvolverá um conjunto de competências e habilidades decorrentes da apropriação de conhecimentos teórico-práticos interdisciplinares, cuja consolidação será proporcionada no exercício da docência, fundamentada no reconhecimento, respeito, promoção e a valorização da diversidade e da alteridade. O egresso do curso de licenciatura em Ciências da Religião deverá estar apto a:

I - Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária;

II - Trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos nas diferentes etapas e modalidades de educação básica;

III - Relacionar os conteúdos específicos da Ciência da Religião e as abordagens teórico-metodológicas do Ensino Religioso de forma interdisciplinar e contextualizada;

IV - Demonstrar proficiência nas linguagens digitais e na utilização das tecnologias de informação e comunicação nos processos de ensino-aprendizagem;

V - Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, das deficiências e dos diversos modos de ser e viver;

VI - Realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua

realidade sociocultural, sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a disseminação de conhecimentos;

VII - Compreender criticamente os dispositivos legais e as normativas curriculares enquanto componentes fundamentais para o exercício do magistério;

VIII - Participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação do projeto político-pedagógico escolar;

IX - Mediar debates, pesquisar e assessorar espaços não formais de ensino, instituições públicas e privadas, organizações não governamentais e entidades confessionais.

Para isso, faz-se necessário para este licenciando desenvolver:

- Formação no campo das ciências humanas, com ênfase nas ciências da religião e da educação;

- Fundamentos teóricos e orientadores da ação no campo pedagógico;

- Consciência crítica e senso investigativo;

- Conhecimento do ser humano em processo de contínuo desenvolvimento e na integralidade de sua condição imanente e transcendente, inserido em determinado contexto;

- Sensibilidade, capacidade de discernimento e maturidade profissional nas relações com os conhecimentos e saberes religiosos em suas diversas manifestações, no tempo, no espaço e nas culturas;

- Atitudes que impliquem em compromisso: para com a vida na sua totalidade; para com a história de cada ser humano; para com a história dos grupos junto dos quais atua, numa perspectiva de inclusividade na alteridade; ética profissional que inclui a corresponsabilidade diante da técnica e da solidariedade planetária.

- Aptidões para solucionar os possíveis problemas que surgem em diferentes etapas do itinerário educativo;

- Motivações renovadas para aprender a aprender e apreender para recriar;

- Sensibilidade com as questões que envolvem o ser humano em sua dignidade, liberdade e alteridade erradicando práticas discriminatórias e proselitistas no universo educacional e social.

Neste entendimento, se identificam as necessidades de ampliar, aprofundar e integrar as suas atividades de ensino – pesquisa - extensão, objetivando uma maior integração entre a graduação e a pós-graduação, assim como qualificar e visibilizar institucionalmente o processo formador desenvolvido e oportunizado neste curso, objeto de referência em nível nacional e internacional.

3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

3.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O PDI da FURB (2022-2026) explicita a importância da construção de Projetos Pedagógicos alinhados com as demandas sociais e do mundo do trabalho. Além disso, destaca o papel das Universidades para “estimular o pensamento crítico criativo e também de gerar e disseminar conhecimentos para o desenvolvimento social, cultural, ecológico e econômico” (UNESCO, 2015, p. 41).

Nesse sentido, foram traçados os princípios que regem as ações pedagógicas dos cursos de graduação da FURB, que são:

- a) Formação Crítica: visando um ensino de graduação que promova a formação de um sujeito crítico e reflexivo capaz de ser agente de transformações sociais.
- b) Inclusão social e respeito à diversidade humana: partindo do pressuposto de que todos devem ter oportunidades de desenvolvimento e formação, busca-se com esse princípio a construção de uma sociedade que respeite o ser humano e sua individualidade e pluralidade.
- c) Responsabilidade social e ambiental: a fim de levar o indivíduo a avaliar continuamente as consequências diretas e indiretas de suas ações sobre o meio ambiente, quer seja o uso abusivo de recursos naturais, o uso de produtos tóxicos, a poluição do ar, da água ou do solo, quer seja a depredação de ecossistemas e de paisagens.
- d) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: objetivando a oportunidade de uma aproximação entre a universidade e sociedade e uma aprendizagem baseada na resolução de problemas reais através da interação com a comunidade, bem como a transformação da realidade social.

No contexto deste Projeto, é fundamental destacar que a essência da formação do licenciado em Ensino Religioso já tem uma práxis de provocar no indivíduo a reflexão crítica em relação as diferentes dimensões da sociedade, e a partir disso induzi-lo a reflexões e atitudes que envolvem os diversos desafios contemporâneos, sejam eles em relação a inclusão social ao respeito à diversidade humana e à sustentabilidade ambiental.

Em relação a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, entendemos que a curricularização da extensão vem para fortalecer o atendimento desse princípio constitucional.

As ações extensionistas previstas dentro dos componentes curriculares contribuem para um aprendizado em consonância com o mundo real, promovendo a formação integral do estudante como profissional e cidadão. As atividades extensionistas estão presentes em diversos componentes curriculares, perpassando várias fases do currículo.

O curso de Ciências da Religião insere em seu currículo os seguintes componentes que preveem extensão:

- a) Culturas e Fenômenos Religiosos;
- b) Diálogos Interculturais e Diversidade Religiosa;
- c) Estágio em Ensino Religioso I;
- d) Estágio em Ensino Religioso II;
- e) Artes e Territórios Sagrados;
- f) Estágio em Ensino Religioso III;
- g) Mobilidade Humana, Espiritualidades e Educação;
- h) Estágio em Ensino Religioso IV;
- i) Pesquisas em Ensino Religioso;
- j) Movimentos Sociais e Espiritualidades;
- k) Trabalho Interdisciplinar Final.

O item 5.4 deste Projeto Pedagógico trará maiores detalhes acerca da extensão no currículo.

A pesquisa está presente no currículo do curso nos diferentes componentes com mais ênfase em: Pesquisas em Ensino Religioso e Trabalho Interdisciplinar Final como possibilidades concretas que o(a) licenciando/a tem de fazer pesquisa. Também conta com a disponibilidade do Grupo de Pesquisa Ethos, Alteridade e Desenvolvimento – GPEAD do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado, criado no segundo semestre de 2004, credenciado pela FURB e CNPq que conta com a participação de pesquisadores docentes, egressos do Curso de Ciências da Religião. O GPEAD tem atuado em parceria com o curso de Ciências da Religião. Seu objetivo é possibilitar que ele/a vivencie o processo de iniciação científica a partir dos princípios básicos da pesquisa, desenvolvendo atitudes investigativas e reflexivas como condição da docência. Além do GPEAD os estudantes podem desenvolver pesquisa e extensão nos diferentes projetos e programas disponíveis na FURB.

3.2 APOIO AO DISCENTE

3.2.1 Acesso e Inclusão

A FURB, ciente da sua responsabilidade social e consolidando seu papel para além do ensino de qualidade, disponibiliza também para o Curso de Licenciatura em Ciências da Religião – turma de Lages na UNIPLAC, através da CAE, um conjunto de atividades específicas e programas de apoio financeiro que contribuem para a inclusão social, acadêmica e profissional dos(as) estudantes, visando a sua permanência e sucesso na Universidade. São atividades de atenção ao(à) estudante, gerenciadas pela CAE: (a) atendimento e acompanhamento psicossocial; (b) atendimento e acompanhamento aos(às) estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação; (c) encaminhamento aos serviços especializados de atendimento na área da saúde, jurídica e assistência social. Quanto aos programas de apoio financeiro e complementação curricular, tem-se: (a) bolsas de estudo do Art. 170, Art. 171 e Fundo Social; (b) bolsa de pesquisa do Art. 170; (c) estágio interno; (d) estágio curricular não obrigatório; (e) desconto fidelidade. O acesso aos programas de bolsas se dá através de cadastro, com inscrições abertas no início de cada semestre, gerido pela CAE. A gestão dos estágios internos e curriculares não obrigatórios acontece no NGE, vinculado à PROEN. O acesso e a manutenção do desconto fidelidade acontecem na DAF.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e as diretrizes adotadas pelo MEC na avaliação de cursos e de instituições de ensino superior (SINAES) são claras quanto às responsabilidades da educação superior em promover a acessibilidade e adotar princípios e práticas pedagógicas, visando garantir o acesso, a participação e o êxito dos(as) estudantes. Neste sentido, incluir implica compreender particularidades e singularidades do sujeito, respeitar seu potencial e apostar em sua capacidade e autonomia, garantindo as condições objetivas de acessibilidade, seja através do fornecimento de recursos materiais ou de estrutura (como mobiliário adaptado, espaços acessíveis, entre outros), seja através de recursos humanos especializados (como professor(a) de AEE, profissionais de apoio) ou ainda através de recursos pedagógicos (como a adaptação de materiais).

Sendo assim, a CAE é responsável: (a) pela elaboração, implementação, execução e avaliação da política de apoio aos(às) estudantes em parceria com outras unidades da FURB (Estatuto da Fundação, Art. 63 da Resolução FURB nº 35/2010); (b) pela coordenação de ações

relacionadas à inclusão dos(as) estudantes com deficiência⁵ e altas habilidades/superdotação por meio do NInc, conforme disposto na Política de Inclusão das Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades/Superdotação (Resolução FURB nº 59/2014); (c) pelo serviço de tradução/interpretação de LIBRAS (Resolução FURB nº 08/2015).

Tendo em vista o cumprimento de suas atribuições, a CAE tem buscado fortalecer o relacionamento com os(as) estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação, bem como com aqueles(as) estudantes com quadros clínicos não equiparados à deficiência e com aqueles que apresentam impasses pessoais e dificuldades contingenciais às suas circunstâncias de vida. Através do NInc, tem trabalhado para instituir e garantir ações integradas de apoio às demandas e necessidades estudantis que possam causar prejuízo ao desenvolvimento de atividades acadêmicas/funcionais ou de sua vivência acadêmica, exigindo adequações da FURB no sentido de garantir sua permanência e sucesso acadêmicos

As atividades de atendimento à comunidade acadêmica são: assessoria técnica, atendimento psicossocial, AEE e atendimento administrativo.

A assessoria técnica, exercida por profissionais do serviço social e da psicologia, compreende:

- a) assessorar e orientar docentes e técnico-administrativos;
- b) oferecer subsídio técnico à elaboração e à execução, bem como disseminar as diretrizes para a elaboração de políticas, projetos, programas e ações institucionais de promoção à inclusão, permanência universitária e qualidade de vida estudantil;
- c) propor ações de acessibilidade em parceria com outras unidades universitárias;
- d) realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e permanência no ensino superior;
- e) gerir e planejar o cadastro socioeconômico para a distribuição de recursos dos programas de bolsa que exigem a comprovação da situação socioeconômica familiar (Art. 170, FUMDES – Art. 171 e Fundo Social).

O atendimento psicossocial, voltado aos(às) estudantes da Instituição é realizado por equipe composta por duas profissionais do serviço social e duas profissionais da psicologia. Dentre algumas ações, citam-se:

- a) entrevistar, acompanhar, orientar e encaminhar estudantes, a partir das suas especificidades e quando necessário, oferecendo escuta qualificada;

⁵ Conforme Art. 3º da Política de Inclusão da FURB, considera-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial e as com transtorno do espectro autista.

- b) desenvolver projetos de pesquisa e/ou de extensão;
- c) fazer interlocução com coordenações de cursos, docentes, assessoria pedagógica e técnico-administrativos sobre o campo de possibilidades e de limitações dos(as) estudantes;
- d) participar em reuniões com outros setores e serviços internos e externos à Universidade.

O AEE é voltado aos(às) estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação. Prevê a definição de estratégias e de recursos de acessibilidade na Universidade, orientação a docentes, entre outros, contando com três profissionais de apoio (higiene e audiodescrição) e dez intérpretes (tradução / interpretação) de LIBRAS para o acompanhamento dos(as) estudantes com surdez e professores(as) de LIBRAS. O AEE tem acontecido sob demanda de estudantes que procuram a CAE em razão da deficiência ou altas habilidades/superdotação, que por sua vez os(as) orienta sobre os programas e recursos disponíveis na Universidade e outros encaminhamentos pertinentes às áreas do serviço social e da psicologia, dependendo das demandas apresentadas.

O atendimento administrativo é responsável pelo registro, controle, solicitação e operacionalização de rotinas administrativas. Essas atividades, em conjunto com o(a) estudante, o curso e outras unidades da instituição, têm como objetivos:

- a) contribuir para o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento do(a) estudante;
- b) fortalecer a relação entre estudante e docentes / curso;
- c) estimular a busca de alternativas para a superação das dificuldades;
- d) contribuir para com a garantia do acesso, da permanência e do sucesso acadêmicos;
- e) contribuir com o estabelecimento de uma cultura inclusiva na FURB.

Além das ações inclusivas já citadas, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais, conforme institui a Resolução FURB nº 12/2018, a FURB também conta com uma política de acesso e permanência de estudantes indígenas, em que fixa vagas gratuitas para a graduação e pós-graduação e estabelece critérios de acompanhamento destes estudantes, visando a sua permanência na universidade.

Muito além do atendimento à legislação vigente, a UNIPLAC procura desenvolver uma cultura onde todos os estudantes podem ter acesso ao ensino superior, na tentativa de superar as restrições impostas às pessoas que possuem diferenças físicas ou intelectuais.

Com a Comissão de Inclusão e Acessibilidade, a Universidade aprovou a sua Política de Inclusão e Acessibilidade, através da Resolução CONSUNI n. 235, de 11 de agosto de 2016, para dar cumprimento à legislação vigente. É dirigida às pessoas com deficiências ou

mobilidade reduzida, com transtornos globais no desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação (Art. 1º, § 3º). No art. 2º está afixado que “aos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos globais no desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, ao ingressarem na Universidade serão ofertados ambiente acessível, apoio e acompanhamento pedagógico e ou recursos multifuncionais necessários à sua permanência com qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Art. 2º, § 1º O apoio pedagógico deverá contemplar ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes, considerando as necessidades apontadas em sua autodeclaração, registradas no ato de matrícula, ou a qualquer tempo em que estas se manifestarem, enquanto frequentam a Universidade”.

O Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP) possui equipe multidisciplinar (pedagogo, psicopedagogo, psicólogo, intérprete de libras, professora de braille) que atende a todos os estudantes com dificuldades de aprendizagem e aos estudantes com deficiência, com espaços estruturados e todo suporte para atender as diversas necessidades especiais.

Ainda atendendo o desenho universal, e promovendo a acessibilidade atitudinal, a universidade promove capacitações, cursos de libras, totalmente gratuitos aos seus colaboradores.

Os espaços são sinalizados com rotas seguras de deslocamento e placas de identificação no Sistema Braille. Totens facilitadores da localização no campus, também dispõem de recursos visuais para público que apresenta essa necessidade. Rampas de acesso, elevadores, banheiros adaptados que estão alocados nos blocos, oportunizando o acesso às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Centro de convivência e biblioteca também são equipados com recursos diversos para o atendimento desse público. Cabe destacar que Comissão de Acessibilidade avalia e monitora os espaços, a fim de garantir a efetiva acessibilidade.

3.2.2 Provas de Suficiência

Observando o Art. 47, §2º da LDB/9394/1996, os/as licenciandos/as de Ciências da Religião poderão se inscrever para realizar prova de suficiência no componente curricular *Libras na Educação*. Toda a tramitação do processo, desde a inscrição até a realização da prova, será feita com base na Resolução nº 39/2002 da FURB – a qual dá nova redação à Resolução que “Aprova a implantação e a normatização da Prova de Suficiência nos cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau”.

3.2.3 Estudos Complementares

Não se aplica a este curso.

3.2.4 Monitoria

Não se aplica a este curso.

3.3 INTERNACIONALIZAÇÃO

3.3.1 Política de Internacionalização

A Resolução nº 197/2017, de 21 de dezembro de 2017, institui a Política de Internacionalização da FURB, considerando a Visão descrita no PDI que afirma o compromisso de Ser Universidade pública reconhecida pela qualidade de sua contribuição e inovação na vida regional, nacional e global e os Valores de “[...] inovar nos processos de Internacionalização”, com objetivo de ampliar acordos de cooperação internacional nas mais diversas áreas do conhecimento, destacando a preocupação institucional em manter a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão.

Na FURB a cooperação internacional pode ser desenvolvida em seis diferentes âmbitos: Ensino Médio, Graduação, Pós-graduação e Pesquisa, Extensão, Inovação Tecnológica, Gestão Universitária e Aprendizado ou aperfeiçoamento de Idioma. A internacionalização do currículo potencializa a produção de conhecimentos em diferentes áreas de forma interdisciplinar e por meio de experiências interculturais que contribuem para o “[...] desenvolvimento acadêmico, científico, tecnológico, artístico, cultural e pessoal dos estudantes em todos os níveis de ensino.” (FURB, 2017, p. 2).

Internacionalizar o currículo implica que os cursos reconheçam formas de inserção e de relações internacionais que podem perpassar o domínio de uma ou mais línguas estrangeiras, intercâmbios discentes e docentes, realização de parcerias para eventos, pesquisas, projetos de extensão e de ensino, entre outros. A internacionalização do currículo aproxima os estudantes e docentes de questões globais e valores universais como a justiça, igualdade, dignidade e respeito possibilitando analisar os acontecimentos reais do mundo e conhecer diferentes culturas, tendo assim papel importante no desenvolvimento pleno de competências.”

São princípios norteadores da Política de Internacionalização:

- f) A produção de conhecimentos em cultura, ciência, tecnologia e inovação, relevantes para a sociedade em geral;

- g) A socialização dos conhecimentos gerados, em âmbito local, nacional e internacional;
- h) A promoção da inserção social na concepção e desenvolvimento dos projetos de internacionalização;
- i) O incentivo à interdisciplinaridade e ao trato dos temas transversais conforme resolução vigente na FURB, nas ações de internacionalização;
- j) A internacionalização das ações de ensino, pesquisa e extensão, procurando fomentar a cooperação e a integração de pesquisadores e de programas;
- k) O reconhecimento dos créditos e de atividades acadêmicas e científicas conforme normas vigentes;
- l) A ética e transparência na condução das ações de internacionalização; e
- m) A indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

O processo de internacionalização possibilita aos(as) estudantes e docentes experiências para viver e trabalhar num mundo interconectado. Pode-se elencar alguns benefícios que esta prática proporciona, tais como:

- a) O estudo em outros países contribui para a formação de um profissional autônomo e globalizado, capaz de atuar e resolver problemas em qualquer lugar do mundo;
- b) Permite a convivência com pessoas de outros países estimulando a empatia, a tolerância, a solidariedade, o respeito pelo outro e a diversidade cultural, características necessárias ao trabalho de equipe;
- c) Os estudantes e professores estrangeiros trazem elementos culturais, econômicos, linguísticos, comportamentais e geográficos que enriquecem a sala de aula;
- d) Proporciona ao egresso o aumento de empregabilidade em todo o mundo e amplia o networking em escala global;
- e) Pode proporcionar ao estudante receber o diploma assinado por sua universidade de origem e pela instituição na qual estudou no Exterior, quando previsto em convênio específico.

Neste contexto, a Universidade mantém diversos convênios com instituições de ensino superior no exterior. Buscando promover a inovação, a sustentabilidade, a cultura, o bem-estar social, a qualificação e a atualização do conhecimento, ela desenvolve trabalhos em cooperação com instituições estrangeiras, por meio de programas de intercâmbio de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos das mais diversas áreas. Os acadêmicos matriculados em curso de graduação da FURB estão aptos a se inscrever para participar de programas de

intercâmbio. Essa participação é regulamentada por Editais próprios, com ofertas de programas específicos, os quais regram as condições necessárias. Por meio dos convênios, os(as) estudantes podem cursar as disciplinas sem pagar as mensalidades na FURB e no exterior, quando previsto nos respectivos Convênios. É necessário apenas o pagamento da matrícula na FURB e efetuar o trancamento, para manutenção do vínculo acadêmico. Em geral, os critérios para participação dos(as) estudantes são:

- a) Integralização de 25% dos créditos previstos na grade curricular de seu curso;
- b) Média geral igual ou superior a 7,5;
- c) Proficiência no idioma exigido pela universidade de acolhimento.

Os(as) estudantes poderão cursar componentes curriculares nas IES estrangeiras pelo período de um ou dois semestres. Esta participação é regulamentada de acordo com editais próprios e ofertas de programas específicos, os quais regram as condições necessárias.

De acordo com a Resolução nº 35/2010, que homologa o Estatuto da FURB, a Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI) tem como competência orientar, acolher e acompanhar docentes, pesquisadores e discentes estrangeiros (incoming), assim como a orientação aos docentes pesquisadores e discentes da FURB que estejam saindo (outgoing) para intercâmbio, além de suporte a projetos no âmbito da internacionalização.

Destaca-se, ainda, que visando à internacionalização do currículo e à possibilidade de troca de experiências internacionais, desde 2012 a FURB oferta componentes curriculares lecionadas no idioma inglês. O estudante pode cursar componente em língua estrangeira, previstas na matriz curricular do curso e que tenham componentes semelhantes no idioma português, sendo ofertadas em paralelo, ou ainda, como componentes optativos.

Entre os objetivos desta ação, destacam-se:

- a) Proporcionar experiências de educação em outro idioma em áreas específicas;
- b) Preparar estudantes para participação em intercâmbios internacionais;
- c) Oferecer componentes curriculares em língua estrangeira para atender a estudantes de universidades estrangeiras;
- d) Inserir a FURB no contexto da mobilidade acadêmica internacional de estudantes e docentes;
- e) Possibilitar o aprendizado e a ampliação do vocabulário do idioma em questão.

3.3.2 Idiomas sem Fronteiras

O Idiomas sem Fronteiras (IsF) na FURB é um projeto que iniciou suas atividades no fim de 2017. Objetiva promover a internacionalização da universidade a partir do ensino de

língua inglesa para a comunidade acadêmica e capacitar professores em formação inicial vinculados ao projeto. Atualmente oferta cursos gratuitos de curta duração presenciais e online de língua inglesa para fins específicos. Para os estudantes de graduação da universidade, as atividades oferecidas pelo IsF são uma oportunidade de melhorar o nível de proficiência em língua inglesa e se preparar para mobilidade acadêmica.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

4.1 METODOLOGIA

Considerando que a BNCC (BRASIL, 2017) define a pesquisa e o diálogo como princípios mediadores e articuladores das aprendizagens no Ensino Religioso, as metodologias adotadas na formação docente em Ciências da Religião precisam promover a compreensão crítica e interativa dos contextos socio-histórico-culturais em que a diversidade dos fenômenos religiosos se manifesta. Nesta perspectiva, a Resolução CNE nº 05/2018, inciso I do art. 3º, afirma que o curso de licenciatura deverá propiciar “sólida formação teórica, **metodológica** e pedagógica no campo das Ciências da Religião e da Educação” (BRASIL, 2018, grifo nosso).

Para melhor articular os aspectos teóricos, metodológicos e pedagógicos dos dois campos, o curso de licenciatura em Ciências da Religião da FURB assume a dialogicidade enquanto perspectiva teórico-metodológica, pois é o diálogo mesmo que possibilita aos interlocutores expressarem suas ideias, experiências e vivências, assim como os seus princípios e valores, isso porque a compreensão do mundo passa pelo sentir-se mundo enquanto presença viva, ativa e singular. Esta perspectiva decorre da afirmação de que “o diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo” (FREIRE, 1980, p. 82).

Em um contexto amplamente marcado e desafiado pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), os saberes relacionados às tecnologias educacionais e os ambientes virtuais de aprendizagem surgem como ferramentas indispensáveis à formação inicial de professores e, ao contrário do que muitos pensam, elas podem contribuir com os processos formativos em perspectivas dialógicas, desde que se tenha convicção de que, como afirma Freire (2019, p. 57), “a técnica é sempre secundária e só é importante quando a serviço de algo mais amplo”. O fato de ser secundária não significa que não seja importante ou não tenha seu lugar. Seguramente, na atualidade, podemos afirmar que as TIC são indispensáveis. Descartá-las evidencia uma ingenuidade que acaba por comprometer a relação com os

propósitos de uma educação dialógica, ativa e inovadora. Segundo Tomelin e Ruasch (2021, p. 5), “a educação dialógica, e de modo mais acentuado com o uso de mídias e tecnologias, amplia e fortalece a prática pedagógica com perspectivas libertadoras e (re)existentes”.

É nesta perspectiva que o curso de Ciências da Religião mobiliza um conjunto de estratégias, métodos e técnicas relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem, metodologia que possibilita ao acadêmico desenvolver o seu percurso formativo em uma perspectiva crítica e integral. A metodologia do curso envolve um conjunto de estratégias, métodos e técnicas relacionados ao processo de ensino, aprendizagem, abrangendo os diferentes níveis e modalidades de educação. O uso de metodologias ativas e abordagens inovadoras proporciona a interatividade, o desenvolvimento do espírito investigativo e de aprendizagens significativas. O docente, enquanto mediador do processo de ensino e aprendizagem, atua no planejamento, no encaminhamento e no contínuo acompanhamento e avaliação das atividades a serem realizadas pelos acadêmicos.

Entre as metodologias utilizadas nas atividades pedagógicas destaca-se a Metodologia da Problematização (BERBEL, 2012), Pedagogia Dialógica (FREIRE, 2019), metodologias ativas (MATTAR, 2017) e mídias digitais, da educação na era digital (PÉREZ GÓMEZ, 2015). A Metodologia da Problematização tem papel fundamental na identificação da realidade dos estudantes, das escolas das questões de educação inerentes a estes processos. Ela também se articula com a Pedagogia Dialógica na medida em que todo percurso de educação implica um contínuo diálogo entre estudantes e docentes acerca da compreensão histórica e epistemológica destes problemas.

Da mesma forma a Problematização é entrelaçada com as Metodologias Ativas na medida em que permite identificar problemas e organizar projetos de trabalho para articular o estudo dos conhecimentos religiosos e filosofias de vida com a realidade do mundo escolar e educacional, trabalhando com Sala da Aula Invertida, Educação por Projetos, trabalho colaborativo, entre outros. Com os novos recursos disponíveis, tanto em mídias digitais quanto de inteligência artificial, diferentes modalidades pedagógicas se desenvolvem, desde grupos síncronos ou assíncronos de trabalho em plataformas digitais, questionários de diagnóstico produzidos, encaminhados e respondidos eletronicamente, aulas presenciais de socialização e discussão das produções das equipes, trocas de saberes, leituras e interpretações, até seminários e aulas expositivas sobre aspectos específicos dos conhecimentos religiosos e da Docência nesta área. Tudo isto modifica a base do trabalho educacional, possibilitando a emancipação intelectual (RANCIÈRE, 2007) de todos envolvidos, sobretudo os estudantes.

Os encaminhamentos didático-metodológicos, desde uma perspectiva dialógica,

definem-se em torno da articulação entre os conceitos essenciais dos componentes curriculares do curso e as situações problemas, sejam elas reais ou fictícias, desde que mobilizadas por uma intencionalidade pedagógica. Ou seja, os conhecimentos específicos precisam ser abordados a partir de contextos histórico-culturais, de modo que as aprendizagens façam sentido aos estudantes e possam ser orientadoras de escolhas, reflexões e atitudes nas distintas situações do cotidiano.

As TIC estão contempladas como recursos disponíveis para a formação pedagógica dos acadêmicos, e, ainda, como conteúdo a ser apropriado por estes, habilitando-os a explorá-los de modo a relacionar os meios de comunicação à educação, promovendo mais aprendizagens. Elas possibilitam o desenvolvimento de atividades formativas diversas, assim como favorecem aos estudantes a possibilidade de se familiarizar com o uso dessa ferramenta como estratégia de aprendizagem. Um dos espaços é o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), importante, na Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. O acompanhamento das atividades, quando as aulas são presenciais ou síncronas, ocorre por meio de reflexões, questionamentos e problematização das hipóteses ou considerações que os acadêmicos expressam em momentos determinados dentro do percurso formativo. Quando as atividades são assíncronas, o acompanhamento ocorrerá por meio de análises e feedbacks dos conhecimentos sistematizados e informados no AVA3, tomando por base os critérios e orientações definidos para a realização das atividades de aprendizagem.

A definição das estratégias metodológicas devem levar em conta o princípio da inclusão, ou seja, tem de proporcionar a acessibilidade metodológica a todos os acadêmicos, independente se possuem necessidades específicas ou não. Essa acessibilidade implica na diversificação de atividades, linguagens e formas de interação e participação, o que pressupõe conhecer o perfil da turma e as ferramentas disponíveis no AVA3, ou outras que se fizerem necessárias. Casos que requeiram apoio especializado, deve-se informar a coordenação do curso para que seja dado os devidos encaminhamentos institucionalmente, conforme especificado no item 3.2.1.

Considerando a dialogicidade enquanto perspectiva teórico-metodológica do Curso, bem como o perfil de egresso desejado, isto é, um sujeito apropriado de conhecimentos teórico-práticos interdisciplinares, as abordagens e encaminhamentos metodológicos devem proporcionar o desenvolvimento de competências e habilidades pertinentes ao ser-fazer docente. É por meio de estratégias metodológicas criativas, interativas e dialógicas que a autonomia dos estudantes vai sendo construída e consolidada enquanto percurso formativo, onde a relação teoria-prática vai fazendo sentido na medida em que os conhecimentos são

apropriados, sistematizados se tornam instrumentos para a reflexão e tomada de decisão.

4.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular no Curso de Ciências da Religião foi pensada considerando a Resolução CNE/CP nº 02 de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores para a Educação Básica, a Resolução CNE/CP nº 5 de 28/12/2018, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de licenciatura em Ciências da Religião, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e demais normativas que regem a Educação Superior e que sustentam os currículos dos cursos de graduação da FURB. Foi projetada alinhada com demandas sociais e do mercado e a integralização curricular deverá dotar o profissional, ao mesmo tempo, com conhecimentos generalistas e específicos, e estimular a formação integral do estudante como profissional e cidadão crítico e responsável.

Conforme o PPI vigente, algumas temáticas devem ser inseridas no PPC de Graduação da FURB. Pretende-se, com isso, além de atender requisitos legais, promover a formação integral do cidadão através de um desenho curricular que associe o conhecimento gerado em sala com a realidade vivida, levando o estudante a compreender o seu contexto social, os direitos e deveres relacionados com a vida pessoal e coletiva, de modo que o processo de aprendizagem na graduação não retrate algo isolado a uma área, mas se relacione com temas conectados ao exercício da cidadania.

Deste modo, atendendo a legislação e PDI (2022-2026) os temas Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, Educação em Direitos Humanos, Gênero e Religiosidades estão contemplados na estrutura curricular do curso. Os temas serão desenvolvidos nos seguintes componentes curriculares:

Quadro 2 - Componentes Curriculares com inserção dos temas transversais

Componente Curricular	Temática abordada
- Alteridade e direitos humanos	Direitos humanos
- Meio Ambiente, Sociedades e Tradições	Sustentabilidade

Religiosas	
- Cosmovisões e narrativas indígenas - Cosmovisões e narrativas africanas e afro-brasileiras	História da cultura afro-brasileira e indígena
- Relações de poder, gênero e religiões	Gênero
- Todos os componentes curriculares do eixo específico	Religiosidades
- Cosmovisões e narrativas indígenas - Cosmovisões e narrativas africanas e afro-brasileiras - Culturas e Fenômenos Religiosos - Fundamentos da BNCC e Currículo Base	Relações étnico-raciais

Fonte: NDE do Curso (2022)

O componente curricular Libras (Dec. nº 5.626/2005) está previsto na estrutura curricular do curso na 6ª fase como um componente obrigatório (Libras na Educação).

Além disso, conforme as Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais (Resolução FURB nº201/2017 e suas atualizações), os currículos dos cursos de graduação da FURB deverão ser organizados em espaços comuns e integrados de estudos, denominados eixos, visando superar a fragmentação e isolamento das áreas, dos sujeitos, dos componentes curriculares e dos espaços de ensino-aprendizagem.

O currículo do curso de licenciatura em Ciências da Religião é organizado a partir dos eixos:

- Eixo de Articulação das Licenciaturas, com 1.116 horas aula; e
- Eixo Específico, com 2.754 horas aula.

Quanto ao Eixo de Articulação das Licenciaturas, é importante ressaltar que a Resolução CNE/CP nº 2/2019 (DCN para a Formação de professores) estabelece que a carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

Nas DCN para o curso de licenciatura em Ciências da Religião (BRASIL, 2018), estes três grupos correspondem a núcleos. Em hora-aula, os grupos referentes a primeira licenciatura precisam estar organizados da seguinte forma:

Quadro 3 – Distribuição da carga horária dos cursos de licenciatura

Grupo I	Grupo II	Grupo III
Base Comum 972 h/a	Eixo Específico 1.926 h/a	486 h/a de PCC 486 h/a de estágio obrigatório

Fonte: PROEN (2022).

Com base nessas premissas, o curso de licenciatura em Ciências da Religião estrutura estes três grupos em núcleos, conforme DCN:

I - Núcleo de formação geral, que articulará: a) **formação acadêmica**, assegurada por meio da apropriação de conhecimentos estruturantes do Campo das Humanidades, incluindo as relações entre pesquisa e metodologia científica, análise estatística, leitura e produção de textos, ciências e fenômenos religiosos; b) **formação pedagógica**, assegurada pelo estudo e pesquisa dos fundamentos da Educação, dos seus dispositivos legais, princípios didáticos, processos de organização da Educação Básica (gestão, currículo e avaliação), saberes da profissão e da identidade docente; c) **formação inclusiva**, assegurada pelo estudo das relações entre educação e diversidade, direitos humanos e cidadania, educação ambiental, educação especial, relações étnicas e raciais, de gênero, de geração e de classes sociais, língua brasileira de sinais (LIBRAS).

Este núcleo se aproxima do que preconiza as DCN para a formação de professores (BRASIL, 2019, p. 6-7), onde, no Grupo I, devem ser tratadas ainda as seguintes temáticas:

I - **currículos e seus marcos legais**: a) LDB, devendo ser destacado o art. 26-A; b) Diretrizes Curriculares Nacionais; c) BNCC: introdução, fundamentos e estrutura; e d) currículos estaduais, municipais e/ou da escola em que trabalha.

II - **didática e seus fundamentos**: a) compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes; b) visão ampla do processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento, nos estudantes, das competências e habilidades para sua vida; c) manejo dos ritmos, espaços e tempos para dinamizar o trabalho de sala de aula e motivar os estudantes; d) elaboração e aplicação dos procedimentos de avaliação de

forma que subsidiem e garantam efetivamente os processos progressivos de aprendizagem e de recuperação contínua dos estudantes; e) realização de trabalho e projetos que favoreçam as atividades de aprendizagem colaborativa; e f) compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade.

III - **metodologias, práticas de ensino ou didáticas específicas** dos conteúdos a serem ensinados, devendo ser considerado o desenvolvimento dos estudantes, e que possibilitem o domínio pedagógico do conteúdo, bem como a gestão e o planejamento do processo de ensino e de aprendizagem;

IV - **gestão escolar** com especial ênfase nas questões relativas ao projeto pedagógico da escola, ao regimento escolar, aos planos de trabalho anual, aos colegiados, aos auxiliares da escola e às famílias dos estudantes;

V - **marcos legais, conhecimentos e conceitos básicos da Educação Especial**, das propostas e projetos para o atendimento dos estudantes com deficiência e necessidades especiais;

VI - **interpretação e utilização, na prática docente**, dos indicadores e das informações presentes nas avaliações do desempenho escolar, realizadas pelo MEC e pelas secretarias de Educação;

VII - **desenvolvimento acadêmico e profissional próprio**, por meio do comprometimento com a escola e participação em processos formativos de melhoria das relações interpessoais para o aperfeiçoamento integral de todos os envolvidos no trabalho escolar;

VIII - **conhecimento da cultura da escola**, o que pode facilitar a mediação dos conflitos;

IX - compreensão dos **fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos**; das ideias e das práticas pedagógicas; da concepção da escola como instituição e de seu papel na sociedade; e da concepção do papel social do professor;

X - conhecimento das grandes vertentes teóricas que explicam os processos de **desenvolvimento e de aprendizagem** para melhor compreender as dimensões cognitivas, sociais, afetivas e físicas, suas implicações na vida das crianças e adolescentes e de suas interações com seu meio sociocultural;

XI - conhecimento sobre **como as pessoas aprendem**, compreensão e aplicação desse conhecimento para melhorar a prática docente;

XII - entendimento sobre o **sistema educacional brasileiro**, sua evolução histórica e suas políticas, para fundamentar a análise da educação escolar no país, bem como possibilitar ao futuro professor compreender o contexto no qual exercerá sua prática;

XIII - compreensão dos **contextos socioculturais dos estudantes e dos seus territórios educativos**.

II - Núcleo de formação específica, que articulará: a) **formação específica em Ciências da Religião**, assegurada por meio do estudo dos eixos dessa ciência:

1. Fundamentos históricos e epistemológicos da área de Ciências da Religião;
2. História das religiões, no que tange à apropriação dos aspectos estruturantes das matrizes, tradições e movimentos religiosos de origens africanas, indígenas, asiáticas, orientais e semitas/ocidentais, considerados em sua multiplicidade de elementos (linguagem religiosa, símbolos, ritos, espaços, territórios, mitos, divindade(s), crenças, doutrinas, textos orais e escritos, ideias sobre existência e imortalidade, princípios e valores éticos);
3. Correntes filosóficas e movimentos socioculturais não religiosos;
4. Estudo sistemático das religiões e movimentos religiosos, o que inclui abordagens comparativas, classificatórias e reflexivas, as quais visam a interface com temáticas transversais à sociedade e à cultura, tais como: religião e sociedade, religião e política, religião e economia,

religião e mídia, religião e ciência, religião e arte, religião e violência, religião e sexualidade, religião e natureza;

5. Aplicação dos conhecimentos específicos das Ciências da Religião em espaços formais e não formais de ensino, na construção de processos de aprendizagem crítica e transdisciplinar sobre os fenômenos religiosos, a fim de subsidiar o diálogo inter-religioso, a interculturalidade, os direitos humanos e da cultura da paz.

b) formação específica em Ensino Religioso, assegurada por meio da:

1. Apropriação dos fundamentos históricos, epistemológicos e metodológicos do Ensino Religioso de natureza não confessional e não proselitista, necessários à sua docência em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica;

2. Análise, criação e uso de materiais didáticos, textos, tecnologias digitais e metodologias significativas de aprendizagens para o Ensino Religioso baseado na área de Ciências da Religião.

As DCN para a formação de professores (BRASIL, 2019, p. 7-8) no art. 13 destacam:

§ 1º [...] devem ser incluídas, nas 1.600 horas, as seguintes habilidades:

I - proficiência em Língua Portuguesa falada e escrita, leitura, produção e utilização dos diferentes gêneros de textos, bem como a prática de registro e comunicação, levando-se em consideração o domínio da norma culta;

II - **conhecimento da Matemática** para instrumentalizar as atividades de conhecimento, produção, interpretação e uso das estatísticas e indicadores educacionais;

III - compreensão do conhecimento pedagógico do conteúdo proposto para o curso e da vivência dos estudantes com esse conteúdo;

IV - vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino e de aprendizagem na Educação Básica;

V - resolução de problemas, engajamento em processos investigativos de aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade, realização de projetos e trabalhos coletivos, e adoção de outras estratégias que propiciem o contato prático com o mundo da educação e da escola;

VI - articulação entre as atividades práticas realizadas na escola e na sala de aula com as que serão efetivadas durante o estágio supervisionado;

VII - vivência e aprendizagem de metodologias e estratégias que desenvolvam, nos estudantes, a criatividade e a inovação, devendo ser considerada a diversidade como recurso enriquecedor da aprendizagem;

VIII - **alfabetização, domínio de seus fundamentos e domínio pedagógico** dos processos e das aprendizagens envolvidas, com centralidade nos resultados quanto à fluência em leitura, à compreensão de textos e à produção de escrita das crianças, dos jovens e dos adultos;

IX - **articulação entre os conteúdos das áreas e os componentes da BNCC**-Formação com os fundamentos políticos referentes à equidade, à igualdade e à compreensão do compromisso do professor com o conteúdo a ser aprendido; e

X - engajamento com sua formação e seu desenvolvimento profissional, participação e comprometimento com a escola, com as relações interpessoais, sociais e emocionais.

III - Núcleo de estudos integradores com a finalidade de proporcionar enriquecimento

curricular por meio de:

a) atividades de caráter científico e cultural que enriqueçam o processo formativo dos licenciandos, tais como: eventos, produções de textos (comunicações científicas, artigos, capítulos e livros, monografias, roteiros de investigação e ou performances), estudos de casos, visitas, produções coletivas, monitorias, resolução de situações-problemas, projetos de extensão, projetos culturais e artísticos e residência docente;

b) atividades práticas que propiciem vivências nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) atividades de comunicação e expressão que favoreçam a aquisição e a apropriação de recursos de linguagem que facilitem a comunicação e argumentação com base em dados, fatos e informações fidedignas.

As DCN para a formação de professores (BRASIL, 2019, p. 9) no art. 15 destacam:

No Grupo III, a carga horária de 800 horas para a prática pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previstos nos componentes curriculares, e devem ser assim distribuídas: 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado, em ambiente de ensino e aprendizagem; e 400 horas, ao longo do curso, entre os temas dos Grupos I e II.

§ 1º O processo instaurador da prática pedagógica deve ser efetivado mediante o prévio ajuste formal entre a instituição formadora e a instituição associada ou conveniada, com preferência para as escolas e as instituições públicas.

§ 2º A prática pedagógica deve, obrigatoriamente, ser acompanhada por docente da instituição formadora e por 1 (um) professor experiente da escola onde o estudante a realiza, com vistas à união entre a teoria e a prática e entre a instituição formadora e o campo de atuação.

§ 3º A prática deve estar presente em todo o percurso formativo do licenciando, com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado, no qual a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo e pesquisa.

§ 4º As práticas devem ser registradas em portfólio, que compile evidências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, tais como planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo.

§ 5º As práticas mencionadas no parágrafo anterior consistem no planejamento de seqüências didáticas, na aplicação de aulas, na aprendizagem dos educandos e nas devolutivas dadas pelo professor.

Deste modo, na FURB, o **Eixo Articulador da Licenciaturas (EAL)**, aprovado pela Resolução FURB nº 201/2017, alterada pelas Resoluções FURB nº 68/2018 e 51/2020, tem como objetivo pensar a formação do licenciando a partir dos conteúdos, das competências e habilidade apresentadas pela DCN, trazendo componentes curriculares que são comuns a todos os cursos de licenciatura na universidade e atendendo à base comum estabelecida no regramento

do CNE. Ao total, o EAL é composto por 1116 horas-aula de componentes curriculares.

Os componentes do EAL que o curso atende integralmente são apresentados a seguir:

Quadro 4 – Componentes Curriculares do EAL

Componentes Curriculares	Carga horária*				
	T	P	PCC	AE	TOTAL
Contexto socioterritorial da escola	72	0	0	18	90
História da Educação	54	0	18	18	90
Teorias pedagógicas	36	0	0	0	36
Filosofia e epistemologia da Educação	72	0	0	18	90
Fundamentos e organização curricular	54	0	18	18	90
Psicologia da Educação	72	0	0	18	90
Didática	54	0	18	18	90
Práticas de letramentos e recursos digitais	54	0	18	18	90
LIBRAS na Educação	54	0	18	0	72
Educação especial: teoria e prática	54	0	18	18	90
Gestão e organização da escola	54	0	18	18	90
Políticas públicas e legislação da educação	54	0	18	18	90
Subtotal	684	0	144	180	1008

Componente Curriculares Complementares e dos temas transversais escolhidas pelo curso

Tecnologias e objetos digitais de ensino e aprendizagem	36	36	0	0	72
Alteridade e direitos humanos	36	0	0	0	36
Subtotal	72	36	0	0	108
Total	756	36	144	180	1116**

Fonte: NDE do Curso (2022).

*Legenda da carga horária dos componentes curriculares: T - teórica; P - prática; PCC - Prática como componente curricular; AE - atividades extraclasse.

**Destas 1116 horas-aula totais, 144 são Prática como Componentes Curricular - PCC, considerando que a Resolução CNE/CP nº 2/2019 estabelece a PCC em carga horária específica junto com o estágio, no grupo III, na proposta do EAL distingue-se a PCC das demais cargas horárias dos componentes curriculares para que não haja sobreposição entre os grupos estabelecidos na normativa do CNE.

Por sua vez, o eixo específico constitui-se de espaços de estudos focados nos conhecimentos específicos da atividade profissional.

O curso de Ciências da Religião promove a interdisciplinaridade através da inserção dos componentes do EAL, a partir dos quais os estudantes têm contato com discentes de outros cursos e áreas, ampliando seu repertório formativo. Em virtude de ser um curso de oferta única com uma proposta previamente aprovada por edital, a flexibilização acontece através dos modelos de aula e das AACC, bem como o atendimento especializado da CAE que dá suporte pedagógico. A articulação teórico-prática e as práticas curriculares inovadoras são desenvolvidas conforme item 3.1, que trata da metodologia. Do mesmo modo, a previsão dos conteúdos obrigatórios segue a organização e distribuição dos grupos I, II e III.

A **integração do curso com as Redes Públicas de Ensino** é um pressuposto fundamental ao se tratar de um curso de licenciatura, ou seja, a efetivação de um currículo de formação inicial de professores requer articulação real do curso com os diferentes contextos e espaços educativos. No curso de Ciências da Religião acontece diretamente por meio dos estágios obrigatórios, das PPC, das atividades de extensão, pesquisas, práticas pedagógicas em diferentes espaços educacionais, eventos da área envolvendo as redes no sentido de contribuir com a formação continuada, a visibilização e o reconhecimento do componente curricular ER na educação básica. Destaca-se também a participação ativa dos docentes do curso em atividades de formação continuada para professores da Educação Básica, bem como exercendo atividades de palestras em congressos, seminários e produção escrita e conceitual de Propostas Curriculares/Diretrizes Curriculares para os municípios e rede Estadual. Entendemos que o conjunto dessas atividades e ações estabelece uma estreita articulação entre a Universidade, o Curso de Ciências da Religião e as redes públicas de Ensino, cumprindo a função social e acadêmica com a formação de profissionais da e para a Educação.

4.2.1 COMPETÊNCIAS E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELA/O LICENCIANDA/O

No decorrer do curso de licenciatura em Ciências da Religião os estudantes desenvolverão as seguintes competências:

I - Apropriar-se dos elementos constituintes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, estéticos e éticos, para entender e explicar a realidade e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;

II - Conhecer as manifestações religiosas e filosofias de vida em diferentes tempos, espaços e territórios, a fim de promover a valorização e o respeito à diversidade de saberes e experiências socioculturais peculiares às religiões;

III - Analisar as relações entre as tradições/movimentos religiosos e os campos da cultura, arte, política, economia, saúde, sexualidade, ciência, tecnologias, mídias e meio ambiente para construir leituras críticas de mundo no contexto do exercício da cidadania;

IV - Exercer a docência do Ensino Religioso em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em espaços formais e não formais, por meio de práticas pedagógicas fundamentadas na interculturalidade e na ética da alteridade, com vistas a promover o respeito ao outro e aos direitos humanos;

V - Reconhecer a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver, para valorizar a diversidade de indivíduos e grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades;

VI - Posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz;

VII - Investigar e propor a resolução de situações-problema com base nos conhecimentos específicos de sua formação.

4.3 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC) / ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares, designadas na FURB como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), são componentes curriculares que possibilitam a flexibilização curricular através de formas diversas de integralização curricular que envolvem ensino, pesquisa e extensão, monitorias, trabalhos científicos, atividades comunitárias, entre outros, desenvolvidas pelo estudante durante o processo de construção de sua formação, conforme regulamentação interna. Assim, além de permitir maior autonomia do estudante na construção do seu percurso formativo, a previsão das atividades complementares no currículo reforça a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.

As AACC podem ser realizadas em área específica ou afim ao curso, sendo desenvolvidas na FURB ou fora dela, durante o período de realização do curso de graduação.

No Curso de licenciatura em Ciências da Religião o estudante deverá realizar um total de 252 h/a de AACC, sendo obrigatória para obtenção do grau respectivo. As diretrizes da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEN) da FURB para os cursos de licenciatura determinam as seguintes normas para o cumprimento das atividades acadêmico científico culturais:

- a) O acadêmico deverá cumprir no mínimo 25 % das horas destinadas às AACC em cada uma das três dimensões: ensino, pesquisa e extensão. O cumprimento dos 25% restantes das horas é de livre escolha do acadêmico em qualquer uma das dimensões;
- b) As AACC podem ser realizadas em áreas específicas ou afins do curso ou em outras áreas do conhecimento;
- c) As AACC podem ser desenvolvidas na FURB ou fora dela;
- d) Somente serão computadas as atividades que foram desenvolvidas durante o período de realização, na FURB, do curso de graduação;
- e) As AACC podem ser realizadas inclusive durante o período de férias escolares;
- f) A validação das horas referentes às AACC é de responsabilidade do coordenador das atividades, eleito pelo Colegiado do Curso, que fará a validação das mesmas mediante apresentação, por parte do acadêmico, dos respectivos comprovantes ou certificados de suas atividades realizadas, podendo a documentação ser julgada insatisfatória pelo coordenador de AACC;
- g) O controle das AACC desenvolvidas pelos acadêmicos poderá ser realizado através de um banco de dados, acessível via internet pelo acadêmico, onde ele poderá conferir o número de horas cumpridas e o número de horas a cumprir.

De acordo com o Art. 5º da Resolução no 82/2004, constituem AACC:I

– Atividades de Pesquisa (mínimo de 54h/a e máximo de 108 h/a):

- Participação em programas ou projetos de pesquisa de iniciação científica como bolsista;
- Participação em eventos científicos, como ouvinte ou com apresentação de trabalhos, pôster, comunicação, mesa-redonda ou similares;
- Publicação de artigos científicos, a carga horária deve ser feita de acordo com a tabela a seguir.

TIPO DE PUBLICAÇÃO	CARGA HORÁRIA (H/A)
Artigo ou relato de experiência em anais ou periódico internacional	54
Artigo ou relato de experiência em anais ou período nacional	36
Resumo em anais	9

Livro	72
Capítulo de livro	36

Fonte: Ofício-circular no. 21/2006 ou Resolução FURB no. 82/2004

- Participação na elaboração de materiais didáticos;
- Participação, como ouvinte, em apresentação de bancas de TCC, monografias, dissertações ou teses de mestrado e doutorado;

II – Atividades de Extensão (mínimo de 54h/a e máximo de 108 h/a):

- Participação, como ouvinte ou com atuação, em programas ou atividades de extensão, tais como: campanhas, concursos, corais, festivais, grupos folclóricos, grupos de teatro, mostras, exposições artísticas, oficinas, workshops, orquestras. Em caso de evento onde a carga horária não esteja estabelecida no certificado devem ser consideradas oito horas para cada dia de participação no evento. Em caso de apresentação de trabalho na forma de pôster devem ser acrescidas 04 horas à carga horária do evento e, em se tratando de comunicação oral, 08 horas.
- Participação em seminários, congressos, simpósios, palestras, conferências ou similares, na condição de ouvinte ou com apresentação de trabalho;
- Semanas acadêmicas promovidas pelas IES;
- Componentes curriculares cursados em programas de extensão;
- Participação em grupos de estudo/pesquisa da FURB, sob a supervisão de professores;

III – Componentes curriculares cursados inter e intra-cursos (máximo de 72 h/a):

- Componentes curriculares cursado em nível superior, em cursos de graduação, tecnólogos, sequenciais ou em programas de pós-graduação. Nestes casos o acadêmico deve apresentar um atestado onde consta o nome do componente, a carga horária, período, instituição, avaliação e assinatura de um representante da instituição.

IV – Atividades comunitárias - (máximo de 36 h/a):

- Prestação de serviços comunitários desenvolvidos em instituições como escolas, associações e ONG que tenham relação com o ensino. As atividades

comunitárias serão consideradas desde que seja apresentado um certificado ou declaração no qual deve constar a natureza da atividade, a indicação do período, carga horária, entidade promotora, local da realização e assinatura de responsável pela atividade.

V – Estágios não obrigatórios (máximo de 72 h/a):

- Os estágios não obrigatórios serão considerados desde que seja apresentado um certificado ou declaração no qual deve constar a natureza da atividade, a indicação do período, carga horária, instituição, local e assinatura do supervisor do estágio.

VI – Visitas técnicas e viagens de estudo (máximo de 36 h/a):

- As visitas técnicas e viagens de estudo de caráter não obrigatório serão consideradas desde que o acadêmico comunique à Coordenação do Curso antes de sua realização. A coordenação indicará um professor responsável pela atividade, o qual após a realização fornecerá uma declaração constando a natureza da visita efetuada, o período, a carga horária e a instituição visitada.

O Colegiado pode definir outras AACC.

Para efeitos de integralização das horas de atividades complementares o estudante deverá cadastrar cada atividade no sistema próprio disponibilizado pela FURB (www.furb.br/aacc) para análise e validação pelo respectivo coordenador.

4.4 ESTÁGIO

4.4.1 Estágio Obrigatório

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de licenciatura em Ciências da Religião (BRASIL, 2018), a Lei nº 11.788/2008 e a Resolução FURB nº89/2018. Segundo o art. 3º. da Resolução FURB no. 89/2018, o estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, como parte integrante do itinerário formativo do estudante, e “visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida

cidadã e para o trabalho” .

No Curso de Ciências da Religião, o estágio obrigatório terá 486 h/a (equivalendo a 27 créditos acadêmicos), desenvolvidas na docência do Ensino Religioso nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio, na EJA e espaços não-formais. Compreende-se o estágio, no âmbito do curso de Ciências da Religião como processo de articulação entre teoria e prática que não pode ser entendido como experiência profissional a ser desenvolvida num momento isolado e/ou ao final do curso.

É, contudo, um conjunto de atividades capaz de construir e sistematizar experiências em torno da dinâmica própria da atividade escolar, e se constituir num momento de integração de todos os conteúdos abordados durante o curso de formação. São atividades relacionadas com a área de estudo, com a orientação e supervisão sistemática da Universidade, de acordo com critérios definidos pelo colegiado de cada curso. Não se restringe apenas ao “fazer”, “assistir e dar aulas”, e sim ao desencadeamento de um processo de ação/reflexão/ação, a partir da apreensão da realidade da escola. Deste modo, integra toda a formação acadêmica de Ciências da Religião, desde a quarta até a sétima fase, cujas bases para o seu início acontece nas fases anteriores com componentes que fundamentam e subsidiam a prática. Esta organização privilegia um processo formativo cuja prática está transversalizada e articulada com os demais componentes curriculares. Assim, os conhecimentos teóricos que fundamentam o estágio possibilitam aos estudantes “[...] interpretar criticamente a realidade dos processos educativos, seus conflitos e contradições, ao mesmo tempo em que servem para compreender o cotidiano das instituições e neles a profissão de pedagogo nas suas mais diversas áreas” (FURB, 2017, p. 36).

A partir dessa interpretação crítica, o planejamento das atividades de estágio constitui-se em um “[...] momento de mobilização e de articulação de conhecimentos/conceitos que possibilitam estabelecer uma mediação teórica e intencional, criando condições para pensar uma atuação fundamentada” (FURB, 2017, p. 36).

O contato com a realidade da escola não está restrito ao estágio, sendo ampliado por meio da PCC, distribuída em vários componentes curriculares ao longo do curso, permitindo a interpretação crítica do campo de atuação profissional, bem como a constante relação entre teoria e prática. Os acadêmicos precisam fazer uma leitura dessa realidade, durante o curso, para que suas dúvidas e questionamentos possam ser discutidos no ambiente universitário, embasados num conhecimento teórico apropriado. O estágio obrigatório a partir da quarta fase do curso, constitui-se na construção da atividade docente que mais se aproxima da “práxis”, ou

seja, o estabelecimento de uma análise sistemática da realidade escolar, diagnosticando necessidades, articulando e construindo a unidade entre teoria e prática.

Nesta organização, a prática é sempre mediada “[...] teoricamente ao mesmo tempo em que alimenta e redimensiona a atividade teórico interpretativa do conjunto dos componentes curriculares” (FURB, 2017, p. 36). Esta relação aproxima o/a estudante, durante todo o curso, da realidade da educação básica e especialmente com as redes públicas de ensino. Por isto, necessita ser pensado ao longo do processo de formação, viabilizando a flexibilização curricular e criação de mecanismos que levem ao rompimento da cultura dissociativa existente entre teoria e prática. Deve oportunizar a análise crítica das teorias a partir da vivência de experiências práticas em contínuos processos de construção e (re)construção de conhecimentos.

O estágio obrigatório deve oportunizar ao educando das Licenciaturas o confronto com os problemas concretos das questões do ensino e do processo pedagógico, por intermédio do conhecer, interpretar e agir consciente. Além do desenvolvimento da capacidade científica do educando, para privilegiar a formação de um professor pesquisador. Essas atividades devem ser planejadas para possibilitar ao educando a observação e o conhecimento da escola, sua história, seu papel social e integração na comunidade, o seu Projeto Pedagógico, espaço físico e sua utilização, estrutura organizacional e administrativa, processo ensino-aprendizagem, relacionamento professor-aluno e trocas de experiências. São atividades que podem contemplar a participação do educando em: reuniões pedagógicas da escola, reuniões da Associação de Pais e Professores, aulas de professores de outros componentes curriculares, atividades de recuperação/reforço, orientação de estudos, monitoria, desenvolvimento e execução de cursos de curta duração, de palestras e oficinas de temas identificados como necessários para a comunidade escolar, entre outras.

A docência em sala de aula com docentes habilitados consiste num envolvimento dos acadêmicos em todo processo de planejamento, execução e avaliação de sua ação de docência realizada na escola campo de estágio. Os espaços de Estágio em Ensino Religioso (escolas campo) serão as escolas da rede regular de ensino (municipal, estadual e particular).

O Curso de Ciências da Religião, em rigorosa observação e consonância com a legislação nacional e institucional, organiza seu Estágio em Ensino Religioso, seus tempos/espacos/saberes e fazeres na forma do enunciado nos ementários dos componentes curriculares de Estágio em Ensino Religioso I, II, III e IV conforme descritos abaixo:

Estágio em Ensino Religioso I

Ementa: Saberes docentes: Teoria e prática na formação de professores de **Ensino Religioso nos anos iniciais** do Ensino Fundamental. O Estágio como fundamento e tempo/espaço para formação docente. Observação, planejamento, docência e avaliação de um projeto de atuação docente de Ensino Religioso nos Anos Iniciais. Elaboração de relatório. Seminário de socialização e avaliação do Estágio. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.

Estágio em Ensino Religioso II

Ementa: O Estágio como fundamento e tempo/espaço para formação docente. Observação, planejamento, docência e avaliação de um projeto de atuação docente de **Ensino Religioso nos Anos Finais** do Ensino Fundamental. Elaboração de relatório. Seminário de socialização e avaliação do Estágio. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.

Estágio em Ensino Religioso III

Ementa: O Estágio como fundamento e tempo/espaço para formação docente. Observação, planejamento, docência e avaliação de um projeto de atuação docente de **Ensino Religioso no Ensino Médio**. Elaboração de relatório. Seminário de socialização e avaliação do Estágio. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.

Estágio em Ensino Religioso IV

Ementa: O Estágio como fundamento e tempo/espaço para formação docente. Observação, planejamento, docência e avaliação de um projeto de atuação docente de **Ensino Religioso na EJA e espaços não-formais**. Elaboração de relatório parcial. Seminário de socialização e avaliação do Estágio. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.

A organização destes componentes curriculares seguirá: 1. Encontros com os professores de estágio para apresentação e organização das observações e práticas; 2. Momentos de contato com a realidade profissional; 3. Construção de um projeto de trabalho articulado com os conhecimentos teóricos assimilados ao longo do processo de formação; 4. Desenvolvimento da prática sob orientação e supervisão institucional; 5. Produção de documentos de estágios tais como: projetos, planos de ensino-aprendizagem, relatórios, diários de aprendizagem, portfólios e artigos; 6. Socialização das práticas de estágio por meio de seminários; 7. Devolutiva junto às escolas campos de estágio em formato a ser acordado com

as gestões das respectivas escolas.

4.4.2 Estágio Não Obrigatório

O Estágio Não Obrigatório é uma atividade curricular desenvolvida pelo estudante, de caráter opcional, que busca enriquecer a formação acadêmico-profissional. Tem por objetivo a inserção no mundo do trabalho através de vivências práticas inerentes à sua área de formação. Seguindo as orientações institucionais na Resolução FURB 89/2018, que trata dos estágios, esta modalidade é firmada por Convênio entre a Unidade Concedente e a Universidade e sua concessão se dará após análise pelo Coordenador do Colegiado de Curso observando-se a pertinência para a formação do/a estudante, segundo os objetivos do Curso.

O estágio curricular não obrigatório é uma atividade opcional que:

- Aproxima o estudante da complexidade do mundo do trabalho;
- Amplia a formação profissional, através da vivência em situações reais de vida e de trabalho em instituições públicas e privadas e profissionais liberais;
- Enriquece o currículo acadêmico e profissional;
- Contribui para o desenvolvimento de competências no campo das relações interpessoais;
- Amplia e fortalece a rede social;
- Ameniza o impacto da passagem da vida estudantil para a profissional;
- Estimula o espírito crítico e inovador através da busca por soluções para as dificuldades que surgem na vivência do estágio;
- Dinamiza as discussões em sala de aula e no ambiente profissional;
- Amplia os processos e espaços pedagógicos da formação acadêmico-profissional;
- Amplia as oportunidades de inserção dos profissionais formados pela FURB no mercado de trabalho;
- Pode ser validado como Atividade Acadêmico-Científico-Cultural (AACC), desde que respeitadas às orientações da Resolução FURB n°. 82/2004, ou outra que venha a substituí-la.

Ao mesmo tempo é de suma importância para a unidade concedente, pois:

- Permite a identificação de novos talentos profissionais;
- Proporciona a avaliação e reorganização de estruturas e processos internos;
- Possibilita um canal eficiente para o acompanhamento de avanços tecnológicos e conceituais;
- Possibilita o espírito de renovação e oxigenação, vitais para o futuro da instituição;

O estágio não obrigatório no Curso de Ciências da Religião - poderá ser exercido a partir da 1ª fase do Curso.

4.5 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC)

A Prática como Componente Curricular (PCC) constitui um importante espaço que pode potencializar a articulação entre teoria e prática, oportunizando ao educando refletir sobre problemas reais oriundos das escolas de educação básica e/ou de outros espaços educativos. Conforme disposto no Parecer CNE/CES nº15/2005 (BRASIL, 2005, p. 3):

Portanto, a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento.

No Curso de licenciatura em Ciências da Religião, a PCC está presente ao longo da matriz curricular, perfazendo um total de 486 h/a, e está inserida dentro dos seguintes componentes curriculares:

Quadro 5 – PCC nos Componentes Curriculares

Componente Curricular	PCC
Ensino religioso no Brasil	18
Culturas e fenômenos religiosos	18
História da Educação	18
Sociologia da religião	18
Histórias religiosas na América Latina	18
Fundamentos da BNCC e o currículo base	18
Fundamentos metodológicos do Ensino Religioso	18
Diálogos interculturais e diversidade religiosa	18
Cosmovisões e narrativas indígenas	18
Fundamentos e Organização curricular	18
Desenvolvimento humano e espiritualidades	18
Didática	18
Cosmovisões e narrativas africanas e afro-brasileiras	18
Metodologia do Ensino Religioso	18
Práticas de Letramento e Recursos Digitais	18
Cosmovisões e narrativas orientais	18
Artes e territórios sagrados	18
Linguagens e fenômenos religiosos	18
Religião, Ciência e Tecnologia	18

Cosmovisões e narrativas Semitas	18
Libras na Educação	18
Educação Especial: teoria e prática	18
Pesquisas em Ensino Religioso	18
Movimentos sociais e espiritualidades	18
Relações de poder, gênero e religiões	18
Gestão e organização da escola	18
Políticas Públicas e Legislação da Educação	18
Total	486h/a

A PCC poderá ser desenvolvida de diferentes formas como: análise de documentos escolares e livros didáticos, participação em reuniões pedagógicas, conselhos de classe, visitas técnicas e outras que serão construídas no decorrer do curso e de acordo com as especificidades de cada componente curricular.

4.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Para o curso de Licenciatura em Ciências da Religião, definiu-se a adoção do Trabalho Interdisciplinar Final - TIF como TCC. Ele é uma atividade curricular que consiste no desenvolvimento de um trabalho de graduação, abordando temas das áreas de estudo relacionados no PPC ou temas das linhas de pesquisa da área de formação. O TIF na graduação tem a finalidade de promover atividades de iniciação científica, sendo uma das formas de garantir o princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa.

No decorrer do curso, a organização curricular visa a articulação entre os componentes curriculares de forma que os estudantes percebam sua interdependência, complementaridade e relacionalidade. O diálogo entre os componentes e os planejamentos que visam a interdisciplinaridade, principalmente em componentes que envolvem projetos de pesquisa e de extensão, perpassam todo o percurso formativo dos licenciandos/as do curso de CR. A preocupação com a pesquisa e com a extensão, vistas como elementos indissociáveis do ensino e fundamentais na formação de professores, é uma das tendências atuais na educação do Brasil. A partir dessa perspectiva, vêm se elaborando alternativas de formação que ampliem o repertório científico e cultural dos professores, propondo a articulação de reflexões teóricas com dados de investigação empírica, aproximando a relação entre ensino e pesquisa e com projetos de intervenção junto às comunidades que promovam/provoquem transformações em seus territórios. A Resolução CNE/CP 02/2019 que institui as Diretrizes Nacionais para Formação de Professores, destaca em seu Art. 8º que a formação para professores deve ter em seus fundamentos “III - a conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de

ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento” (BRASIL, 2019, p. 5).

O Trabalho Interdisciplinar Final no curso de CR é uma possibilidade concreta que o licenciando tem de sistematizar, de forma interdisciplinar, os conhecimentos e experiências com ensino, pesquisa e extensão vivenciados ao longo do curso. Seu objetivo é possibilitar que o estudante vivencie o processo de sistematização do conhecimento adquirido, seguindo os preceitos científicos da produção textual, reconhecendo no cotidiano da educação básica um campo de investigação e reflexão constantes e assumindo seu papel enquanto docente-pesquisador.

O TIF é uma atividade obrigatória na integralização do Curso, que tratará sobre um tema referente à educação, preferencialmente relacionado com a prática pedagógica que envolva diferentes áreas. O TIF deverá ser elaborado com base em critérios teóricos, passos metodológicos, inquirição científica, contemplação da realidade e intervenção inovadora, devendo ser “[...] uma tarefa planejada que segue métodos apropriados e que analisa criticamente o objeto em estudo, expressando-se com clareza e objetividade” (FURB, 2017, p. 37).

O TIF se configura, portanto, como uma forma de sistematização, produção e divulgação do conhecimento e das experiências escolares junto ao meio acadêmico, comunitário e científico. No Curso de licenciatura em Ciências da Religião, o TIF terá 90 h/a, para essa elaboração final, em formato de artigo científico, no componente denominado Trabalho Interdisciplinar Final.

A critério do/a(s) professor(es/as) responsável/responsáveis pelo componente, mediante respaldo do Colegiado de Curso, a atividade será realizada preferencialmente em dupla, seguir as normas da ABNT ter aderência com a área de Ensino Religioso e deverá ser socializado por meio de exposição oral (banca) envolvendo a participação de membros externos e pessoas da comunidade.

4.7 COMPONENTES CURRICULARES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD)

Na FURB considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, com materiais didáticos específicos produzidos pela própria instituição. Sendo desenvolvidas atividades educativas por estudantes, professores e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

A inserção de componentes curriculares na modalidade EAD pode contribuir para:

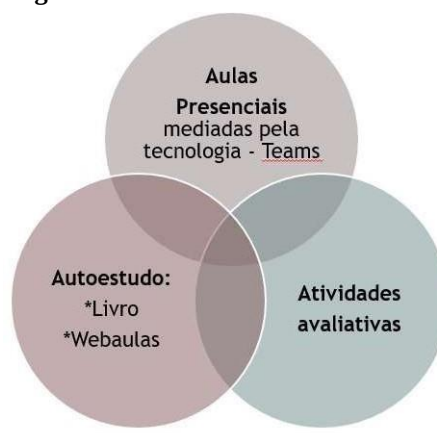
Flexibilização de horário para o estudante
Desenvolvimento de competências e habilidades que o EAD estimula como, por exemplo, autonomia e gerenciamento de tempo
Adoção de estratégias metodológicas diferenciadas
Contribuição da linguagem multimídia para trabalhar o conteúdo

O curso licenciatura em Ciências da Religião terá 1548 h/a em ações realizadas na modalidade a distância, conforme distribuição demonstrada no quadro 6.

Os componentes curriculares do Eixo Articulador serão ofertados conforme o modelo institucional. Já os do Eixo Específico terão entre 4 e 5 encontros presenciais podendo ser na instituição ou pelo *Microsoft Teams*, conforme Resolução FURB nº61/2021. O material didático dos componentes foi produzido em parceria estabelecida por meio de acordo de cooperação técnica celebrado entre FURB e Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ, com objetivo de realizar conjuntamente ações e produções científicas necessárias à oferta do Curso de Licenciatura em Ciências da Religião. O acordo prevê que “os materiais didáticos elaborados conjuntamente para atender a demanda dos componentes curriculares previstos na matriz curricular dos referidos cursos serão utilizados livremente por ambas as instituições, sendo vedadas a cobrança de direitos autorais ou de propriedade pelo uso dos mesmos” (FURB/UNOCHAPECÓ, 2019). O material didático foi elaborado em formato livro e adequado em *webaulas* para atender o modelo EAD FURB.

A **condução do componente curricular** ficará a cargo do/a professor/a ministrante do componente. Para a educação a distância na FURB será utilizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem, denominado AVA3, na plataforma *Moodle*. A metodologia de ensino adotada na modalidade a distância baseia-se em um modelo *on-line*, que prevê atividades síncronas e períodos de auto estudo, além do encontro presencial para realização da avaliação final.

Figura 1 - Estrutura da EAD



Fonte: Elaborado pelo NDE (2022).

As atividades presenciais ocorrerão na FURB ou remotamente. O acompanhamento destes encontros será realizado pelo docente.

O auto estudo terá como suporte os seguintes instrumentos metodológicos:

- f) Auto estudo com apoio do material digital do componente curricular e das *webaulas*;
- g) Salas de aula virtuais alocadas no AVA3 com objetos de aprendizagem;
- h) Chat proporciona o aprofundamento dos conteúdos por meio de discussões dirigidas de modo síncrono;
- i) Atividades avaliativas conforme o planejamento do(a) docente do componente curricular.

Demais procedimentos metodológicos específicos deverão ser planejados e apresentados no plano de ensino de cada componente curricular, sob a responsabilidade do(a) docente a ela vinculado(a). Para tal, este/a profissional contará com o apoio técnico e pedagógico das equipes didático-pedagógicas e de produção e tecnologia.

O material didático da EAD é produzido pela própria Universidade, por meio de seu corpo docente, com a assessoria e a orientação da equipe didático-pedagógica e em parceria

com a equipe de produção e tecnologia, alocada na DME. Cada componente curricular possui seu livro e as respectivas *webaulas*. No processo de produção, os materiais são planejados com base na ementa de cada componente curricular, levando-se em consideração a bibliografia adequada, o aprofundamento e a coerência teórica, e utilizando-se de diferentes recursos tecnológicos e pedagógicos para atender a modalidade a distância. Todo o conteúdo deste curso será disponibilizado no AVA3.

Construído com base na dialogicidade e na mediação do conhecimento por meio de recursos oriundos das novas TIC, o livro mais as *webaulas* compõem o material base de cada componente curricular. Tais materiais dialogam com a dinâmica estrutural e pedagógica do curso, e poderão ser elaborados pelo(a) docente do componente curricular.

As *webaulas* são um material didático hipermidiático de caráter flexível, interativo, não linear e dialógico que deve estar interligado aos conhecimentos presentes no livro do componente curricular, por meio de hipertextos e multimídia. As *webaulas* complementam os conteúdos desenvolvidos e problematizados no livro, além de contribuir e viabilizar o desenvolvimento de atividades de aprendizagem. Pela sua característica, as *webaulas* são acessadas pelos (as) estudantes, de forma responsiva, por meio do AVA3.

O material didático é uma ferramenta que propicia o diálogo entre docente/autor(a) e estudante. Desse modo, a linguagem utilizada será dinâmica e motivadora, contemplando a área de abrangência do presente projeto e a diversidade cultural dos(as) estudantes, para que, apesar da distância física, não se sintam sozinhos(as) e possam descobrir meios para o desenvolvimento da sua autonomia na busca de conhecimentos.

Além do livro e das *webaulas* elaboradas pelo docente autor, o professor ministrante poderá disponibilizar outros materiais digitais na sala de aula virtual, ou seja, no AVA3. A modalidade a distância da FURB é efetivada por meio das ferramentas de tecnologia institucionais ofertadas pelo Pacote Microsoft 365 e pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA FURB. São por meio dessas ferramentas que o estudante percorre o caminho de estudo e realiza as atividades curriculares.

Este PPC prevê os seguintes componentes com ações realizadas na modalidade a distância:

Quadro 6 – Componentes Curriculares na modalidade a Distância

Componentes Curriculares	Carga horária em EAD
Ensino Religioso no Brasil	54 h/a
Filosofia da Religião	72 h/a
Culturas e Fenômenos Religiosos	36 h/a
Ciências da Religião no Brasil	54 h/a
Teorias Pedagógicas	36 h/a
Artes e Territórios Sagrados	36 h/a
Sociologia da Religião	72 h/a
Histórias Religiosas na América Latina	72 h/a
Fundamentos metodológicos do Ensino Religioso	36 h/a
Alteridade e Direitos Humanos	36 h/a
Cosmovisões e narrativas indígenas	54 h/a
Desenvolvimento humano e espiritualidades	36 h/a
Cosmovisões e narrativas africanas e afro-brasileiras	54 h/a
Diversidade religiosa no Brasil	36 h/a
Metodologia do Ensino Religioso	36 h/a
Psicologia da Educação	90 h/a
Práticas de letramentos e recursos digitais	90 h/a
Cosmovisões e narrativas orientais	54 h/a
Epistemologias e fenômenos religiosos	54 h/a
Religião, Ciência e Tecnologia	36 h/a
Diálogos Interculturais e Diversidade Religiosa	36h/a
Cosmovisões e narrativas semitas	54 h/a
Éticas, filosofias de vida e tradições religiosas	54 h/a
Movimentos sociais e espiritualidades	54 h/a
Relações de poder, gênero e religiões	36 h/a
Políticas públicas e legislação da educação	90 h/a
Total	1368h/a

Fonte: NDE do Curso (2022).

Os componentes curriculares acima foram produzidos conforme Instrução Normativa N° 004/2020 e a Resolução FURB n. 03/2020 que trata da Política Institucional para oferta de componentes curriculares a distância de cursos presenciais da FURB.

4.8 ESPAÇOS E TEMPOS DE APRENDIZAGEM

Sob o ponto de vista institucional a FURB vem trabalhando para modernizar as formas de aprendizagem e flexibilizar o processo de apropriação do conhecimento, com a superação das distâncias geográficas e das relações espaço-tempo, contribuindo com uma formação humana por meio da aprendizagem autônoma do sujeito.

Nesse contexto, a aprendizagem híbrida vem contribuir para essa modernização e inovação, caracterizando-se como uma “metodologia pedagógica flexível, ativa e inovadora que orienta a atividade docente, estimula a autonomia, o protagonismo, a interação entre estudantes e entre estes e docentes, integrando atividades presenciais e não presenciais, com alternância em diferentes tempos e espaços” (MEC, 2021).

Assim, a partir da publicação da Resolução FURB nº61/2021 os componentes curriculares dos cursos de graduação da FURB poderão ser organizados mesclando as diversas formas de interação para potencializar o desenvolvimento das competências desejadas para egresso. No quadro a seguir apresentamos os modelos existentes:

- j) **Presencial:** em que a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra em ambiente físico da FURB, com acompanhamento e avaliação presencial compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por discentes e docentes presenciais, ambos em lugares e tempos idênticos (síncronas);
- k) **Remoto:** em que a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com acompanhamento e avaliação remota compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por discentes e docentes que estejam em lugares diversos, porém, ambos em tempos idênticos (síncronas);
- l) **OnLife:** em que a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra, simultaneamente, offline (presencial) e online (remoto), com

a utilização de ambiente físico da FURB e de meios e tecnologias de informação e comunicação, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por discentes presenciais e/ou conectados remotamente, e docentes presenciais, ambos em tempos idênticos (síncronas);

- m) **Flex:** em que a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com parte da carga horária presencial e outra parte remota ou Onlife;
- n) A **distância (EAD):** em que a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por discentes e docentes que estejam em lugares e tempos diversos (assíncronas);
- o) **Semipresencial:** em que a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra parte da carga horária presencial, e, outra parte, a distância, observados os limites máximos de distribuição da carga horária estabelecidos no PPC e /ou legislação específica.

Quadro 7 - Síntese dos modelos de aula praticadas na FURB

Modelo	Professor estará	Aluno estará	Avaliações serão
Presencial	Presencial	Presencial	Presencial
Remoto	Remoto	Remoto	Remoto
OnLife	Presencial	Presencial ou Remoto	Presenciais e/ou Remotas (prever no plano de ensino)
Flex¹	Parte presencial e parte remoto ou OnLife	Parte presencial e parte remoto ou OnLife	Presenciais e/ou Remotas (prever no plano de ensino)
EaD	Atividades educativas em lugares e tempos diversos com encontros presenciais agendados ²	Atividades educativas em lugares e tempos diversos com encontros presenciais agendados ²	Presenciais e/ou Remotas (prever no plano de ensino)
Semipresencial¹	Parte presencial e parte EAD	Parte presencial e parte EAD	Presenciais e/ou Remotas (prever no plano de ensino)

(1) O plano de ensino deve prever um cronograma com a previsão das datas de encontros presenciais/remotos/OnLife.

(2) Observa o modelo de oferta EAD.

4.9 ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

A curricularização da extensão é uma das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação - PNE (2014 – 2024). Para alcançar a meta 12.7 do PNE é necessário assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares da graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. A fim de regulamentar essa estratégia, o Conselho Nacional de Educação (CNE) editou a Resolução CNE/CES nº 7/2018, que com Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

A inserção das atividades extensionistas no currículo tem como potencial promover o alinhamento da universidade com as demandas da sociedade, possibilitando uma aprendizagem transformadora, a formação de um cidadão crítico, capacitado para o mundo do trabalho e para lidar com os problemas reais presentes no contexto social. Além disso permite quebrar a segregação entre o ensino, pesquisa, extensão e questões da sociedade, conforme observamos na Figura 3Figura 2:

Figura 2 - Curricularização da Extensão



Fonte: Organizado pela DPE.

Na FURB conforme a Resolução 99/2019, para fins de curricularização, a Extensão deverá ser inserida no PPC dedicando parte da carga horária de componentes curriculares previstos no currículo, inserindo componentes específicos para a extensão ou uma mescla das duas estratégias. Esta carga horária está indicada explicitamente na matriz curricular ou ainda poderão ser incluídos componentes curriculares de extensão com a inserção de programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviço.

A definição das estratégias da inserção da extensão no currículo observa a Instrução Normativa PROEN nº 1/2020 e Parecer CEE/SC 307/2020. Os estágios e TCC, conforme o parecer do CEE/SC, poderão ser utilizados como atividades extensionistas desde que suas características constem no PPC e atendam as diretrizes previstas na Resolução CNE/CES nº 7/2018.

Nesse sentido, no Curso de licenciatura em Ciências da Religião as atividades extensionistas terão 396 h/a e serão desenvolvidas por meio dos componentes curriculares elencados no quadro 8, estando previsto em cada uma das respectivas ementas um projeto de ação pedagógica.

Quadro 8 - Distribuição das atividades de extensão nos componentes curriculares

Componente Curricular	Carga horária de Extensão	Distribuição das atividades de extensão no componente curricular
Culturas e fenômenos religiosos	18	As atividades de extensão ocorrerão por meio do Projeto de Ação Pedagógica que integra a ementa e será desenvolvido de acordo com a especificidade do respectivo componente, com carga horária de 18h/a ou 54h/a (teórica ou prática) conforme informação ao lado.
Diálogos interculturais e diversidade religiosa	18	
Estágio em Ensino Religioso I	72	
Estágio em Ensino Religioso II	54	
Artes e territórios sagrados	18	
Estágio em Ensino Religioso III	54	
Religião, Ciência e Tecnologia	18	
Estágio em Ensino Religioso IV	54	
Pesquisas em Ensino Religioso	18	
Movimentos sociais e espiritualidades	18	
Trabalho interdisciplinar final	54	

Fonte: NDE do Curso (2022).

A avaliação e frequência dos estudantes nas atividades extensionistas ficarão a cargo do/a professor/a responsável pelo componente curricular, e seu regramento será definido conforme plano de ensino do respectivo componente.

4.10 REGIME CONCENTRADO OU AULAS AOS SÁBADOS

O curso foi organizado para as aulas acontecerem às sextas-feiras à noite e aos sábados nos períodos matutino e vespertino, com a possibilidade de aulas em regime concentrado nos meses de janeiro, fevereiro e julho. Essa organização se deve pelo fato de a maioria dos estudantes serem trabalhadoras/es e residirem em municípios vizinhos, logo, pela dificuldade de deslocamento diário devido a distância entre cidade de origem e a UNIPLAC em Lages, onde ocorrem os encontros.

Essa organização faz com que as/os docentes alocadas/os em componentes curriculares que ocorrem fora das datas estabelecidas no calendário acadêmico não tenham possibilidade de atendimento aos prazos para elaboração de plano de ensino e entrega de diários, pois o seu início e fechamento têm períodos diferenciados do calendário oficial da FURB.

4.11 SAÍDAS A CAMPO

Os estudantes do Curso de Ciências da Religião vão a campo para estudos estágios, pesquisa e extensão. As saídas poderão ocorrer desde que: definidas em conjunto com os professores do curso, colegiado e corpo discente, e, caso haja possibilidade de apoio financeiro de projetos com fomento externo.

4.12 ESTRUTURA CURRICULAR

4.12.1 Matriz curricular

Quadro 9 - Matriz Curricular

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB (Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 117 de 13/02/1986 - D.O.U. de 14/02/1986)											
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO, ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE- PROEN Divisão de Políticas Educacionais											
Curso: Ciências da Religião											
Grau: Licenciatura											
Currículo: 2021.2			Versão: 1ª				Registro:			Turno: Especial Mat/Vesp/Not	
Parecer de aprovação:							Parecer de alteração:				
Tempo para integralização em semestres letivos:			Duração mínima - 4 anos Duração máxima - 4 anos								
Fase	Componente Curricular	Eixo¹	Carga horária					CA	EAD	Ext6	Pré- Requisitos
			T²	P²	PCC	AE	Total				
1	Ensino Religioso no Brasil	EE	54	0	18	18	90	5	54	0	
	Filosofia da Religião	EE	72	0	0	0	72	4	72	0	
	Culturas e Fenômenos Religiosos	EE	54	0	18	0	72	4	36	18	
	História da Educação	EAL	54	0	18	18	90	5	0	0	
	Contexto Socioterritorial da Escola	EAL	72	0	0	18	90	5	0	0	
	Subtotal			306	0	54	54	414	23	162	18
2	Ciências da Religião no Brasil	EE	72	0	0	18	90	5	54	0	
	Filosofia e Epistemologia da Educação	EAL	72	0	0	18	90	5	0	0	
	Teorias Pedagógicas	EAL	36	0	0	0	36	2	36	0	
	Sociologia da Religião	EE	54	0	18	0	72	4	72	0	
	Histórias Religiosas na América Latina	EE	54	0	18	0	72	4	72	0	
	Fundamentos da BNCC e do Currículo Base	EE	54	0	18	0	72	4	0	0	
	Subtotal			342	0	54	36	432	24	234	0
3	Fundamentos Metodológicos do Ensino Religioso	EE	54	0	18	0	72	4	36	0	
	Diálogos Interculturais e Diversidade Religiosa	EE	54	0	18	18	90	5	36	18	
	Alteridade e Direitos Humanos	EAL	36	0	0	0	36	2	36	0	
	Cosmovisões e Narrativas Indígenas	EE	54	0	18	0	72	4	54	0	
	Fundamentos e Organização curricular	EAL	54	0	18	18	90	5	0	0	
	Desenvolvimento Humano e Espiritualidades	EE	54	0	18	18	90	5	36	0	

		Subtotal	306	0	90	54	450	25	198	18	
4	Estágio em Ensino Religioso I	EE	36	108	0	0	144	8	0	72	
	Didática	EAL	54	0	18	18	90	5	0	0	
	Cosmovisões e Narrativas Africanas e Afro-brasileiras	EE	54	0	18	0	72	4	54	0	
	Diversidade Religiosa no Brasil	EE	72	0	0	18	90	5	36	0	
	Metodologia do Ensino Religioso	EE	54	0	18	0	72	4	36	0	
	Psicologia da Educação	EAL	72	0	0	18	90	5	90	0	
	Subtotal		342	108	54	54	558	31	216	72	
5	Estágio em Ensino Religioso II	EE	36	108	0	0	144	8	0	54	
	Práticas de Letramento e Recursos Digitais	EAL	54	0	18	18	90	5	90	0	
	Tecnologias e Objetos Digitais de Ensino e Aprendizagem	EAL	72	0	0	0	72	4	0	0	
	Cosmovisões e Narrativas Orientais	EE	54	0	18	0	72	4	54	0	
	Artes e Territórios Sagrados	EE	54	0	18	0	72	4	36	18	
	Epistemologias e Fenômenos Religiosos	EE	72	0	0	18	90	5	54	0	
	Subtotal		342	108	54	36	540	30	234	72	
6	Estágio em Ensino Religioso III	EE	18	90	0	0	108	6	0	54	
	Linguagens e Fenômenos Religiosos	EE	54	0	18	0	72	4	0	0	
	Movimentos Sociais e Espiritualidades	EE	54	0	18	0	72	4	54	18	
	Cosmovisões e Narrativas Semitas	EE	54	0	18	0	72	4	54	0	
	Libras na Educação	EAL	54	0	18	0	72	4	0	0	
	Educação Especial: teoria e prática	EAL	54	0	18	18	90	5	0	0	
	Subtotal		288	90	90	18	486	27	108	72	
7	Estágio em Ensino Religioso IV	EE	18	72	0	0	90	5	0	54	
	Pesquisas em Ensino Religioso	EE	54	0	36	0	90	5	0	18	
	Éticas, Filosofias de Vida e Tradições Religiosas	EE	72	0	0	0	72	4	54	0	
	Religião, Ciência e Tecnologia	EE	54	0	18	0	0	4	36	0	
	Relações de Poder, Gênero e Religiões	EE	54	0	18	0	72	4	36	0	
	Gestão e organização da escola	EAL	54	0	18	18	90	5	0	0	
	Subtotal		306	72	90	18	486	27	126	90	
8	Políticas Públicas e Legislação da Educação	EAL	54	0	18	18	90	5	90	0	
	Trabalho Interdisciplinar Final	EE	36	0	54	0	90	5	0	54	
	Meio Ambiente, Sociedades e Tradições Religiosas	EE	72	0	0	0	72	4	0	0	
	Subtotal		162	0	72	18	252	14	90	54	

	AACC ⁵						252	13					
	TOTAL				2394	378	558	288	3870	215	1368	396	

- (1) EG – Eixo Geral; EA - Eixo de Articulação; EE – Eixo Específico.
 (2) T – Teórica; P – Prática, PCC – Prática como Componente Curricular, AE – Atividade Extraclasse.
 (3) Créditos Acadêmicos
 (4) Créditos Financeiros
 (5) Ensino a Distância
 (6) Extensão

Quadro 10 - Resumo geral da Matriz Curricular

Eixo Articulador das Licenciaturas	1116
Eixo Específico	1926
Estágio Obrigatório	486
PCC	486
TIF (TCC)	90
AACC/Atividades Complementares	252
Atividades de Extensão	396
Carga horária total do curso	3870

Quadro 11 – Componentes complementares do EAL

Componente Curricular	Fase	Origem	C/H					Modalidade
			T ¹	P ²	PCC ³	AE ⁴	Total	
Tecnologias e objetos digitais de ensino e aprendizagem	5a	DSC	72h/a	0	0	0	72h/a	Semi-concentrado Presencial

Fonte: NDE do Curso (2022)

4.12.2 Pré-requisitos

Não se aplica.

4.12.3 Detalhamento dos componentes curriculares

4.12.3.1 Detalhamento dos componentes curriculares obrigatórios do Eixo de Articulação das Licenciaturas

Componente Curricular: História da Educação
Área temática: conforme diretrizes institucionais
Ementa: A constituição da História da Educação como campo epistemológico: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do profissional da educação. Os conhecimentos científico e tecnológico e a educação ao longo dos tempos históricos. A relação histórico-social entre a estrutura e a governança dos sistemas educacionais. Os diversos contextos históricos da cultura escolar, as práticas educativas e o sistema escolar brasileiro. O profissional da educação e os valores democráticos na História do Brasil. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.
Objetivos: Analisar a constituição do campo da História da Educação e sua relevância para o profissional da educação. Estudar as mudanças e permanências nos conhecimentos científico e tecnológicos ao longo da História. Avaliar a cultura escolar, as políticas educacionais e suas práticas nos diversos contextos históricos. Compreender a historicidade e valorizar a democracia na prática docente. Integrar os temas da disciplina ao cotidiano escolar da Educação Básica.
REFERÊNCIAS Básicas: CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. História da Educação. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994. MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. ROCHA, Maria Aparecida. A Educação Pública Antes da Independência. São Paulo, UNESP, 2015. ROMANELLI, O. de O. História da Educação no Brasil. 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. Complementares: ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. O legado educacional do século XX no Brasil. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

ARIES, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro : LTC, 1981. ARIES, Philippe; DUBY, Georges. História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 5v, il. BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de. Orgs. Gestão e Políticas da Educação. Rio de Janeiro: DP e A, 2004. CASTANHA, André Paulo. História da educação: pesquisa, levantamento de fontes e instituições escolares. Cascavel: Edunioeste, 2010. LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. MOURA, Maria Isabel (org.). A escola pública no Brasil: história e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2005. YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes; ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009. 251 p. Periódicos especializados: Revista de Educação História http://www.lapeduh.ufpr.br/revista/ Revista História Hoje https://rhhj.anpuh.org/RHHJ
--

Componente Curricular: Contexto Socioterritorial da Escola
Área temática: conforme diretrizes institucionais
Ementa: Metodologias de diagnóstico participativo; a escola e seu contexto territorial; dimensões sociais, econômicas, político, culturais e ambientais do território escolar; indicadores socioterritoriais; fontes de informação; bases de dados; cartografias sociais; metodologias de interação social.
Objetivos: Acessar recursos teórico metodológicos para realização de diagnóstico do contexto socioterritorial da escola e elaboração de projetos de interação entre escola e comunidade.
REFERÊNCIAS Básicas: ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ (org), caderno: Bairro-Escola: passo a passo, São Paulo: Fundação Educar, UNICEF, UNDIME, MEC, 2007 BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, 95). DAL-FARRA, Rossano André; LOPES, Paulo Tadeu Campos. Métodos mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 24, n. 3, set./dez. 2013. DOWBOR, L. Educação e desenvolvimento local. 2006a. Disponível em: http://dowbor.org/06deslocalcurto4p.doc. Acessado em agosto de 2016. KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009. MEDEIROS, Barnabé e GALIANO, Mônica Beatriz. Bairro-Escola: uma nova geografia do aprendizado. São Paulo: Tempo Dímagem, 2005 SOUZA, M. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. 10 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 77-116. 2007. THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. 10. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2000.(Coleção temas básicos de pesquisa-ação). Complementares:

- ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2013.
- ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ, 2008.
- ARROYO, Miguel. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. *In*: MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.
- SINGER, Helena (org.). **Territórios educativos** : experiências em diálogo com o Bairro-Escola. São Paulo: Moderna, 2015. (Coleção territórios educativos ; v. 1)
- SINGER, Helena (org.). **Territórios educativos** : experiências em diálogo com o Bairro-Escola. São Paulo: Moderna, 2015. (Coleção territórios educativos ; v. 2)

Componente Curricular: Filosofia e Epistemologia da Educação

Área temática: conforme diretrizes institucionais

Ementa:

Compreensões filosóficas de educação ao longo da história e suas influências na atualidade. Dimensões ontológicas, éticas, sociais e culturais da educação. Epistemologias e educação, conhecimento e aprendizagem. Educação e Escola entrelaçadas no mundo contemporâneo. Epistemologia da educação dialógica, problematizadora, crítica e emancipadora. A realidade e o saber dos estudantes como base epistemológica da aprendizagem. Aspectos epistemológicos das novas tecnologias na educação. Metodologias ativas e construção colaborativa do saber pelo diálogo com colegas, estudantes, pais e comunidade.

Objetivos:

Construir colaborativamente/participativamente condições filosóficas e epistemológicas como base para uma educação integral, dialógica, integradora, crítica e emancipadora no mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

Básicas:

- ASSMANN, Hugo. **Metáforas novas para reencantar a educação**: epistemologia e didática . Piracicaba: Editora da UNIMEP, 1996.
- BACICH, Lilian. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Lilian Bacich. Porto Alegre: Penso 2017.
- BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem**: Educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Grupo Autêntica 2013.
- FLICKINGER, Hans-Georg. **A Caminho de uma pedagogia hermenêutica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 56.ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Epistemologia e Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. **Educação na era digital**: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015.
- RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução Lílían do Valle. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Complementares:

- BELTRÃO, Ierecê Rego. **Corpos dóceis, mentes vazias, corações frios**: didática, o discurso científico do disciplinamento. São Paulo: Ed. Imaginário, 2000.
- FIORI, Ernani Maria; ARANTES, Otilia B. F. **Educação e política**. Porto Alegre : L E PM, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 29.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Por uma pedagogia da pergunta**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MATTAR, João. **Metodologias ativas para a educação presencial, blended e a distância**. São Paulo: artesanato educacional, 2017.

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade**. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962.
 PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

Componente Curricular: Teorias pedagógicas

Área temática: conforme diretrizes institucionais

Ementa:

A história das ideias e práticas pedagógicas. Teorias pedagógicas: princípios e implicações no processo de ensinar e de aprender. Principais precursores pedagógicos. Pedagogias do século XXI: inovações educativas. A docência no processo educativo.

Objetivos:

Compreender os fundamentos das teorias pedagógicas, analisando as contribuições dos precursores pedagógicos na organização, funcionamento e inovações das pedagogias do século XXI.

REFERÊNCIAS

Básicas:

CARBONELL, J. **Pedagogias do século XXI**: bases para a inovação educativa. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2016.
 GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. **A pedagogia**: teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias: Petrópolis: Vozes, 2010.
 GHEDIN, Evandro. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Ática, 2000.
 SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
 TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Complementares:

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2008.
 CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.
 FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1979.
 FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. São Paulo: Cortez, 1989.
 GIROUX, H. **Os professores como intelectuais**. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
 IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2001.
 LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública**: a pedagogia crítico – social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1986.
 NÓVOA, A. **Vidas de Professores**. Portugal: Porto Editora, 1992.
 SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.
 SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
 SCHON, D. A. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Componente Curricular: Fundamentos e organização curricular

Área temática: conforme diretrizes institucionais

Ementa:

Currículo: conceitos e fundamentos teóricos. Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. BNCC e Propostas Curriculares Estaduais e Municipais: fundamentos e organização. Debates

contemporâneos no campo do currículo. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.
Objetivos: Compreender o currículo como produção histórica, contextualizando as propostas curriculares oficiais e as organizações curriculares da atualidade.
REFERÊNCIAS Básicas: BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, dezembro de 2018. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica /Diretoria de Currículos e Educação Integral, 2013. SACRISTAN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998. 352p, il. (Biblioteca Artes Médicas. Fundamentos da educação). SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 154 p. TORRES, R.M. Que (e como) é necessário aprender? Papirus, Campinas, 1994. VALLE, I. R. Sociologia da educação: currículo e saberes escolares. 2ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. Complementares: LOPES, A. R.C.; MACEDO, E. (Org.). Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez, 2006. 269 p. (Cultura, memórias e currículo). LOPES, A. R.C.; MACEDO, E. Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002. 237 p. (Cultura, memória e currículo, v.2). LOPES, A. R.C.; MACEDO, E. Disciplinas e integração curricular: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 220 p, il. MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da. Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1995. 154 p. SACRISTÁN, J. G. Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013. SACRISTÁN, J. G.; PEREZ GOMEZ, A. I. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998. 396 p. SACRISTAN, J. G. A educação obrigatória: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: ArtMed, 2001. Periódicos especializados: Revista e-Curriculum - https://revistas.pucsp.br/curriculum Revista Currículo Sem Fronteiras: http://www.curriculosemfronteiras.org/ Revista Espaço do Currículo: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec

Componente Curricular: Didática
Área temática: conforme diretrizes institucionais
Ementa: Conceito e trajetória histórica da Didática. O “ofício” de professor. Concepções de ensino e implicações em diferentes ambientes de aprendizagem. Planejamento de ensino e seus elementos: objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação. Avaliação da Aprendizagem e implicações para o ensino. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.
Objetivos: Compreender os fundamentos histórico-culturais das teorias de ensino, analisando as implicações para o professor e para os processos de ensino em diferentes ambientes de aprendizagem.
REFERÊNCIAS

Básicas:

BOTH, I. J. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida**: é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina. 3. ed. rev. Curitiba: Ibpx, 2011.

COMÊNIO. **Didáctica Magna**: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. 525 p. (Textos clássicos).

CUNHA, M. I. da. **A didática e a produção do conhecimento**: um ensaio preliminar. In: Tecnologia educacional, v. 17, n. 82, p. 31-34, maio/jun. 1988.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

LOPES, A. O.; VEIGA, I. P. A. **Repensando a didática**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1989

Complementar:

ANDRÉ, M. E. D. A. de; OLIVEIRA, M. R. N. S. **Alternativas no ensino de didática**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2000.

CUNHA, M. I. da. **O bom professor e sua prática**. Campinas, SP: Papirus, 1989.

HADJI, C. **A avaliação, regras do jogo**: das intenções aos instrumentos. Porto: Porto Ed, 1994. 190p. (Coleção ciências da educação, 15).

HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001. 136p. (Biblioteca ARTMED. Fundamentos da educação).

HAYDT, R. C. C. **Curso de didática geral**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003. 327 p. (Educação).

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido; LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, 1996. 134p.

Periódicos especializados:

Revista Educação e Sociedade - <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/20>

Componente Curricular: Psicologia da Educação**Área temática:** conforme diretrizes institucionais**Ementa:**

Concepções teóricas de desenvolvimento e de aprendizagem e repercussões na prática educativa. Desenvolvimento humano em seus aspectos: afetivo, cognitivo, valorativo e social. A gênese do psiquismo e a construção do sujeito. As relações humanas no processo educativo. Problemas atuais da aprendizagem.

Objetivos:

Conhecer os processos, fases e metodologias de/para o desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva e ética e os principais problemas de aprendizagem atuais.

REFERÊNCIAS**Básicas:**

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Psicologia na educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 150p.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino; BOCK, Ana Mercês Bahia. **Escolar**: teorias críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. 170 p.

VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONT'EV. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. EDUSP, 1988. 228p.

Complementares:

AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. 215p, il.

CIASCA, Sylvia Maria. **Distúrbios de aprendizagem**: proposta de avaliação interdisciplinar. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 220 p, il.

PIAGET, Jean. **A linguagem e o pensamento da criança**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 282p.

VIGOTSKY, L. S. (Lev Semenovich); COLE, Michael. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. xii, 168 p.

Componente Curricular: Práticas de letramentos e recursos digitais

Área temática: conforme diretrizes institucionais

Ementa:

Estudos dos letramentos e a pesquisa de cunho etnográfico na educação linguística. Projetos de letramentos e práticas de letramentos com tecnologias em contextos educativos: uso de recursos digitais em materiais didáticos e do papel da aprendizagem colaborativa. Articulação entre teoria e prática na Educação Básica.

Objetivos:

Promover a discussão de abordagens em torno dos estudos dos letramentos sob perspectiva sociocultural e contribuições de pesquisas de cunho etnográfico na educação linguística. Oportunizar estudo de elementos que compõem os projetos de letramentos e de recursos digitais que auxiliem na elaboração de materiais didáticos. Proceder com análise e produção de práticas pedagógicas, com recursos digitais, na direção da aprendizagem colaborativa.

REFERÊNCIAS

Básicas:

LEA, M. R.; STREET, B (2006). **O modelo dos letramentos acadêmicos**: teoria e aplicações. Tradução por Fabiana Komesu e Adriana Fischer, Revista Filol. Linguíst. Port., São Paulo, v. 16, n. 2, p. 477-493, jul./dez. 2014.

HEINIG, Otilia Lizete de Oliveira Martins. **Baú de práticas**: socialização de projetos de letramentos. Blumenau : Edifurb, 2013. 124 p, il.

STREET, B. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 240p.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 11. ed. Petrópolis : Vozes, 2012. 133 p, il.

Complementares:

BARTON, David; HAMILTON, Mary; ROZ, Ivanic. **Situated literacies**: reading and writing in context. London: Routledge, 2000. xv, 222 p, il.

FRITZEN, Maristela Pereira; LUCENA, Maria Inêz Probst. **O olhar da etnografia em contextos educacionais**: interpretando práticas de linguagem. Blumenau: Edifurb, 2012. 187 p.

ROJO, R. H. R.; MOURA, E. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

VÓVIO, Cláudia; SITO, Luanda; DE GRANDE, Paula. **Letramentos**: rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisas em Linguística Aplicada. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

SANTOS, W. L. P. dos. **Educação científica na perspectiva de letramento como prática social**: funções, princípios e desafios. Rev. Bras. Educ., v. 12, n. 36, p. 474-492, 2007.

Componente Curricular: Libras na educação

Área temática: conforme diretrizes institucionais

Ementa:

Aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. História da educação de surdos. Introdução aos aspectos linguísticos e estruturais da Língua Brasileira de Sinais: fonologia, morfologia, sintaxe. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Objetivos:

Conhecer, refletir e compreender a contextualização política, cultural, social e legal das questões educacionais relacionadas às pessoas surdas ou com deficiência auditiva e o uso da Língua brasileira de Sinais como meio de comunicação, estimulando a participação e compromisso com a educação inclusiva. Compreender a importância do direito linguístico e cultura na comunidade surda e aplicar através da prática e conhecimento de Libras. Desenvolver habilidades comunicativas que contribuam para a inclusão da pessoa surda nos processos de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS**Básicas:**

CHOI, Daniel. [et al.]; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (Org.). **Libras**: Conhecimento além dos sinais. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011.

FALCÃO, Luiz Albérico. **Surdez, cognição visual e libras**: estabelecendo novos diálogos. Recife: Ed. do Autor, 2010.

GESSER, Audrei. **Libras?**: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

LACERDA, Cristina B. F. de (Cristina Broglia Feitosa de). **Intérprete de libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

SILVA, Angela Carrancho da; NEMBRI, Armando Guimarães. **Ouvindo o silêncio**: surdez, linguagem e educação. Porto Alegre: Mediação, 2008.

SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria. **Cidadania, surdez e linguagem**: desafios e realidades. 2. ed. São Paulo: Plexus, c2003.

Complementares:

BRASIL. **Contando histórias em LIBRAS**: Clássicos da Literatura Mundial. Rio de Janeiro: INES: Secretaria de Educação de Surdos: Ministério da Educação, 2006.

CAPOVILLA, F. **Dicionário Enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais**: Sinais de A a Z. 3. ed. São Paulo: USP, 2008.

FERNANDES, Eulalia; SILVA, Angela Carrancho da. **Surdez e bilinguismo**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 3. ed. rev. Campinas (SP): Autores Associados, 2002.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos**: um olhar sobre as diferenças. 3 ed. Porto alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M. de; FINGER, I. **Teorias de aquisição da linguagem**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira**: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria (Org.). **Cidadania, surdez e linguagem**: desafios e realidades. São Paulo: Plexus, 2003.

SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação 2012.

SOUZA, Regina Maria de. **Que palavra que te falta?** Linguística e educação: considerações epistemológicas a partir da surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

Componente Curricular: Educação Especial: teoria e prática

Área temática: conforme diretrizes institucionais

Ementa:

Fundamentos e Organização da Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Acessibilidade. Tecnologias Assistivas. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica, Educação Superior e Educação de Jovens e Adultos. Produção de objetos educacionais relacionados

à Educação Especial.
Objetivos: Identificar os fundamentos da Educação Especial e caracterizar o seu público-alvo. Conhecer metodologias, ações e práticas pedagógicas, acessibilidade e tecnologias assistivas para o processo de escolarização de estudantes com necessidades educacionais específicas. Conhecer experiências, pesquisas e ações práticas na inclusão escolar da Educação Básica, Ensino Superior e Educação de Jovens e Adultos. Entender a articulação intersetorial de diversas áreas do conhecimento na Educação Especial.
REFERÊNCIAS Básicas: ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 190p. BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de. Educação especial: diálogo e pluralidade. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. 301 p. CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. 5. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2002. 307p. (Campo teórico). CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. In: Cadernos de pesquisa : revista de estudos e pesquisas em educação, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Livia [Org.] Deficiência e igualdade. Brasília: LetrasLivres/EdUnB, 2010. MAZZOTTA, Marcos Jose da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 208 p. Complementares: ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 254 p. BLANCO, Rosa. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: COLL, César; MARCHESE, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. v. 3. Porto Alegre: Artmed. 2004. (nuvem) BUENO, José Geraldo Silveira. A educação especial nas universidades brasileiras. Brasília, D.F : Secretaria de Educação Especial, 2002. 136p. CROCHIK, José León. Apontamentos sobre o texto 'Educação após Auschwitz' de T. W. Adorno. In: Educação E sociedade, v. 13, n. 42, p. 342-351, ago. 1992. CROCHIK, José Leon. Preconceito: indivíduo e cultura. São Paulo : Robe, 1997. 152p. CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação educacional brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 117 p. ([O que você precisa saber sobre ...]). FERREIRA, Júlio Romero. A nova LDB e as necessidades educativas especiais. In: Cadernos Cedes. MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Trabalho docente e formação de professores de educação especial. São Paulo: EPU, 1993. xii, 145 p. (Temas básicos de educação e ensino). MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Política nacional de educação especial. Cadernos Cedes, Campinas, n. 23, p. 5-15, 1989. SACKS, Oliver W. Um antropólogo em Marte: sete histórias paradoxais. São Paulo : Companhia das Letras, 1995. 331p, il.

Componente Curricular: Gestão e Organização da Escola
Área temática: conforme diretrizes institucionais
Ementa: O Sistema Educacional Brasileiro. Gestão e administração: conceitos, organização e cultura organizacional. Gestão escolar: história, princípios, planejamento e mecanismos de participação coletiva. Organização gerencial da escola: gestão pedagógica, administração de pessoal e gestão

financeira. Projeto Político Pedagógico: princípios e processos de elaboração. Avaliação institucional. Conselhos educacionais federais, estaduais, municipais e escolares: princípios, características e competências. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Objetivos:

Compreender a gestão no sistema educacional brasileiro a partir de seus elementos estruturantes e dinamizadores na perspectiva histórica, bem como no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

Básica:

CERVI, Gicele Maria. **Política de Gestão Escolar na Sociedade de Controle**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.

KLAUS, Viviane. **Gestão e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. Porto Alegre: Editora Alternativa, 2001.

Complementares:

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes,

2006. 132 p, il. (Cadernos de gestão, 2).

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação Básica**: Política e Gestão. Brasília, DF : Liber, 2008.

Componente Curricular: Políticas Públicas e Legislação da Educação

Área temática: conforme diretrizes institucionais

Ementa:

O ciclo de políticas educacionais ao longo do processo histórico educacional brasileiro. As políticas públicas e as propostas curriculares. A legislação de ensino atual: finalidades, fins, princípios, níveis, modalidades de ensino e direitos educacionais de crianças, adolescentes e jovens. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Objetivos:

Refletir os planos atuais de educação a partir dos determinantes contextuais e históricos em relação às políticas educacionais adotadas nas diferentes esferas, níveis e modalidades de ensino, bem como analisar os propósitos de adoção de políticas e a promulgação das diferentes legislações educacionais, avaliando seu impacto nacional, as consequências práticas atuais e possíveis no futuro.

REFERÊNCIAS

Básicas:

CURY, C. R. J. Estado e políticas de financiamento em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, edição especial, p. 831-855, out. 2007.

JEFFREY, Débora C. (Org.). **Política e avaliação educacional**: interfaces com a epistemologia. Curitiba: CRV, 2015.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os ciclos de aprendizagem**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

APPLE, Michael W., NOVOA, Antônio (org.). **Paulo Freire**: política e pedagogia. Porto: Porto Ed., 1998.

SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma (org.). **Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

POPKEWITZ, Thomas. S. **Lutando em defesa da alma**: a política do ensino e a construção do professor. Porto Alegre: Editora Artmed, 2001.

SCHEINVAR, Estela. **O feitiço da política pública**: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: FAPERJ: Editora Lamparina, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político pedagógico da escola**: uma construção possível. 20. ed. São Paulo: Editora Papirus, 2020.

VOORWALD, Herman J, C. **A educação básica pública tem solução?** 1.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

Complementares:

AGUILAR, Luis Enrique Aguilar. **Estado desertor:** Brasil-Argentina nos anos de 1982-1992 / - Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2000.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs.). **Políticas educacionais:** questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (org.). **Capitalismo, trabalho e educação.** 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

CORDIOLLI, Marcos. **Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil.** Curitiba: IBPEX, 2011

JEFFREY, Débora Cristina; SILVA, Josias Ferreira da (org.). **Educação integral em estados brasileiros:** trajetória e política. Curitiba: CRV, 2019. - 171 p.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (org.). **Escola:** espaço do projeto político-pedagógico. 4.ed. Campinas: Papirus, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas:** uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47- 69, jan./abr. 2006.

OLIVEIRA, Rosimar de Fátima. **Políticas educacionais no Brasil:** qual o papel do Poder Legislativo? Curitiba: Editora Protex, 2009.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização.** Brasília, D.F.: Liber Livro Ed.: UCDB Ed., 2008.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. **Guia prático da política educacional no Brasil:** ações, planos, programas e impactos. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2012.

TELLO, C. G. **Epistemologia de la Política Educativa:** posicionamientos, perspectivas y enfoques. Campinas: Mercado das Letras, 2013

TROJAN, R. M. Políticas educacionais na América Latina: tendências em curso. **Revista Iberoamericana de Educação**, n. 51, 15 dez. 2009.

4.12.3.2 Detalhamento dos componentes curriculares dos Temas Transversais e complementares do Eixo de Articulação das Licenciaturas

Componente Curricular: Alteridade e Direitos Humanos
Área temática: conforme diretrizes institucionais
Ementa: Aspectos e relações históricas, políticas e culturais de direitos humanos. Legislação e convenções internacionais, nacionais e locais de direitos humanos. Princípios fundamentais para os direitos humanos e cidadania. Organizações públicas e sociais de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos. Reparação das formas de violação de direitos.
Objetivos: Reconhecer os direitos humanos como princípio fundamental para a convivência democrática e igualitária, afirmando valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade promovendo a alteridade e a dignidade da pessoa humana.
REFERÊNCIAS Básicas: CLAUDE, Richard P.; ANDREOPOULOS, George. (org). Educação em direitos humanos para o século XXI. São Paulo: EDUSP, 2007.

SIDEKUM, Antonio; WOLKMER, Antonio Carlos; RADAELLI, Samuel Manica (org). **Enciclopédia Latino-Americana dos Direitos Humanos**. Blumenau: Edifurb; Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2016.

SILVA, Aínda Maria Monteiro; TAVARES, Celma (org). **Políticas e Fundamentos da Educação em Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2010

Complementares:

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Brasília, 2013.

FERNANDES, Angela V. N.; PALUDETTO, Melina C. **Educação e Direitos Humanos: Desafios para a Escola Contemporânea**. Cadernos CEDES. Campinas, Vol. 30, n. 18, p. 233-249, mai-ago. 2010.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos fundamentais**. 13ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ONU, Organização Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York: 1948.

Componente Curricular: Tecnologias e Objetos Digitais de Ensino e Aprendizagem

Área temática: conforme diretrizes institucionais

Ementa:

Mídias e tecnologias digitais nos processos de ensinar e aprender. Softwares educacionais. Alfabetização e letramento digital. Uso das mídias e tecnologias digitais. Mídias e tecnologias colaborativas. Ambientes virtuais de ensino e aprendizagem. Objetos digitais de aprendizagem.

Objetivos:

Conhecer mídias e tecnologias digitais, aplicando-as no processo de ensinar e aprender.

REFERÊNCIAS

Básicas:

COLL, César; MONEREO, Carles. **Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar as tecnologias da informação e da comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 365 p, il. (Biblioteca Artmed. Psicologia da educação).

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. 269p.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

Complementares:

PEREIRA, Alice T. Cybis. **Ambientes virtuais de aprendizagem em diferentes contextos**. Rio de Janeiro : Ciência Moderna, 2007. xvi, 210 p, il.

PRATA, Carmem Lúcia; NASCIMENTO, Anna Christina Aun de Azevedo (Org.). **Objetos de aprendizagem: uma proposta de recurso pedagógico**. Brasília, D.F: SEED, 2007. 157 p, il.

TAROUCO, L. M. R. et al. **Objetos de aprendizagem: teoria e prática**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (Org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. 1. ed. Porto Alegre: penso, 2015. 270 p. il.

4.12.3.3 Detalhamento dos componentes curriculares específicos do curso

Fase 1:

Componente Curricular: Ensino Religioso no Brasil
Área temática: Epistemologia do Ensino Religioso
Ementa: Concepções, legislações, normatizações, currículos, tratamento didático e formação de docentes do Ensino Religioso nos diferentes contextos históricos da educação brasileira. Tendências, desafios e perspectivas do Ensino Religioso não confessional na atualidade. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Objetivos: Conhecer e analisar criticamente a história, concepções e desenvolvimento do Ensino Religioso no Brasil, para identificar tendências, desafios e perspectivas circunscritas à sua consolidação na Educação Básica. REFERÊNCIAS Básicas: CECCHETTI, E. A laicização do ensino no Brasil (1889-1934). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Ademir Valdir dos Santos. Coorientador: José María Hernández Díaz. Florianópolis, SC: 2016. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/172171 OLIVEIRA, Lillian Blanck, <i>et. al.</i> Ensino religioso no ensino fundamental. São Paulo Cortez, 2007 (Coleção Docência em Formação). RISKE-KOCH, Simone; POZZER, Adecir. Ensino Religioso no Brasil. Chapecó, SC : Editora Argos, 2018. Complementares: - FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. O ensino religioso no Brasil: tendências, conquistas, perspectivas. Petrópolis: Vozes, 1996. 150p. - OLIVEIRA, Lillian Blanck de; RISKE-KOCH, Simone; WICKERT, Tarcísio Alfonso (Org.). Formação de docentes e ensino religioso no Brasil: tempos, espaços e lugares. Blumenau: Edifurb, 2008. - POZZER, Adecir; PALHETA, Francisco, PIOVEZANA, Leonel, HOLMES, Maria José Torres (org.). Ensino Religioso na Educação Básica: Fundamentos epistemológicos e curriculares. Florianópolis: Editora Sabes em diálogo, 2015. - Revista Pistis & Práticas V. 13, N. 1 (2021). Ensino Religioso no Currículo Escolar: Possibilidades e Desafios para o Reconhecimento da Diversidade Religiosa. Disponível em https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/issue/view/2054 Acesso em 05/07/2021 - RISKE-KOCH, Simone. Discurso e ensino religioso: um olhar a partir da diferença. Dissertação Programa de Pós-graduação em Educação, FURB. Blumenau, 2007. https://bu.furb.br/docs/TE/2007/318007_1_1.pdf - RISKE-KOCH, Simone; OLIVEIRA, Lillian Blanck de; POZZER, Adecir. Formação inicial em ensino religioso: experiências em cursos de ciência(s) da(s) religião(ões) no Brasil. Florianópolis: Saberes em Diálogo: 2018. Periódicos Especializados: Revista Pistis & Práticas - https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/issue/view/2054

Componente Curricular: Filosofia da Religião
Área temática: Filosofia e Epistemologia do Fenômeno Religioso
Ementa: As religiões como objeto de estudo da filosofia. Razão e fé: diálogos e conflitos. A crítica da religião a partir das correntes filosóficas (materialismo histórico, existencialismo, fenomenologia, niilismo, ateísmo...). Dogmatismo, ceticismo e conhecimento religioso. Ideologias religiosas. Objetivos: Analisar criticamente os fenômenos religiosos a partir das principais teorias filosóficas,

evidenciando os impactos que as religiões e as filosofias exercem sobre as culturas e sociedades.

REFERÊNCIAS

Básicas:

JORDAN, J. J. (Org.) **Filosofia da religião**. São Paulo: Paulinas: 2015.

SWEETMAN, B. **Religião**: conceitos chaves em filosofia. Porto Alegre: Penso, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848343/cfi/0!/4/2@100:0.00>.

WILLKINSON, M. B.; CAMPBELL, H. N. **Filosofia da religião**: uma introdução. São Paulo: Paulinas: 2014.

Complementares:

MICHELETTI, M. **Filosofia analítica da religião**. São Paulo: Loyola, 2007.

PENZO, G.; GIBELLINI, R. **Deus na filosofia do Século XX**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

SWINBURNE, R. Deus Existe? Brasília: Academia Monergista, 2015.

TALIAFERRO, C.; GRIFFITHS, P. **Filosofia das religiões**: uma antologia. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

- Filosofia da Religião: Sua Centralidade e Atualidade no Pensamento Filosófico

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/6199>

Periódicos Especializados:

Revista Brasileira de Filosofia da Religião - <https://periodicos.unb.br/index.php/rbfr>

Revista Dialectus - <http://periodicos.ufc.br/dialectus/issue/view/359>

Componente Curricular: Culturas e Fenômenos Religiosos

Área temática: Epistemometodologia do Ensino Religioso

Ementa:

Concepções de cultura, fenômeno religioso, pluralidade cultural e diversidade religiosa. O religioso no substrato das culturas. Relações entre culturas e fenômenos religiosos. Desenvolvimento das crenças, espiritualidades, movimentos e tradições religiosas em diferentes culturas. O conhecimento religioso como patrimônio cultural da humanidade. Etnocentrismo, fundamentalismo e colonialidade religiosa. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.

Objetivos:

Compreender a relação entre cultura e tradição religiosa, suas origens, contextualização e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

Básicas:

FLEURI, Reinaldo Matias, *et. al.* (org). **Diversidade religiosa e direitos humanos**: conhecer, respeitar e conviver. Blumenau: Edifurb, 2013. Disponível em <http://gpead.org/livros/>

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. 4a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

STRECK, D. R.; ADAMS, T.; MORETTI, C. Z. Pensamento Pedagógico em nossa América: uma introdução. In: STRECK, D. R. (Org.). **Fontes da pedagogia latinoamericana**: uma antologia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

Complementares:

ARROS, José Márcio (Org.). **Diversidade Cultural**: da proteção à promoção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

COLL, Agustí Nicolau. **Propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização**. São Paulo, Instituto Pólis, 2002. (Cadernos de Proposições para o Século XXI, 2)

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2397-7/cfi/0!/4/2@100:0.00>

LIMA, Emanuel Fonseca; WATSON, Carmen Soledad Aurazo de (Org.). Identidade e diversidade cultural na América Latina [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017. MARTINI, Antonio, <i>et al.</i> O humano, lugar do sagrado. 7. ed. São Paulo: Olho d' Água, 2002. ZAOUAL, Hassan. Globalização e diversidade cultural. Tradução de Michel Thiollent. São Paulo: Cortez, 2003. Periódicos Especializados:
--

Fase 2:

Componente Curricular: Ciências da Religião no Brasil
Área temática: Epistemologia do Ensino Religioso
Ementa: Desenvolvimento histórico das Ciências da Religião no Brasil. O status epistemológico e metodológico, objetos de estudos e interdisciplinaridade no campo das Ciências da Religião no Brasil. Relações e interfaces entre Ciências da Religião e Ensino Religioso não confessional.
Objetivos: Conhecer o desenvolvimento histórico das Ciências da Religião no Brasil, desde seu status epistemológico e metodológico, objetos de estudos até as Relações e interfaces entre Ciências da Religião e Ensino Religioso não confessional.
REFERÊNCIAS Básicas: FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Cario. As ciências das religiões. São Paulo: Paulus, 1999. PASSOS, J. D.; USARSKI, F. (Org.). Compêndio de ciência da religião. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2013. TEIXEIRA, Faustino (Org.). A(s) ciência(s) da religião no Brasil: a afirmação de uma área acadêmica. São Paulo: Paulinas, 2001. Complementares: CAMURÇA, M. Ciências sociais e ciências da religião. Polêmicas e interlocuções. São Paulo: Paulinas, 2008. CRUZ, E. R.; DE MORI, G. (Org.) Teologia e ciências da religião. A caminho da maioria acadêmica no Brasil. São Paulo: Paulinas, 2011. OLIVEIRA, Irene Dias de (Org.). O futuro da religião na sociedade global: uma perspectiva multicultural. São Paulo: Paulinas, 2008. USARSKI, Frank (org.). Espectro disciplinar da ciência da religião. São Paulo: Paulinas, 2007. USARSKI, Frank. Constituintes da ciência da religião. São Paulo: Paulinas, 2006.
Periódicos Especializados: Revista “Ciências da Religião – História e Sociedade - http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/issue/view/549 Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP - https://www1.unicap.br/ojs/index.php/theo

Componente Curricular: Sociologia da Religião
Área temática: Textos e Narrativas Sagradas
Ementa: As religiões como produção social e objetos de estudo da Sociologia. Método sociológico e as principais teorias da religião. Processos de construção e reconstrução de crenças, práticas e

discursos religiosos nas sociedades contemporâneas. Territórios, territorialidades, ideologias e religiões. Secularização e o lugar das religiões nas sociedades de mercado. A diversidade religiosa na sociedade contemporânea.

Objetivos: Compreender os processos sociorreligiosos e as influências das tradições religiosas e filosofias de vida no mundo social.

REFERÊNCIAS

Básicas:

FLEURI, Reinaldo Matias et.al. (org). **Diversidade religiosa e direitos humanos:** conhecer, respeitar e conviver. Blumenau: Edifurb, 2013. Disponível em: <http://gpead.org/livros/> .
 GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1a. Reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2397-7/cfi/0!/4/2@100:0.00> .
 ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano:** a essência das religiões. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

Complementares:

ARROS, José Márcio (Org.). **Diversidade Cultural:** da proteção à promoção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
 COLL, Agustí Nicolau. **Propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização.** São Paulo, Instituto Pólis, 2002. (Cadernos de Proposições para o Século XXI, 2)
 LIMA, Emanuel Fonseca; WATSON, Carmen Soledad Aurazo de (Orgs.). **Identidade e diversidade cultural na América Latina** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017. Disponível em: <https://ocarete.org.br/wp-content/uploads/2019/01/ocarete-identidade-diversidade-america-latina.pdf> .
 MARTINI, Antonio (Et al.). **O humano, lugar do sagrado.** 7. ed. São Paulo: Olho d' Água, 2002.
 ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural.** Tradução de Michel Thiollent. São Paulo: Cortez, 2003.

Periódicos Especializados:

Componente Curricular: Histórias Religiosas na América Latina

Área temática: Histórias Religiosas

Ementa:

Historiografia das diferentes matrizes religiosas da América Latina. Religiões e religiosidades na América Latina pré-colombiana. Evangelização, colonização e aculturação. O panorama religioso contemporâneo. Secularização, fenômenos religiosos e religiosidade popular na América Latina. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Objetivos:

Conhecer e analisar criticamente a história religiosa da América Latina, por meio do estudo das matrizes religiosas indígenas, cristã (catolicismo, protestantismo e pentecostalismo) e africanas (afro-brasileiras), destacando as relações de poder e as estratégias de resistência dos diferentes grupos religiosos, bem como os processos de sincretismos, hibridismos, diversificações e religiosidades populares presentes nas sociedades latino-americanas.

REFERÊNCIAS

Básicas:

BETHELL, Leslie. **História da América Latina.** São Paulo: EDUSP; Brasília, D.F : FUNAG, 1997. nv, il.
 SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano.** 2. ed. São Paulo : Ática, 2007. 175 p, il
 SUESS, Paulo. **A Conquista espiritual da America Espanhola:** 200 documentos : seculo XVI. Petropolis, RJ : Vozes, 1992. 1028p, il, 24cm.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. 2. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1999. 324 p, il.

VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. 2. ed. Brasília, D.F : UNB, c1980. 409p.

Complementares:

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. São Paulo: Pioneira: Ed. Univ. S. Paulo, 1971. 2v. (Biblioteca pioneira de ciências sociais: Sociologia). Tradução de Les religions africaines au Bresil: vers une sociologie des interpenetrations de civilisations.

BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. **História do novo mundo**: da descoberta a conquista, uma experiencia europeia, (1492-1550). São Paulo: EDUSP, 1997. 704p, il. Tradução de: Histoire du nouveau monde.

BOFF, Leonardo. **América Latina**: da conquista à nova evangelização. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992.

CIPRIANI, Roberto; ELETA, Paula; NESTI, Arnaldo (Org.). **Identidade e mudança na religiosidade Latino-Americana**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro, 1550-1800**: ensaio de interpretação a partir dos oprimidos. 3. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1991. 140 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Entre América e Abya Yala** – tensões de territorialidades. Revista Desenvolvimento e Meio ambiente, Curitiba, n. 20, p. 25-30, jul./dez.2009.

Periódicos Especializados:

Componente Curricular: Fundamentos da BNCC e do Currículos Base Catarinense

Área temática: Currículo

Ementa:

História de construção da BNCC e do Currículo Base do Território Catarinense (CBTC). Estrutura curricular da BNCC e do CBTC. Diretrizes para implementação da BNCC e do CBTC nos Projetos Político - Pedagógicos das unidades escolares. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Diversidade como princípio formativo. Educação para as relações étnico-raciais.

Objetivos: Conhecer e analisar criticamente a BNCC e o Currículo Base do Território Catarinense.

REFERÊNCIAS

Básicas:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**: a educação é a base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>

SANTA CATARINA, Governo do Estado. **Currículo Base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019. Disponível em: < <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense>> .

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020.

Complementares:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010.** Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf

VEIGA, Ilma Passos A. ; SILVA, Edileuza F. da. (org). **Ensino fundamental:** Da LDB à BNCC. Vespasiano: Papyrus, 2018.

Periódicos Especializados:**Fase 3:****Componente Curricular: Fundamentos Metodológicos do Ensino Religioso****Área temática: Epistemologia do Ensino Religioso****Ementa:**

O processo ensino e aprendizagem em Ensino Religioso. Análise, seleção e elaboração materiais didáticos. Planejamento e avaliação dos processos ensino e aprendizagem em Ensino Religioso. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Objetivos:

Compreender o processo de ensino e aprendizagem do Ensino Religioso com ênfase na elaboração materiais didáticos, planejamento e avaliação de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS**Básicas:**

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular:** a educação é a base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>

SANTA CATARINA, Governo do Estado. **Currículo Base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense.** Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense> .

FLEURI, Reinaldo Matias. et. al.(orgs.). **Diversidade religiosa e direitos humanos:** conhecer, respeitar e conviver. Blumenau: Edifurb, 2013.

Complementares:

FONAPER. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso.** São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

OLENIKI, Marilac Loraine R; DALDEGAN, Viviane Mayer. **Encantar:** uma prática pedagógica no ensino religioso. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

OLIVEIRA, Lillian Blanck de et al. **Ensino religioso:** no ensino fundamental. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Lillian Blanck de; CECCHETTI, Elcio. (Coords). **As aventuras de Yara no Planeta Oculares:** conhecendo, respeitando e convivendo com a diversidade religiosa e os direitos humanos. Blumenau: Edifurb, 2013, v. I e II.

Periódicos Especializados:

Componente Curricular: Diálogos Interculturais e Diversidade Religiosa
Área temática: Epistemologia do Ensino Religioso
Ementa: Diversidade cultural e globalização. O desafio do diálogo em um mundo diverso e plural. Diversidade religiosa e justiça cultural. Diálogo entre crentes e não-crentes. A mística do diálogo inter-religioso. Diversidade religiosa e diálogo intercultural no cotidiano escolar. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão. Objetivos: Compreender o contexto e os desafios relacionados às questões da diversidade cultural, diálogo intercultural e diálogo inter-religioso, estabelecendo interfaces com os conflitos e intolerâncias existentes no cotidiano escolar e social
REFERÊNCIAS Básicas: FORNET-BETANCOURT, Raúl. Religião e interculturalidade. São Leopoldo: Nova Harmonia: 2009. MÉNDEZ, José Mario Méndez. Educação intercultural e justiça e justiça cultural. São Leopoldo, RS: Nova Harmonia, 2008. SALAS ASTRAIN, Ricardo. Ética intercultural: (re)leituras do pensamento latino-americano. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2010. Complementares: CAMARGO, César S.; CECCHETTI, Elcio; OLIVEIRA, Lílían Blanck de. Terra e alteridade: pesquisas e práticas pedagógicas em ensino religioso. São Leopoldo, RS: Oikos, 2007. FORNET-BETANCOURT, Raúl. Interculturalidade: críticas, diálogos e perspectivas. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2006. GOMES, N. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=658-vol2antirac-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192 . KROHLING, Aloísio. Direitos humanos fundamentais: diálogo intercultural e democracia. São Paulo: Paulus, 2009.
Periódicos Especializados:

Componente Curricular: Cosmovisões e Narrativas Indígenas
Área temática: Textos e Narrativas Sagradas
Ementa: Cosmovisões e narrativas sagradas indígenas. A função dos mitos e narrativas nas culturas indígenas. Universo mitológico, ritualístico e simbólico das culturas e religiosidades indígenas, considerando os processos de hibridismos culturais e religiosos. Inserção no cotidiano escolar da Educação

Básica.
Objetivos: Conhecer as narrativas, ritos e símbolos sagrados das culturas e religiosidades indígenas para compreender suas funções na estruturação das cosmovisões culturais e na organização do seu mundo social.
REFERÊNCIAS Básicas: BOFF, Leonardo. O casamento entre o céu e a terra. Contos dos povos indígenas do Brasil. Rio de Janeiro: Salamandra, 2001. BYINGTON, Carlos (Org.). Moitará I: o simbolismo nas culturas indígenas brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006. PERON, Vanusa; DMITRUK ORTIZ, Hilda Beatriz. Oralidade, representações e narrativa indígenas. 2003. Monografia (Conclusão do curso de História) Universidade Comunitária Regional de Chapecó, 2003. Complementares: CAMPBELL, Joseph. As máscaras de Deus. Mitologia primitiva. São Paulo: Palas Atenas, 1992. GRANDO, Beleni Saléte (Orgs.). O eu e o outro na escola: contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola. Cuiabá: EdUFMT, 2010. LANGDON, E. Jean Matteson. Xamanismo no Brasil: novas perspectivas. Florianópolis: UFSC, 1996 SCHADEN, Egon. A mitologia heroica de tribos indígenas do Brasil: ensaio etnossociológico. 3. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. VILLAS-BÔAS, Claudio; VILLAS-BÔAS, Orlando. Xingu: o velho káia conta a história do seu povo. Porto Alegre: Kuarup, 1984.
Periódicos Especializados:

Componente Curricular: Desenvolvimento Humano e Espiritualidades
Área temática: Filosofia e Epistemologia do Fenômeno Religioso
Ementa: Conceitos de espiritualidade e religiosidade. Desenvolvimento humano e espiritualidade. Experiências religiosas e processos subjetivos e intersubjetivos. Formação da personalidade e religiosidade. Comportamento religioso e a formação da consciência religiosa. Processos de aprendizagem e religiosidade. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.
Objetivos: Compreender as relações entre espiritualidade e desenvolvimento humano evidenciando implicações aos processos de ensino e aprendizagem na Educação Básica.
REFERÊNCIAS Básicas: FOWLER, James W. Estágios da fé: a psicologia do desenvolvimento humano e a busca de sentido. Tradução de: Stages of faith: the psychology of human development and the quest for meaning. São Leopoldo, RS: Sinodal: EST, Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, 1992. 278p. (Teologia prática-Estudos pastorais, 10).

FRAAS, Hans-Jürgen. **A religiosidade humana**: compêndio de psicologia da religião. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

HOLANDA, Adriano Furtado. **Psicologia, religiosidade e fenomenologia**. Campinas: Alínea, 2004. 162 p.

Complementares:

ÁVILA, Antonio. **Para conhecer a psicologia da religião**. São Paulo: Loyola, 2007.

AMATUZZI, Mauro Martins (org.). **Psicologia e espiritualidade**. São Paulo: Paulus, 2005.

ARCURI, Irene Gaeta; ANCONA-LOPEZ, Marília (org.). **Temas em psicologia da religião**. São Paulo: Vetor, 2007

SUDBRACK, Josef. **Experiência religiosa e psique humana**: onde a religião e a psicologia se encontram. São Paulo, Loyola, 2001.

VALLE, Edênio. **Psicologia e experiência religiosa**. São Paulo: Loyola, 1998.

Periódicos Especializados:

Fase 4:

Componente Curricular: Estágio em Ensino Religioso I
Área temática: Epistemologia do Ensino Religioso
Ementa: Saberes docentes: Teoria e prática na formação de professores de Ensino Religioso nos anos iniciais Ensino Fundamental. O Estágio como fundamento e tempo/espço para formação docente. Observação, planejamento, docência e avaliação de um projeto de atuação docente de Ensino Religioso nos Anos Iniciais. Elaboração de relatório. Seminário de socialização e avaliação do Estágio. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.
Objetivos: Apreender os referenciais teórico-metodológicos necessários ao processo de ensino-aprendizagem do Ensino Religioso nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
REFERÊNCIAS Básicas: FLEURI, Reinaldo Matias. et. al.(org.). Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver. Blumenau: Edifurb, 2013. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 165p. PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Org.). Pesquisa em educação: alternativas investigativas com objetos complexos. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. Complementares:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**: a educação é a base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc> .

OLIVEIRA, Lílían Blanck de et al. **Ensino religioso**: no ensino fundamental. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

Periódicos Especializados:

Componente Curricular: Cosmovisões e Narrativas Africanas e Afro-brasileiras

Área temática: Textos e Narrativas Sagradas

Ementa:

Cosmovisões e narrativas sagradas africanas e afro-brasileiras. A função dos mitos e narrativas nas culturas africanas e afro-brasileiras. Universo mitológico, ritualístico e simbólico das culturas e religiosidades africanas e afro-brasileiras, considerando os processos de hibridismos culturais e religiosos. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Objetivos: Conhecer as narrativas, ritos e símbolos sagrados das culturas e religiosidades africanas e afro-brasileiras para compreender suas funções na estruturação das cosmovisões culturais e na organização do seu mundo social.

REFERÊNCIAS

Básicas:

BENISTE, José. **Órun Áiyé**: o encontro de dois mundos, o sistema de relacionamento Nagô-Yorubá entre o céu e a terra. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

FRANCHINI, S.; SEGANFREDO, Carmen. **As melhores histórias da Mitologia africana**. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2008.

Complementares:

BENISTE, José. **Mitos yorubás**: o outro lado do conhecimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Ancestrais**: uma introdução à história da África Atlântica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DIAS FILHO, Antonio Jonas; HONORA, Márcia. **A história dos africanos no Brasil**. São Paulo: Ciranda cultural, 2010

PRANDI, Reginaldo. **Aimó**: uma viagem pelo mundo dos orixás. São Paulo: Seguinte/Cia. das Letras, 2017.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixás, Deuses Iorubas na África e no novo mundo**. 5 ed. Salvador: Corrupio, 1999.

Periódicos Especializados:

Componente Curricular: Diversidade Religiosa no Brasil
Área temática: Epistemologia do Ensino Religioso
Ementa: O campo religioso brasileiro. O florescimento religioso e a reinvenção religiosa. A busca da religião como opção. Hibridismo e mixagem religiosa. Fundamentalismos, preconceitos, discriminações e intolerâncias religiosas. Liberdade religiosa e a interferência da religião no espaço público. Objetivos: Conhecer o contexto, características, tendências, dilemas e desafios acerca do campo religioso brasileiro na atualidade.
REFERÊNCIAS Básicas: FLEURI, Reinaldo Matias et.al. (org). Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver. Blumenau: Edifurb, 2013. TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto; MENEZES, Renata (Org.). As religiões no Brasil: continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006. SANCHEZ, Wagner Lopes. Pluralismo religioso: as religiões no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2005. Complementares: BIRMAN, Patrícia (Org.). Religião e espaço público. São Paulo: Attar, 2003. GIUMBELLI, Emerson. O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França. São Paulo: Attar Editorial, 2002. LOREA, R. A. (Org.). Em defesa das liberdades laicas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. OLIVEIRA, Irene Dias de (Org.). O futuro da religião na sociedade global: uma perspectiva multicultural. São Paulo: Paulinas, 2008. PEREIRA, Mabel Salgado. Religiões e religiosidades: entre a tradição e a modernidade. São Paulo: Paulinas, 2010. Periódicos Especializados:

Componente Curricular: Metodologia do Ensino Religioso
Área temática: Epistemologia do Ensino Religioso
Ementa: Currículos de Ensino Religioso. Fundamentos e princípios pedagógicos do Ensino Religioso. Metodologias para e em Ensino Religioso. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Objetivos: Compreender o processo de ensino-aprendizagem do Ensino Religioso em consonância com os princípios pedagógicos e curriculares propostos a essa área do conhecimento.
REFERÊNCIAS Básicas: BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular: a educação é a base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc. FLEURI, Reinaldo Matias. et. al.(org.). Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver. Blumenau: Edifurb, 2013. FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antônio. Por uma pedagogia da pergunta. 3. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 1988. 158p. (Coleção educação e comunicação, v.15).

Complementares:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 165p. (Leitura).

OLIVEIRA, Lílían Blanck de et al. **Ensino religioso**: no ensino fundamental. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Lílían Blanck de; CECCHETTI, Elcio. (Coord). **As aventuras de Yara no Planeta Oculares**: conhecendo, respeitando e convivendo com a diversidade religiosa e os direitos humanos. Blumenau: Edifurb, 2013, v. I e II

Periódicos Especializados:**Fase 5:****Componente Curricular: Estágio em Ensino Religioso II****Área temática: Epistemologia do Ensino Religioso****Ementa:**

O Estágio como fundamento e tempo/espaço para formação docente. Observação, planejamento, docência e avaliação de um projeto de atuação docente de Ensino Religioso nos Anos Finais. Elaboração de relatório. Seminário de socialização e avaliação do Estágio. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.

Objetivos:

Apropriar-se dos referenciais teórico-metodológicos necessários ao processo de ensino-aprendizagem do Ensino Religioso nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS**Básicas:**

NOVOA, Antonio; CHANTRAINE-DEMAILLY, Lise. **Os professores e a sua formação**. 3.ed. Lisboa: Dom Quixote: Instituto de Inovação Educacional, 1997. 158p.

SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Territórios contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995. 202 p. (Estudos culturais em educação, 3).

ZÓBOLI, Graziella Bernardi. **Práticas de ensino**: subsídios para a atividade docente. 11. ed. São Paulo: Ática, 2000. 152p, il. (Educação).

Complementares:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**: a educação é a base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>

CAMARGO, César da Silva; CECCHETTI, Elcio; OLIVEIRA, Lílían Blanck de. **Terra e alteridade**: pesquisas e práticas pedagógicas em ensino religioso. São Leopoldo: Nova Harmonia: Oikos, 2007. 300 p.

FLEURI, Reinaldo Matias. et. al.(org.). **Diversidade religiosa e direitos humanos**: conhecer, respeitar e conviver. Blumenau: Edifurb, 2013.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículo**: questões atuais. Campinas: Papyrus, 1997. 143p.

OLIVEIRA, Lilian Blanck de. Ensino religioso : no ensino fundamental. Campinas: Cortez, 2007. 175 p, il.
Periódicos Especializados:

Componente Curricular: Cosmovisões e Narrativas Orientais
Área temática: Textos e Narrativas Sagradas
Ementa: Cosmovisões e narrativas sagradas orientais. Formação e interpretação dos textos sagrados orais e escritos. Universo mitológico, ritualístico e simbólico das religiões orientais (Hinduísmo, Budismo, Taoísmo, Confucionismo, Sikhismo, Xintoísmo...), considerando os processos de hibridismos culturais e religiosos. Objetivos: Conhecer as narrativas, ritos, símbolos e textos orais e escritos das tradições religiosas orientais para compreender suas funções na estruturação das cosmovisões culturais e na organização do seu mundo social. REFERÊNCIAS Básicas: BACH, Marcus. As grandes religiões do mundo: origens, crenças e desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Era, 2002. BUCK, W. Mahabharata. S. Paulo: Cultrix, 1995. HOLM, Jean; BOWKER, John, Textos sagrados. Mem Martins: Publicações Europa América, 1996. Complementares: CONFUCIO. Os analectos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. ECKEL, Malcolm David. Conhecendo o budismo: origens, crenças, práticas, textos sagrados, lugares sagrados. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. LITTLETON, C. Scott. Conhecendo o Xintoísmo: origens, crenças, práticas, festivais, espíritos, lugares sagrados. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. LEMAÎTRE, Solange. Hinduísmo ou Sanátana Dharma. Tradução de Valeriano de Oliveira. São Paulo: Flamboyant, 1958, 133 p. OLDSTONE-MOORE, Jennifer. Conhecendo o taoísmo: origens, crenças, práticas, textos sagrados, lugares sagrados. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
Periódicos Especializados:

Componente Curricular: Arte e Territórios Sagrados
Área temática: Arte e Religião
Ementa: Fenômenos religiosos e manifestações culturais. A arte sacra como narrativa religiosa. O sagrado na música, dança, pintura, escultura, arquitetura. Expressões artísticas nos territórios sagrados. Arte religiosa como mediadora do diálogo entre as religiões. Inserção no cotidiano escolar da Educação

Básica. Práticas de extensão.
Objetivos: Reconhecer as relações entre arte e religião, identificando as diversas formas de expressão do simbolismo religioso nos territórios sagrados.
REFERÊNCIAS Básicas: BELLO, Angela Ales. Culturas e religiões : uma leitura fenomenológica. São Paulo: EDUSC, 1998. GOMBRICH, E. H. Arte e ilusão : um estudo da psicologia da representação pictórica. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. ELIADE, Mircea. Imagem e símbolos : ensaios sobre o simbolismo mágico religioso. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Complementares: BYINGTON, Carlos (Org.). Moitará I : o simbolismo nas culturas indígenas brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006. JUNG, C. G. O homem e seus símbolos . 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. JUNG, Carl Gustav. Os arquétipos e o inconsciente coletivo . Petrópolis: Vozes, 2000. PASTRO, Cláudio. Arte sacra : o espaço sagrado hoje. São Paulo: Loyola, 1993. SANTA ROSA, Nereida Schilaro. Raízes e tradições : a arte popular no Brasil. Rio de Janeiro: Pinakothke, 2006.
Periódicos Especializados:

Componente Curricular: Epistemologias e Fenômenos Religiosos
Área temática: Filosofia e Epistemologia do Fenômeno Religioso
Ementa: Conceitos de epistemologias. O fenômeno religioso nas diferentes culturas e tradições religiosas. Raiz do fenômeno religioso e conhecimento religioso. Fenômenos religiosos e finitude humana. Manifestações dos fenômenos religiosos na arte, música, cultura, arquitetura, ritos, símbolos, valores e princípios éticos.
Objetivos: Compreender os fundamentos, estruturas, manifestações e influências do fenômeno religioso na vida humana e nas diversas culturas e tradições religiosas.
REFERÊNCIAS Básicas: GRECO, John; SOSA, Ernest. Compêndio de epistemologia . 2. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2012. TERRIN, Aldo N. Introdução ao estudo comparado das religiões . São Paulo: Paulinas 2003. STEIN, Ernildo. Epistemologia e crítica da modernidade . 2. ed. rev. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 1997. Complementares: BERTICELLI, Ireno Antônio. Epistemologia e educação : da complexidade, auto-organização e caos. Chapecó: Argos, 2006.

BOMBASSARO, Luiz Carlos. As fronteiras da epistemologia: como se produz o conhecimento. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. CRAWFORD, Robert. O que é Religião? Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. BATAILLE, Georges. Teoria da religião: seguida de Esquema de uma história das religiões. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582175897/cfi/0!/4/2@100:0.00. OLIVEIRA, Ana Cláudia Delfini Capistrano de. Além da razão ou razão do além? Reflexões sociológicas sobre o sagrado. Itajaí: Univali Ed., 2007. Periódicos Especializados:

Fase 6:

Componente Curricular: Estágio em Ensino Religioso III
Área temática: Epistemologia do Ensino Religioso
Ementa: O Estágio como fundamento e tempo/espaço para formação docente. Observação, planejamento, docência e avaliação de um projeto de atuação docente de Ensino Religioso na EJA e espaços não-formais. Elaboração de relatório parcial. Seminário de socialização e avaliação do Estágio. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão. Objetivos: Apropriar-se dos referenciais teórico-metodológicos necessários ao processo de ensino-aprendizagem do Ensino Religioso no Ensino Médio.
REFERÊNCIAS Básicas: OLIVEIRA, Lillian Blanck de et al. Ensino religioso: no ensino fundamental. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. WITT, Maria Dirlane; PONICK, Edson. Dinâmicas para o ensino religioso. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2008. BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular: a educação é a base. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc. Complementares: FLEURI, Reinaldo Matias. et. al.(org.). Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver. Blumenau: Edifurb, 2013. OLENIKI, Marilac Loraine R; DALDEGAN, Viviane Mayer. Encantar: uma prática pedagógica no ensino religioso. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. Periódicos Especializados:

Componente Curricular: Linguagens e Fenômenos Religiosos
Área temática: Filosofia e Epistemologia do Fenômeno Religioso
Ementa: Pressupostos e conceitos. Linguagem e diferença. Simbologia, simbolismos e símbolos. Sentido e significado. Ritos. Mitos. Discurso, fenômenos religiosos e poder. Inserção no cotidiano escolar da

Educação Básica. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.
Objetivos: Conhecer diferentes linguagens, formas de interpretar e expressar os fenômenos religiosos no decorrer dos tempos.
REFERÊNCIAS Básicas: BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 11^a. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004. BRANDÃO, Helena, H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. 2 ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. CROATTO, José Severino. As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião. Tradução de Carlos Maria Vasquez Gutiérrez. São Paulo:Paulinas, 2001. Complementares: GUIMARÃES, Eduardo; PAULA, Mirian Rose Brum de (org.). Sentido e memória. Campinas: Pontes Editores, 2005. p. 93- 115. 157 ORLANDI, Eni Puccinelli. Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990. _____. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 4 ed., 3 reimpressão. Campinas, SP: Pontes, 2003b. MARTINI, Antonio et.al. O humano, lugar do sagrado. 2 ed. São Paulo, SP: Editora Olho d'Água, 1995. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 8 ed. Tradução de Tomaz Tadeuda Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003a. PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. São Paulo: Curso de Pós-graduação em Sociologia da universidade de São Paulo/ED 34, 1999. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo horizonte: Autêntica, 1999. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. VILLA, Mariano Moreno (dirigido por). Dicionário de pensamento contemporâneo. Tradução coordenada por Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 2000.
Periódicos Especializados:

Componente Curricular: Movimentos Sociais e Espiritualidades
Área temática: Textos e Narrativas Sagradas
Ementa: Movimentos sociais no Brasil: histórico e desenvolvimento. Democracia, políticas públicas e lutas populares. Religiosidades e dinâmicas sociais. Movimentos sociais, organizações não governamentais (ONG) e espiritualidades. Dinâmicas sociais e espiritualidades no ciberespaço. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.
Objetivos: Compreender as relações entre movimentos sociais e espiritualidades na contemporaneidade, destacando o papel da religiosidade no protagonismo de diferentes agentes da sociedade civil.
REFERÊNCIAS Básicas: CIPRIANI, Roberto; ELETA, Paula; NESTI, Arnaldo (Orgs.). Identidade e mudança na religiosidade Latino-Americana. Petrópolis: Vozes, 2000. GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2012. PANASIEWICZ, Roberlei; VITÓRIO Jaldemir. Espiritualidades e dinâmicas sociais: memória e perspectivas. São Paulo: Paulinas, 2014. Complementares: BETTO, Frei. Fome de Deus: fé e espiritualidade no mundo atual. São Paulo: Paralela, 2013. BITTENCOURT FILHO, José. Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2001. POLI, Odilon Luiz. Leituras em movimentos sociais. 2. ed. rev. Chapecó, SC: Argos, 2008. SILVEIRA, Emerson Sena da; AVELLAR, Valter Luís de (Org.). Espiritualidade e sagrado no mundo cibernético: questões de método e vivências em ciências da religião. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
Periódicos Especializados:

Componente Curricular: Cosmovisões e Narrativas Semitas
Área temática: Textos e Narrativas Sagradas
Ementa: Cosmovisões e narrativas sagradas semitas. Formação e interpretação dos textos sagrados orais e escritos. Universo mitológico, ritualístico e simbólico das religiões semitas (Judaísmo, Cristianismo, Islamismo...), considerando o seu processo de sincretismo e hibridismos culturais e religiosos. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.
Objetivos: Conhecer as narrativas, ritos, símbolos e textos orais e escritos das tradições religiosas

semitas/ocidentais para compreender suas funções na estruturação das cosmovisões culturais e na organização do seu mundo social.

REFERÊNCIAS

Básicas:

ARMSTRONG, Karen. Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
 ARMSTRONG, Karen. Uma história de Deus: quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
 BARRERA, Julio Trebolle. A Bíblia judaica e a Bíblia cristã: introdução à história da bíblia. Petrópolis: Vozes, 1996.

Complementares:

FINE, Doreen. O que sabemos sobre o judaísmo? São Paulo: Callis, 1998.
 GORDON, Matthew S. Conhecendo o islamismo: origens, crenças práticas, textos sagrados, lugares sagrados. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
 LAFER, Celso. Ideias memoráveis: o judaísmo e o mundo contemporâneo. Porto Alegre: Federação Israelita do Rio Grande do Sul, 2009.
 KARDEC, Allan. O evangelho segundo o espiritismo. 8. ed. Catanduva, SP: Boa Nova, 2007.
 WATSON, Carol. O que sabemos sobre o cristianismo? São Paulo: Callis, 1998.

Periódicos Especializados:

Fase 7:

Componente Curricular: Estágio em Ensino Religioso IV

Área temática: Epistemologia do Ensino Religioso

Ementa:

O Estágio como fundamento e tempo/espço para formação docente. Observação, planejamento, docência e avaliação de um projeto de atuação docente de Ensino Religioso na EJA e espaços não-formais. Elaboração de relatório parcial. Seminário de socialização e avaliação do Estágio. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de extensão.

Objetivos: Apropriar-se dos referenciais teórico-metodológicos necessários ao processo de ensino-aprendizagem do Ensino Religioso na EJA e espaços não-formais.

REFERÊNCIAS

Básicas:

ALARCÃO, Isabel. Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão. Porto: Porto Ed, c1996. 189p. (Coleção cidine, 1).
 FREIRE, Madalena. Observação, registro, reflexão: instrumentos metodológicos I.2. ed. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996. 63 p. (Seminários).
 GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Complementares:

ARROYO, Miguel G. Ofício de mestre: imagens e auto-imagens. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 251p.
 CANDAU, Vera Maria (org). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.
 CANDAU, Vera Maria. __. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DIFERENÇAS CULTURAIS: QUESTÕES E BUSCAS. Revista Múltiplas Leituras, v. 2, n. 1, p. 65-82, jan./jun. 2009.

OLIVEIRA, Lílían Blanck de. Cultura e diversidade religiosa na América Latina: pesquisas e perspectivas pedagógicas. Blumenau: Edifurb; São Leopoldo: Nova Harmonia, 2009. 307 p.
OLIVEIRA, Lílían Blanck de. Ensino religioso: no ensino fundamental. Campinas: Cortez, 2007. 175 p, il.

Periódicos Especializados:

Componente Curricular: Pesquisa em Ensino Religioso

Área temática: Epistemologia do Ensino Religioso

Ementa:

Pesquisa: conceituação, processos teóricos e metodológicos. Normas técnicas - ABNT. Conhecimento, produção, interpretação e uso das estatísticas e indicadores educacionais. Projeto de Pesquisa e suas etapas: elaboração, socialização e avaliação. Elaboração do projeto do Trabalho Interdisciplinar Final – TIF (TCC) articulando os conteúdos das áreas e os componentes da BNCC-Formação com os fundamentos políticos referentes à equidade, à igualdade e à compreensão do compromisso do professor com o conteúdo aprendido. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.

Objetivos: Vivenciar processos de iniciação científica em Ensino Religioso a partir dos princípios básicos de pesquisa desenvolvendo atitudes investigativas e reflexivas como condição da docência, tendo como resultado o projeto do Trabalho Interdisciplinar Final – TIF (TCC).

REFERÊNCIAS

Básicas:

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Metodologia da pesquisa educacional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 174p.
MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Tradução de: Social research: issues, methods and process. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. xii, 288 p. (Biblioteca ARTMED. Métodos de pesquisa).
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**: diretrizes para o trabalho didático-científico na universidade. 24. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2018

Complementares:

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução a teoria e aos métodos. Porto: Porto Ed, [1994]. 336p, il. Tradução de: Qualitative research for education.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 211p, il, 21cm. (Ideia e ação).
DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 1998. 129p. (Educação contemporânea).
FLEURI, R. M.; GARCIA, R. L. Contribuição latino-americana para as pesquisas e práticas interculturais. In: GARCIA, R. L.; ESTEBAN, M. T.; SERPA, A. **Saberes cotidianos em diálogo**. Petrópolis, RJ: De Petrus; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015.
GATTI, Bernadete A. (Bernadete Angelina). Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. In: **Cadernos de pesquisa**: revista de estudos e pesquisas em educação, n. 113, p. 65-81, jul. 2001.
LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. (Marli Elisa Dalmazo Afonso de). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2.ed. [Reimpr.] - Rio de Janeiro: E.P.U., 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2306-9/cfi/0!/4/2@100:0.00>>.

Periódicos Especializados:

Componente Curricular: Éticas, Filosofias de Vida e Tradições Religiosas

Área temática: Filosofia e Epistemologia do Fenômeno Religioso
Ementa: Estudo do <i>ethos</i> como princípio social e cultural dos diferentes grupos humanos. Relação entre <i>ethos</i>, ética e moral. Conceito e evolução da ética nas tradições religiosas. Filosofias de vida e a dignidade humana. Princípios e limites éticos segundo diferentes grupos religiosos e não-religiosos.
Objetivos: Compreender o <i>ethos</i> como princípio social e cultural que fundamenta crenças e convicções, com vistas a assegurar o reconhecimento da dignidade da vida humana e dos demais seres vivos.
REFERÊNCIAS Básicas: ASTRAIN, Ricardo Salas. Ética intercultural: (re)leituras do pensamento Latino-americano. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2010. DUSSEL, Enrique. Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. FORNET-BETANCOURT, Raúl. Religião e interculturalidade. São Leopoldo, RS: Nova Harmonia; Sinodal, 2007. Complementares: BAUMAN, Zygmunt. Vida em fragmentos: sobre ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. HERMANN, Nadja. Ética & educação. São Paulo: Autêntica, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582174326/cfi/0!/4/2@100:0.00> . LÉVINAS, Emmanuel. Ética e infinito. 1.ed. Lisboa: Edições 70, 2007. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética: de Platão à Foucault. Rio de Janeiro Zahar 2007 1 recurso online ISBN 9788537801888 . NODARI, Paulo César. Ética, meio ambiente e direitos humanos: a cultura de paz e não violência. Educs 397 ISBN 9788570618634
Periódicos Especializados:

Componente Curricular: Religião, Ciência e Tecnologia
Área Temática: Ciência e Religião
Ementa: Aspectos históricos da relação entre religião e ciência moderna. Relações entre ciência e religião: conflito, independência e diálogo. Teorias científicas e doutrinas religiosas: embates e aproximações. O fenômeno religioso na internet.
Objetivos: Conhecer as relações histórico-culturais envolvendo ciência, tecnologia e religião, visando a compreensão crítica dos embates, conflitos e aproximações na contemporaneidade.
Bibliografia básica: CHASSOT, Attico. A ciência através dos tempos . 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. PETERS, Ted; BENNETT, Gaymon (Coord). Construindo pontes entre a ciência e a religião . São Paulo: Loyola, 2003. SOTER (Org). Religião, ciência e tecnologia . São Paulo: Paulinas, 2009.
Bibliografia complementar: BOMBASSARO, Luiz Carlos; VIDAL, Silvina Paula (Org.) Latinidade da América Latina: enfoques filosóficos e culturais . São Paulo: Hucitec, 2010. DAWKINS, Richard. Desvendando o arco-íris: ciência, ilusão e encantamento . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. FREIRE-MAIA, Newton. A ciência por dentro . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. GALILEI, Galileo. Ciência e fé: cartas de Galileu sobre a questão religiosa . São Paulo: Planeta, 2002. MORIN, Edgar. Ciência com consciência . 6. ed. rev. e mod. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2002. Periódicos especializados:

Componente Curricular: Relações de Poder, Gênero e Religiões
Área temática: Textos e Narrativas Sagradas
Ementa: Concepções de poder e gênero. Relações de poder e gênero nos movimentos e tradições religiosas. Domínio espiritual e controle moral. Representações de gênero e religião na educação e nos meios de comunicação social. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.
Objetivos: Compreender as relações entre gênero e religião e analisar criticamente o poder que as religiões exercem na estrutura social, evidenciando suas influências na moral, política, educação e meios de comunicação.

REFERÊNCIAS

Básicas:

- AQUINO, María Pilar. **História, gênero e religião, ou, Violência, gênero e religião**. São Bernardo do Campo, SP: UESP, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Complementares:

- BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: 34, 2002.
- LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ROUGHGARDEN, Joan. **Evolução do gênero e da sexualidade**. Londrina: Planta, 2005.
- SOUZA, Sandra Duarte de. **Gênero, religião e modernidade**. São Bernardo do Campo, SP: UESP, 2004.
- SOUZA, Sandra Duarte de. **Gênero e religião: um caleidoscópio de reflexões**. São Bernardo do Campo, SP: UESP, 2003.

Eletrônico

- [Calibã e a bruxa](#) FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- [Descolonizando mundos](#) VERGARA-FIGUEROA, Aurora, et al. (Antologistas). Descolonizando mundos: aportes de intelectuais negros y negros al pensamiento social colombiano. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.
- [La guerra contra las mujeres](#) SEGATO, Rita Laura. La guerra contra las mujeres. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.
- [Mujeres intelectuales](#) GUZMÁN, Alejandra de Santiago; BORJA, Edith Caballero; ORTUÑO, Gabriela González (Ed.). Mujeres intelectuales. Feminismos y liberación en América Latina y el Caribe. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.
- [Representaciones, emergências y resistências de la crítica cultural](#) PRIGORIAN, Nelly; OROZCO, Carmen Díaz (Ed.). Representaciones, emergências y resistências de la crítica cultural. Mujeres intelectuales en América Latina y el Caribe. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.

Periódicos Especializados:

Fase 8:

Componente Curricular: Trabalho Interdisciplinar Final
Área temática: Epistemologia do Ensino Religioso
Ementa: Pesquisa: produção, análise e interpretação dos dados. Conhecimento, produção, interpretação e uso das estatísticas e indicadores educacionais. Produção escrita, gênero textual: artigo científico, articulando os conteúdos das áreas e os componentes da BNCC-Formação com os fundamentos políticos referentes à equidade, à igualdade e à compreensão do compromisso do professor. Socialização, avaliação e publicação dos resultados. Práticas de Extensão. Objetivos: Sistematizar, por meio de artigo científico, uma temática a escolha do/a(s) estudante(s) que possa ser tratada interdisciplinarmente e que tenha feito parte do percurso formativo para socialização no espaço acadêmico e, se possível, junto à comunidade.
REFERÊNCIAS Básicas: ANDRÉ, Marli (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 2. ed. Reimpr. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2306-9/cfi/5!/4/2@100:0.00 BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos. Porto: Porto Ed, 1994. LUDKE, M.; ANDRE, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U, 2013. Complementares: AQUINO, Italo de Souza. Como escrever artigos científicos: sem arrodeio e sem medo da ABNT. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 126 p, il. DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza, (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. GATTI, Bernardete A. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Liber, 2012. SÁNCHEZ MIGUEL, Emilio. Compreensão e redação de textos: dificuldades e ajudas. Porto Alegre: Artmed, 2002. 278p, il. (Biblioteca ARTMED. Alfabetização e linguística). Tradução de Comprensión y redacción de textos. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2018.
Periódicos Especializados:

Componente Curricular: Meio Ambiente, Sociedades e Tradições Religiosas
--

Área temática: Textos e Narrativas Sagradas
--

Ementa:

Natureza, cultura e construção social do meio ambiente. Concepções de natureza. Visões de natureza nas Tradições Religiosas. Religião e natureza na modernidade e sociedades capitalistas. Natureza e racionalidade instrumental. Religiosidades, territorialidades e meio ambiente na modernidade e sociedades capitalistas. Diálogos interreligiosos, crise ambiental e sustentabilidade no planeta

Objetivos: Discutir e investigar relações entre natureza e religiões na modernidade e sociedades capitalistas buscando identificar elementos para vivências e práticas interculturais e interreligiosas comprometidas com o bem-viver.

REFERÊNCIAS**Básicas:**

BOFF, Leonardo. **Ética e eco-espiritualidade**. Campinas : Verus, 2003. 203 p

FLORIT, Luciano Félix. **A reinvenção social do natural**: natureza e agricultura no mundo contemporâneo. Blumenau : Edifurb, 2004. 192 p, il.

MIRES, Fernando. **O discurso da natureza**: ecologia e política na América Latina. Florianópolis: Ed. da UFSC: Bernúncia, 2012. 241 p

Complementares:

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano, compaixão pela terra. 17. ed. Tradução de: Weltethos für Welpolitik und Weltwirtschaft. Petrópolis: Vozes, 2011. 207 p.

KUNG, Hans. **Uma ética global para a política e a economia mundiais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. 475p.

VILLA, Mariano Moreno. **Dicionário de pensamento contemporâneo**. São Paulo : Paulus, 2000. 801 p. (Dicionários).

Periódicos Especializados:

5 DEPARTAMENTALIZAÇÃO

5.1 COMPONENTES CURRICULARES NOVOS

Quadro 12 - Listagem dos componentes curriculares novos

Componente Curricular	Depto Proposto
Ensino Religioso no Brasil	DCSF
Filosofia da Religião	DCSF
Culturas e Fenômenos Religiosos	DCSF
História da Educação	DHIS
Contexto Socioterritorial da Escola	DCSF
Ciências da Religião no Brasil	DCSF
Filosofia e Epistemologia da Educação	DCSF
Teorias Pedagógicas	DEDU

Sociologia da Religião	DCSF
Histórias Religiosas na América Latina	DHIS
Fundamentos da BNCC e do Currículo Base	DEDU
Fundamentos Metodológicos do Ensino Religioso	DCSF
Diálogos Interculturais e Diversidade Religiosa	DCSF
Alteridade e Direitos Humanos	DCSF
Cosmovisões e Narrativas Indígenas	DCSF
Fundamentos e Organização curricular	DEDU
Desenvolvimento Humano e Espiritualidades	DCSF
Estágio em Ensino Religioso I	DCSF
Didática	DEDU
Cosmovisões e Narrativas Africanas e Afro-brasileiras	DCSF
Diversidade Religiosa no Brasil	DCSF
Metodologia do Ensino Religioso	DCSF
Psicologia da Educação	DPSI
Estágio em Ensino Religioso II	DCSF
Práticas de Letramento e Recursos Digitais	DLET
Tecnologias e Objetos Digitais de Ensino e Aprendizagem	DSC
Cosmovisões e Narrativas Orientais	DCSF
Artes e Territórios Sagrados	DART
Epistemologias e Fenômenos Religiosos	DCSF
Estágio em Ensino Religioso III	DCSF
Linguagens e Fenômenos Religiosos	DCSF
Religião, Ciência e Tecnologia	DCSF
Cosmovisões e Narrativas Semitas	DCSF
Libras na Educação	DLET
Educação Especial: teoria e prática	DEDU
Estágio em Ensino Religioso IV	DCSF
Pesquisas em Ensino Religioso	DCSF
Éticas, Filosofias de Vida e Tradições Religiosas	DCSF
Movimentos Sociais e Espiritualidades	DCSF
Relações de Poder, Gênero e Religiões	DCSF
Gestão e organização da escola	DEDU
Políticas Públicas e Legislação da Educação	DEDU
Trabalho Interdisciplinar Final	DCSF
Meio Ambiente, Sociedades e Tradições Religiosas	DCSF

Fonte: NDE do Curso (2022)

6 CORPO DOCENTE

6.1 PERFIL DOCENTE

As/os docentes que atuam no Curso de Ciências da Religião – Licenciatura da FURB apresentam formação nas diferentes áreas do conhecimento das Ciências Humanas, da Educação e da Religião, em nível de mestrado e/ou doutorado, em campos que atendem ao que requer a educação superior.

O exercício da docência na Educação Superior exige competência técnica, decorrente da formação específica no âmbito da graduação e pós-graduação; a experiência, resultado do fazer profissional em campos específicos ou no exercício da docência; e a pedagógica, que compreende o conjunto de saberes necessários para organização do trabalho docente. Sua ação pedagógica deverá nortear-se, portanto, nas concepções deste PPC e para tal o docente formador deverá:

- a) Dominar e manter atualizados os conceitos de sua área de conhecimento, relacionando-os aos fatos e tendências;
- b) Apropriar-se de conhecimentos didático-pedagógicos que possibilitam refletir e compreender o processo de aprendizagem;
- c) Conhecer o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da FURB.
- d) Conhecer o PPC em que o componente curricular está inserido, o ementário, as razões para a presença de cada componente curricular no curso e as expectativas acerca do componente na formação do profissional;
- e) Compreender o sentido e o objetivo do componente curricular no qual atua;
- f) Demonstrar saberes atitudinais, destacando-se: pontualidade, coerência entre gesto e discurso, justiça e equidade, respeito ao saber e à pessoa do aluno, atenção às suas dificuldades e potencialidades;
- g) Compreender que a docência implica em estar comprometido com a aprendizagem pelos alunos, sobretudo na sua construção como cidadão crítico, além do desenvolvimento de competências e habilidades;
- h) Comprometer-se com a busca pelo estudo, pela pesquisa e pelo ato de questionar continuamente o processo educativo;
- i) Conhecer a realidade educacional, socioeconômico-cultural e política da região para uma adequada mediação da prática pedagógica, bem como a dinâmica de funcionamento de instituições da Educação Básica;

- j) Compromisso com uma prática interativa e abertura para o diálogo com seus pares;
- k) Participação ativa e reflexiva para a dinamização e melhoria do Curso;
- l) Envolvimento em processos de formação contínua com vistas à competência pedagógica;
- m) Postura profissional crítico-reflexiva da sua prática docente com vistas ao alcance de uma educação de ótima qualidade.
- n) Demonstrar saberes atitudinais, destacando-se: pontualidade, coerência entre gesto e discurso, justiça e equidade, respeito ao saber e à pessoa do aluno, atenção às suas dificuldades e potencialidades.

A articulação entre essas competências, a busca pela formação contínua e a avaliação do desempenho docente constituem elementos essenciais para melhor qualificação da docência e qualifica os processos de ensinar e aprender, na medida que fornece subsídios para reflexão sobre as práticas pedagógicas e para a organização de programas de formação.

O corpo docente possui relação com programas de pós-graduação, seja atuando como docente ou discente nos programas, seja como membro do Grupo de Pesquisa Ethos, Alteridade e Desenvolvimento vinculado ao PPGDR/FURB e PPGE. Nesta perspectiva, a relação com programas de extensão, pesquisa e cultura, acontece com maior regularidade.

A avaliação docente na graduação envolve o acompanhamento das atividades de ensino-aprendizagem, aqui entendidas como:

- a) o cotidiano da sala de aula (relação professor/aluno, metodologias de ensino, procedimentos de avaliação da aprendizagem);
- b) instrumentos institucionais (planos de ensino, diários de classe);
- c) a autoavaliação da prática do professor;
- d) a participação em programas de formação didático-pedagógicas.

A avaliação docente constitui-se de um instrumento diagnóstico, cujo objetivo central é fornecer subsídios e criar possibilidades para a reflexão e a reorganização da prática pedagógica. Nesse sentido, o programa de formação continuada docente é o espaço permanente para essa reflexão. A avaliação docente deve contemplar as instâncias dos Colegiados de Cursos, acadêmicos e o próprio professor.

6.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE

A formação para os docentes que atuam neste curso será oferecida de forma sistemática e contínua de acordo com a política já instituída na FURB. Seu principal objetivo é propiciar espaços de reflexão e troca de experiências sobre o cotidiano profissional docente. Essa perspectiva de formação propõe a superação da concepção de docente como aquele que somente ensina e problematiza a compreensão do papel do professor como sujeito partícipe da construção e modificação da realidade social, através do seu ato educativo que constitui as dimensões técnica, ética e política.

Pensando na formação docente desta maneira, entende-se que os encontros de formação deverão trazer o contexto da sala de aula e dos outros espaços de ensinar e aprender da Universidade, desafiando os professores a problematizarem sua própria prática pedagógica. Essa problematização assume o caráter de ação – reflexão – ação, ou seja, o professor traz sua prática real, lança um olhar crítico sobre ela e, mediatizado pelas experiências de seus pares, por referenciais teóricos e produções culturais, pensa na recriação dessa prática, tomando posição crítica, o que implica numa conscientização de sua posição pessoal, profissional e social.

A Universidade oferece durante o ano e nos períodos de recesso acadêmico um calendário de encontros, cursos, seminários etc., além de custeio de atividades de formação realizadas fora da Instituição. Os docentes terão a oportunidade de participar de encontros específicos para a discussão do processo de ensinar e aprender e, além disso, serão estimulados a participar dos seguintes espaços:

- Semana Acadêmica do Curso;
- Seminário das Licenciaturas;
- Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão;
- Seminário dos Estágios das Licenciaturas;
- Seminários do Programa de Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Regional;
- Grupos de Pesquisas nos programas *strictu sensu*;
- Eventos em âmbito estadual, nacional e internacional na área de Ensino Religioso.

Destaca-se ainda que a Universidade, através das Resoluções nº 014/2007 de 20/04/2007 e 17/2008 de 11/03/2008 e a Resolução FURB nº 60/2012, normatiza o apoio institucional para

a formação de docentes do Quadro da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

7 ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

7.1 COORDENADOR

O Coordenador Local é um/a professor/a indicado pela IES parceira (UNIPLAC) e trabalhará em parceria com o Coordenador de Colegiado de Curso. São competências do Coordenador Local:

- Acompanhar a execução e integralização das atividades curriculares, zelando pela manutenção da qualidade e adequação do curso;
- Informar, semestralmente, as disciplinas do respectivo curso a serem oferecidas no semestre subsequente;
- Colaborar na confecção de horários do curso, elaborados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PROEN;
- Coordenar a elaboração e reavaliação do projeto pedagógico do curso;
- Propor ao Colegiado as providências cabíveis para os casos de avaliações institucionais insatisfatórias, quanto ao desempenho dos professores do curso;
- Participar diretamente na elaboração do projeto de reconhecimento, do relatório para avaliação das condições de oferta do curso e dos procedimentos de participação dos alunos nos de avaliação externa;
- Atuar em todas as questões que envolvem discentes e docentes do respectivo curso, encaminhando-as ao Colegiado quando a situação assim o requerer.

7.2 COLEGIADO

O Colegiado de Curso, com as competências estatuídas nos Arts. 17 a 25 do Regimento Geral da Universidade, Resolução FURB nº 129/2001, exerce a coordenação didática, acompanhando, avaliando a execução e integralização das atividades curriculares, zelando pela manutenção da qualidade e adequação do curso. A composição do Colegiado de Curso está normatizada na Resolução FURB nº 129/2001.

7.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

A Resolução FURB nº 73/2010 normatiza o funcionamento do NDE no âmbito da FURB. O NDE constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC. Dentre suas principais atribuições podem-se citar: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento da legislação educacional vigente e demais leis pertinentes; acompanhar o processo do ENADE e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado; acompanhar e consolidar o PPC em consonância com as DCN, o PDI e PPI da FURB; zelar pela contínua atualização do PPC; e, por fim, orientar e participar da produção de material científico ou didático para publicação.

8 AVALIAÇÃO

8.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é compreendida como um processo de investigação, tanto do(a) estudante como dos(as) docentes, da equipe envolvida e da Instituição, no sentido de que “avaliar é interrogar e interrogar-se” (ESTEBAN, 1999, p. 22). Nessa concepção de avaliação, torna-se imprescindível considerar o processo de desenvolvimento do(a) estudante, priorizando-se a avaliação formativa, realizada ao longo do processo educacional, e não apenas em momentos pontuais. Diante desse aspecto, a avaliação é um movimento contínuo que aponta reorganizações e correções no processo de desempenho do(a) estudante, orientando a intervenção, o planejamento e as estratégias do(a) docente.

Em termos gerais, o processo avaliativo deve basicamente pautar-se pela coerência das atividades em relação à concepção e aos objetivos do PPC e ao perfil do egresso. Assim, deve ser levada em consideração a autonomia dos futuros profissionais em relação ao seu processo de aprendizagem e à sua qualificação. A avaliação não deve ser vista como um instrumento meramente classificatório ou como um instrumento de poder, mas como um instrumento de verificação do processo de aprendizagem, capaz de (re)direcionar tanto a prática do(a) docente

como a do(a) estudante, em função dos objetivos previstos. Em suma, a avaliação deve verificar a relação entre os objetivos e os resultados, evidenciando-se aí o seu aspecto formativo.

O PPC orienta que a avaliação discente deve ser processual e formativa. Será processual na medida em que estiver voltada para a verificação da evolução do(a) estudante ao longo dos processos de ensino e aprendizagem, ou seja, não deve ser cumulativa, a não ser nos casos em que as próprias características do conteúdo assim o exijam. Sua função formativa, como o próprio nome diz, será alcançada se for conduzida como elemento de contribuição a mais para a formação do sujeito. Serão considerados, entre outros, os seguintes aspectos: adoção de instrumentos diversificados de avaliação, validação das atividades acadêmicas por instâncias competentes e orientação acadêmica individualizada.

Os objetivos do curso e dos diferentes componentes curriculares constituem o elemento norteador da avaliação, pois são eles que explicitam os conhecimentos, habilidades, competências e atitudes cujo domínio será alvo de análise e reflexão por parte dos professores e dos próprios estudantes.

A avaliação poderá ser realizada mediante observações contínuas e através de provas escritas, estudos de caso, produção de artigos, resenhas e relatórios, seminários de pesquisas, estudos dirigidos, entre outros instrumentos considerados adequados pelo professor e que atendam as características do componente curricular. O resultado da aprendizagem será representado através de notas de zero a dez, no mínimo três por componente curricular e a média final para a aprovação será seis, conforme previsto no Regimento Geral da Instituição. Não atingindo a média de aprovação, o acadêmico estará automaticamente reprovado. As atividades acadêmicas, tais como pesquisas e estágios, serão avaliadas mediante acompanhamento e observação in loco e através da análise dos relatórios produzidos

8.2 AVALIAÇÃO DO CURSO

8.2.1 Avaliação institucional

A FURB implantou o seu primeiro processo de avaliação institucional em 1995, com base nos princípios e indicadores do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB. A proposta de avaliação institucional construída nesse ano foi conduzida pela Comissão de Avaliação Institucional - COMAVI, constituída por um grupo de docentes de diferentes áreas do conhecimento, nomeados pelo então Reitor, conforme Portaria nº 59/1995. Contudo, os pressupostos de uma avaliação institucional abrangente e sistêmica não foram atingidos, pois na prática a avaliação ficou mais restrita ao ensino e aos serviços. Em

decorrência das discussões sobre a avaliação da educação superior em âmbito nacional, a Instituição integrou-se, em 2005, ao SINAES, proposto pelo MEC, pois se percebeu haver consonância quanto à concepção e objetivos do processo de autoavaliação desejado e o proposto em âmbito nacional.

O SINAES dispõe que cada IES, pública ou privada, deve constituir uma CPA, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A CPA deve ser constituída por ato do dirigente máximo da IES e assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, com atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. Seguindo essa orientação, a FURB, por meio da Resolução FURB nº 14/2005, complementada pela Resolução FURB nº 20/2005, reformulou o PAIURB e instituiu a CPA, cuja comissão era composta por 15 (quinze) membros, representantes dos diversos segmentos da comunidade interna e externa.

Mais recentemente, a Resolução FURB nº 25/2015, alterou a redação dos Arts. 8 e 9 da Resolução FURB nº 14/2005, especificamente no que tange à composição da comissão, passando a ser constituída de 08 (seis) membros, sendo: 01 (um) representante do setor responsável pela avaliação institucional; 01 (um) representante do corpo docente, indicado pelo Reitor; 01 (um) representante dos servidores técnico administrativos, indicado pelo Reitor; 01 (um) representante discente, indicado pelo DCE; 02 (dois) representantes da comunidade externa, sendo 01 (um) representante dos ex-alunos da FURB e 01 (um) representante do SINSEPES. O mandato de cada representante é de 03 (três) anos, permitida a recondução.

Desde a institucionalização do processo de autoavaliação da FURB, com base no SINAES, a CPA publicou 4 (quatro) relatórios de autoavaliação. As recomendações dadas pela CPA para as fragilidades apontadas nos relatórios de autoavaliação são incorporadas no planejamento de metas e ações do PDI.

A avaliação do PPC será realizada de forma contínua pelos discentes, docentes, Colegiado do Curso e pelo NDE – Núcleo Docente Estruturante. Para tal serão utilizados diferentes recursos e estratégias, tais como questionários, reuniões e seminários. Os documentos e relatórios produzidos pela CPA – Comissão Própria de Avaliação também poderão servir de referência para análise da operacionalização deste PPC. Será de responsabilidade do Colegiado do Curso e do NDE documentar e oficializar as alterações percebidas como necessárias para melhorar a qualidade do processo de ensino aprendizagem oferecida neste curso.

A avaliação do curso de Licenciatura em Ciências da Religião constituir-se-á de um

processo de reflexão sobre toda a amplitude curricular, observando-se os princípios e dimensões definidas pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e assumidos pela CPA – Comissão Própria de Avaliação da FURB. Este processo é concebido como um processo formativo, participativo e global com vistas ao aperfeiçoamento do curso.

O curso realizará a sua autoavaliação com a participação de professores e acadêmicos, mediante reuniões, seminários e nas jornadas acadêmicas. A avaliação do curso será realizada considerando três conjuntos de elementos: condições, processos e resultados. Nas condições serão analisadas: qualificação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, infraestrutura e condições de estágio. Em processos serão considerados: desempenho do corpo docente (domínio de conteúdos, procedimentos didático-pedagógicos, dentre outros) compromisso do corpo docente (assiduidade, interesse, motivação e outros), e desenvolvimento do estágio obrigatório. Esse processo de avaliação do corpo docente configura-se como um momento de auto e heteroavaliação, pois participarão desse ato tanto os estudantes quanto os docentes. Salienta-se que a avaliação do corpo docente será semestral, com formulário específico para tal.

Na análise dos resultados considerar-se-á a capacitação global dos concluintes para exercer funções profissionais e as contribuições do curso na sua formação. Estes dados serão obtidos em seminários de auto e heteroavaliação, em pesquisa institucional, com base no perfil definido para os formandos e nos objetivos do curso.

Destaca-se que os resultados destes momentos avaliativos orientam as mudanças e propostas de tomada de decisões. Este processo avaliativo tem por objetivo:

- a) Despertar nos professores e estudantes uma conscientização dos fatores determinantes para a qualidade e o sucesso do ensino;
- b) Promover uma atitude mais participativa e responsabilizada dos estudantes no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;
- c) Oportunizar aos professores elementos que lhes facilitem o replanejamento de conteúdos e de estratégias de ensino;
- d) Oportunizar a comunidade universitária elementos para uma permanente reflexão e tomada de decisões frente às frequentes exigências sociais.

8.2.2 Avaliação externa

Com base na Constituição Federal/1988, na LDB/9394/1996 e na Política Nacional de Educação, foi criado em 2004, pela Lei nº 10.861/2004, o SINAES com objetivo de assegurar

o processo e a qualidade nacional de avaliação:

- a) das IES, através da Autoavaliação da IES e do PDI;
- b) dos cursos de graduação, através de Avaliações Externas;
- c) dos(as) estudantes, através do ENADE.

O SINAES avalia todos os aspectos que norteiam o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e as relações com a responsabilidade social, o desempenho dos(as) estudantes, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos, zelando sempre pela conformidade da oferta de educação superior com a legislação aplicável.

Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama de qualidade dos cursos e instituições de educação superior do País. As informações obtidas com o SINAES são utilizadas:

- a) pelas IES, para orientação de sua eficácia institucional, efetividade acadêmica e social, desenvolvimento e adequações do PDI, revisão de seus planos, métodos e trajetória;
- b) pelos órgãos governamentais, para orientar políticas públicas;
- c) pelos(as) estudantes, pais de estudantes, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões nas escolhas da Instituição e cursos, visto que as informações estão disponibilizadas pelo MEC em site de livre acesso.

O SINAES institui a regulamentação:

- a) da regulação, com atos autorizativos de funcionamento para as IES (credenciamento e credenciamento) e para os cursos (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento);
- b) da supervisão, zelando pela qualidade da oferta;
- c) da avaliação, para promoção da qualidade do ensino.

8.2.3 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

O Curso passará por processo de avaliação para reconhecimento junto Conselho Estadual de Educação de SC, para tanto segue o fluxo institucional.

8.3 AVALIAÇÃO DO PPC

O Núcleo Docente Estruturante junto ao Colegiado do Curso deverá acompanhar a implantação do PPC, estando atento às avaliações dos estudantes em relação às atividades do curso e atuação dos docentes. As reuniões deverão ocorrer semestralmente a partir da segunda

fase do curso.

8.4 AVALIAÇÃO DOCENTE

O NDE junto ao Colegiado do Curso deverá acompanhar a implantação do PPC, estando atento às avaliações dos estudantes em relação às atividades do curso e atuação dos docentes. Especificamente em relação à avaliação docente, os estudantes participarão das avaliações institucionais e seus resultados servirão de indicativos para orientação dos planos de ensino, incluindo procedimentos metodológicos e avaliativos, buscando sempre uma aproximação com as especificidades que o contexto exige.

9 INFRAESTRUTURA

9.1 NÚMERO DE ESTUDANTES POR TURMA E DESDOBRAMENTOS DE TURMA

No Curso de Ciências da Religião serão desdobrados os componentes curriculares de Estágio em Ensino Religioso I, II, III e IV, quando o número de estudantes for de 25 ou mais, conforme Resolução FURB n. 89/2018. O componente curricular Trabalho Interdisciplinar Final - TIF será desdobrado a cada 10 estudantes.

9.2 ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS E DE ENSINO

Na UNIPLAC, local onde as aulas presenciais são realizadas, a sala destinada à coordenação local e ao NDE tem boas condições acústicas, de ventilação e de iluminação e comporta com comodidade o desenvolvimento das atividades desses órgãos. Dispõe de mobiliário e equipamentos de informática adequados às atividades a serem desempenhadas. Está localizada com acesso aos acadêmicos, no Bloco da Reitoria.

A sala dos professores, localizada no Bloco 1 - térreo, é destinada também aos docentes deste curso para reuniões e estudos. A sala dispõe de espaços para estudo individual e compartilhado, com acesso à internet (cabo e Wi-fi), sanitários, espaço de leitura e alimentação. Destaca-se que são espaços amplos, com boa ventilação, acústica e comodidade.

A Instituição possui salas amplas, bem arejadas, que permitem o acesso à Internet, tanto para os docentes quanto para os discentes. Os estudantes semestralmente serão alocados em salas de aula com condições de acessibilidade a todos e com espaço adequado para comportar a quantidade de alunos por turma. Na turma Lages/UNIPLAC, a sala conta com projetor fixo para uso dos docentes/discentes, quadro branco e pontos de energia e internet para uso de

notebooks, tablets e celulares.

A Instituição possui vários laboratórios de informática disponíveis a todos os estudantes regularmente matriculados no Curso que atendem plenamente as necessidades acadêmicas dos estudantes, tais como os laboratórios 4 e 5, ambos com máquinas novas e configuração atualizada.

9.3 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS

Na UNIPLAC, o Curso de Ciências da Religião tem à sua disposição, para estudos e desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, o Laboratório de Rádio e Som, o estúdio de gravação de materiais audiovisuais e o laboratório de música.

O primeiro está equipado com mesas de som e equipamentos de edição de som padrão radiodifusão, além de computadores para edição de material. O estúdio de gravação conta com lousa digital, câmera de gravação em Full HD e sistema de som, além de tecnologia *Chroma Key* e profissional especializado na edição de vídeos.

Já o laboratório de música dispõe de instrumentos musicais variados, podendo ser utilizado sob a supervisão do profissional responsável pelo local e com a anuência do Curso de Graduação em Música.

Além desses laboratórios, temos 6 auditórios, com capacidade variada entre 50 e 300 pessoas, a disposição da comunidade acadêmica para a realização de eventos científicos, com suporte tecnológico (equipamentos e internet) para videoconferências.

9.4 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

A Biblioteca Universitária é um órgão suplementar da Fundação Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, local onde as aulas presenciais do curso são realizadas. Sua missão é desenvolver e colocar à disposição da comunidade universitária um acervo bibliográfico que atenda às necessidades de informação para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, adotando modernas tecnologias para o tratamento, recuperação e transferência da informação.

Está aberta à comunidade em geral para consultas e permite o empréstimo domiciliar aos usuários vinculados à Instituição, ou seja, discentes, servidores da universidade como também de alunos egressos dos cursos de graduação. Além de suas próprias coleções, a Biblioteca Universitária acessa importantes bases de dados do país e do exterior com o objetivo

de ampliar o acesso à informação aos seus usuários. Através da sua *home page* (UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense - Biblioteca (uniplaclages.edu.br), a Biblioteca disponibiliza o acesso remoto às suas informações e serviços, possibilitando consultas ao seu catálogo e a renovação das obras emprestadas.

Acompanhando a modernização verificada em decorrência do uso da tecnologia de informação, a Biblioteca Universitária está estruturada para ampliar o acesso à informação *on line* com a oferta de conteúdo em meio eletrônico e para a formação de usuários, habilitando-os na utilização de mecanismos de busca e dos meios de acesso disponíveis. Neste sentido, nosso catálogo vem ampliando significativamente a disponibilização de conteúdo *on line* por meio da publicação da produção acadêmica, da participação em redes de bibliotecas e do acesso a portais de informação.

O horário de atendimento ao público da Biblioteca Central é das 07h30min às 12h e das 13h às 22h, de segunda a sexta-feira e aos sábados das 9h às 13h. Está localizada em bloco próprio, no início do campus Lages.

9.5 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

O Comitê de Ética na Pesquisa em Seres Humanos - CEPH analisa os projetos de pesquisa, no âmbito da Universidade e região, visando a proteger os seres humanos sujeitos da pesquisa, notadamente na defesa da sua integridade e dignidade. Trata-se de uma instância colegiada independente, de natureza consultiva, deliberativa, normativa e educativa, vinculada à Reitoria da Universidade Regional de Blumenau.

O CEPH é constituído por um docente representante de cada Centro de Curso da FURB, um representante indicado pelo Diretório Central dos Estudantes - DCE, um representante da comunidade externa e um suplente, e um representante de entidade representativa dos usuários e/ou portadores de patologias específicas e deficiências.

9.6 COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)

Não se aplica.

REFERÊNCIAS

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **A Metodologia da Problematização com o Arco de Magarez**: uma reflexão teórico-epistemológica. Londrina: EDUEL, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2018.

BRASIL, MEC. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes gerais sobre aprendizagem híbrida**, 2021. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=227271-texto-referencia-educacao-hibrida&category_slug=novembro-2021-pdf&Itemid=30192

BRASIL. **Resolução CNE/CES 07/2018**, de 18 de dezembro de 2018 – Estabelece as diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 02/2019**, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010**. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018**. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura em Ciências da Religião. Brasília, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=99971-pcp012-18&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7/2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf?query=revogacao

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> . Acesso em: 15 jan. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE nº 01, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE nº 02, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADdo%20o%20Sistema,n%C2%BA%209.394%2C%20de%2020%20de. Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 68.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 80. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019a

FURB. **Resolução FURB nº61/2021**. Altera as Resoluções 201/2017 que “Institui Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais para os cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau – FURB” e 3/2020 que “Altera a Política Institucional para oferta de componentes curriculares a distância de cursos presenciais da Fundação Universidade Regional de Blumenau”. FURB, 2021.

FURB. **Instrução Normativa PROEN nº 1/2020**. Estabelece orientações técnicas para integralização da carga horária de extensão nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação e regulamenta o artigo 6º, § 2º, da Resolução FURB nº99, de 29 de novembro de 2019. FURB.

FURB. **Resolução FURB nº03, de 30 de janeiro de 2020**. Disciplinas EaD em cursos presenciais na FURB. FURB, 2020.

FURB, UNOCHAPECÓ. **Acordo de Cooperação Técnica e Termo Aditivo 01/2018**. Chapecó e Blumenau: 2018.

FURB. **Resolução nº 089/2018**, de 1º de novembro de 2018 – Institui a Política de Estágios da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

FURB, Universidade Regional de Blumenau. **Resolução nº 32, de 27 de abril de 2017**. Estabelece a Política de Articulação de Temas Transversais, intitulada PATT, e institui a Comissão no âmbito da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB.

FURB, Universidade Regional de Blumenau. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020**, 2017.

FURB. CCHC. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências da Religião** – Matriz Curricular 2012/1, FURB. Blumenau, 2012.

FURB, Universidade Regional de Blumenau. **Resolução nº 35, de 28 de junho de 2010**. Homologa o Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo.

FURB. **Resolução nº 73, de 30 de novembro de 2010**. Institui e normatiza o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

FURB. **Resolução nº 59, de 23 de outubro de 2014**. Institui a Política de Inclusão das pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades/Superdotação e cria o Núcleo de Inclusão da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

FURB. **Resolução nº 82**, de 7 de dezembro de 2004. Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACC dos cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau, na forma dos Anexos I e II.

FURB. **Resolução nº 129**, de 20 de dezembro de 2001. Homologa o Regimento Geral da Universidade Regional de Blumenau.

ESTEBAN, Maria Tereza (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MATTAR, João. **Metodologias Ativas: para a educação presencial, blended e a distância**. São Paulo: Artesanato Artesanal, 2017

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete temas transversais. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/temas-transversais/>>. Acesso em 22 fev 2022.

PÉREZ GÓMEZ, Ángel. **Educação na Era Digital**: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 191 p. (Educação: experiência e sentido, 1).

RISKE-KOCH; Simone; OLIVEIRA, Lilian Blanck de Oliveira. Formação Docente e Ensino Religioso: Exercícios Decoloniais em Territórios LatinoAmericanos. **Rev. Pistis Prax.**, Teol. Pastor., Curitiba, v. 13, n. 1, p. 573-588, jan./abr. 2021 Disponível em <https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/issue/view/2054>

SANTA CATARINA. **Edital nº 1.426/SED/2021**. In: Diário Oficial

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 001, de 14 de julho de 2015**. Fixa normas para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina e estabelece outras providências.

TOMELIN, Nilton Bruno; RAUSCH, Rita Buzzi. Dialogicidade Em Tempos Digitais: O Legado De Paulo Freire À Constituição Da Práxis Docente(Re)Existente. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**. v. 2, n. 5, p. 1-17, jul./set., 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed> ISSN: 2675-6889 Disponível em <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/9191/6167> Acesso em 03/04/2022. p.1-17

ZIMERMANN, Roque. **Ensino Religioso**: uma grande mudança. Brasília: Câmara dos deputados, 1998. 14p.